



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SHIRLEY TARGINO SILVA

**O DISCURSO DE MULHERES EDUCADORAS NA IMPRENSA PARAIBANA:
TESSITURAS DO PROCESSO HISTÓRICO DE ESCOLARIZAÇÃO NA PARAÍBA
(1930 – 1939)**

**João Pessoa
2017**

Folha de rosto (APAGAR ESTA LINHA)

SHIRLEY TARGINO SILVA

**O DISCURSO DE MULHERES EDUCADORAS NA IMPRENSA PARAIBANA:
TESSITURAS DO PROCESSO HISTÓRICO DE ESCOLARIZAÇÃO NA PARAÍBA
(1930 – 1939)**

Dissertação de Mestrado entregue à banca de avaliação do Programa de pós-graduação em educação, especificamente à linha de história da educação, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de mestra em educação, sob orientação específica da Prof.^a Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes.

ORIENTADORA: Dra. MARIA LÚCIA DA SILVA NUNES

**João Pessoa
2017**

S586d Silva, Shirley Targino.

O discurso de mulheres educadoras na imprensa paraibana:
tessituras do processo histórico de escolarização na Paraíba
(1930 - 1939) / Shirley Targino Silva.- João Pessoa, 2017.
145 f. : il.-

Orientadora: Maria Lúcia da Silva Nunes.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE

1. Educação. 2. História - Educação. 3. Imprensa.
4. Década de 1930. 5. Mulheres. 6. Escolarização. I. Título.

UFPB/BC

CDU – 37(043)

SHIRLEY TARGINO SILVA

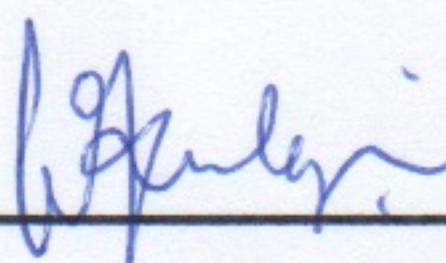
O DISCURSO DE MULHERES EDUCADORAS NA IMPRENSA PARAIBANA: TESSITURAS DO PROCESSO HISTÓRICO DE ESCOLARIZAÇÃO NA PARAÍBA (1930 – 1939)

Dissertação avaliada em 22/02/17, como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, pela Comissão Examinadora.

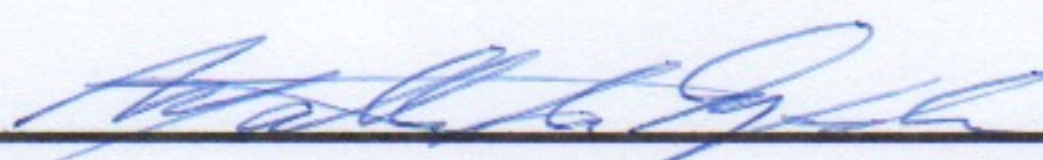
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes (Orientadora)



Prof. Dr. Wojciech Andrezej Kulesza (Examinador Interno)



Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica (Examinador Externo - PPGCR)

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado (Suplente Interno)

Prof. Dra. Maria Arisnete Câmara de Moraes (Suplente Externo – UFRN)

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2017

A Analice Caldas de Barros, Albertina Correia de Lima e Alice de Azevedo Monteiro, por se constituírem como “voz feminina” na cena pública paraibana das primeiras décadas do século XX.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, ao Universo, pelo meu bem maior, a minha vida, por minha sanidade mental, sabedoria e fé nas forças positivas que emanam de sua infinitude.

Aos meus amados pais, Maria de Lourdes Targino e Teotônio Targino de Souza (in memoriam), pela minha existência, pela educação formal que me ofereceram, por minha formação humana e por todo amor familiar.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa e pela oportunidade de realizar publicações em eventos na área de História da Educação.

À Universidade Federal da Paraíba por mais esta conquista acadêmica e por muitos momentos de felicidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente, a linha de História da Educação pela boa trajetória de estudos e por muito aprendizado no empenho do trabalho com a pesquisa.

Aos arquivos paraibanos na figura do IHGP, Casa José Américo de Almeida, Biblioteca Central da UFPB e ao arquivo da Funesc no espaço cultural, por receber todos os pesquisadores da linha de História da Educação e por auxiliar-nos como suporte em prol do domínio da História.

A minha orientadora Doutora Maria Lúcia da Silva Nunes que está comigo desde o final da graduação, contribuindo para o meu desenvolvimento como pesquisadora, e pessoal. Quero agradecer pela sua poesia de vida, pelo trato sempre cordial comigo, pelo engajamento com a literatura que tanto me fez crescer intelectualmente e por compartilhar conhecimentos que vão além dos muros acadêmicos.

Aos meus queridos professores que me acompanharam durante o mestrado, em especial os professores Doutor Charliton José dos Santos Machado pelo incentivo ao empoderamento feminino e pela sabedoria que nos ajuda a crescer com intelectual; e o professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro por todo apoio no estágio em docência, pela sua postura ética e sua cordialidade de sempre.

Aos queridos professores que participaram da banca de qualificação e defesa, Doutor Matheus da Cruz e Zica por sua erudição, humildade no trato com as pessoas e pelos ensinamentos e indicações de teóricos, que muito contribuiu com esta narrativa; ao professor

Doutor Wojciech Andrezej Kulesza por toda sabedoria histórica, genialidade, e pelo respeito na forma de conduzir as correções dessa narrativa histórica.

A Tiago Oliveira de Albuquerque com quem compartilho a minha vida e os prazeres dela, companhia agradabilíssima que revitaliza todos meus desejos, inclusive os intelectuais. Agradeço por ser a pessoa que fielmente acreditou em mim (desde a elaboração do projeto de pesquisa até a defesa), impulsionando meu sonho em seguir com a carreira acadêmica e por todo seu amor, o que faz da minha vida um romance sem fim.

Ao meu amigo querido Luiz Mário Dantas Burity pela parceria na escrita de artigos acadêmicos, pelas fontes fornecidas ao longo da construção deste trabalho, discussões teóricas nos grupos de estudos e nas disciplinas cursadas na UFPB; e por sua valorosa amizade, a qual tenho muita sorte em ter.

Agradeço aos amigos do PPGH na pessoa de Thayná Peixoto pelas indicações de leitura e apoio aos estudos em História, aos amigos do PPGE, Jéssica Fernandes, Lucas Romário e Luís Augusto, por sua simplicidade integridade e graciosidade enquanto bons seres humanos, pelas discussões políticas muito proveitosas e conversas sobre os sujeitos da pesquisa histórica.

Às amigas historiadoras da educação, representadas por Lays Regina, Suenya do Nascimento e Lidiane Nayara, pela socialização das respectivas problemáticas de pesquisa, pela vivência que alegria os meus dias, pelas contribuições teóricas para a elaboração deste trabalho e pelo apoio à persistência da configuração do trabalho acadêmico.

Aos meus queridos sogros, Vanja Suely Oliveira de Albuquerque e Inaldo Barbosa de Albuquerque, pela bondade, generosidade e delicadeza de estarem sempre ajudando aos mais necessitados; pela solidariedade de me acolherem em sua casa; pelos momentos de felicidade ao lado de suas famílias e pela força com que incentivam seus filhos e a mim a crescer profissionalmente.

A Ana Carolina Toscano, minha grande amiga, por receber tão bem as discussões teórico-metodológicas pertencentes ao meu trabalho de dissertação, pela simpatia e gratidão ao feminismo, um dos pilares que embasam esta pesquisa, e pela amizade sincera que me conforta todas as horas que a vivo.

EPÍGRAFE (OPCIONAL)

Na escala planetária, a globalização, pelo menos num primeiro momento, fragiliza os mais fracos, dentre os quais as mulheres, expostas à pauperização, à fome, às guerras nacionais e étnicas que atingem mais de perto os civis, à aids galopante, mais grave na África, à prostituição cujas redes se estendem, contradizendo a visão triunfante de uma sexualidade liberada. A história das mulheres é tão trágica quanto a dos homens. Assim, a revolução sexual, que tentamos medir, está inacabada. Em verdade, é interminável. Nesse ponto, como em todos os outros, não existe “fim da história”. É impossível, então, concluir o relato. Pode-se dizer “era uma vez”. Invocar começos obscuros. Dizer o princípio. Mas não o “fim”. (PERROT, 2013, p. 169).

RESUMO

Esta dissertação insere-se nos moldes do processo reflexivo sobre os estudos da história das mulheres no Brasil, mais especificamente na Paraíba dos anos 1930 a 1939, e possibilita articular de forma dimensional a história das mulheres ao fenômeno educativo chamado escolarização. O objetivo é analisar o envolvimento das educadoras Analice Caldas de Barros, Albertina Correia de Lima e Alice de Azevedo Monteiro no processo histórico de escolarização da Paraíba, por meio de seus escritos nos periódicos “Boletim de Educação” e “A Revista do Ensino”. A pesquisa apoia-se no conceito de escolarização estabelecido por Luciano Mendes Faria Filho, o qual é convergente ao conceito de cultura educacional definido por Antônio Carlos Ferreira Pinheiro. Assim sendo, concebe-se a escolarização como uma educação organizada, ligada a uma rede sistematizada, bem como, as expectativas que temos em relação ao mundo e às pessoas; expressas em nossas crenças; desenvolvidas nas diversas situações vividas por cada indivíduo; nas demonstrações de (in)civilidade do ser humano e na capacidade de socialização, definindo-se como um processo contínuo. O processo de escolarização não se resume à instituição escolar, outras perspectivas também o definem, o intercruzamento de saberes populares e práticas socioculturais, como: a leitura e escrita da imprensa pedagógica. O diálogo entre a Nova História Cultural, a história das mulheres e a urdidura das táticas de Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol no tocante às artes de fazer, morar e cozinhar, subsidiou o aporte teórico metodológico. Na busca de tentar prestigiar a história das mulheres, destaca-se a contribuição das educadoras, estudadas nesta dissertação, ao cenário educacional paraibano, uma vez que fundaram a Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino, lecionaram em variadas etapas do ensino escolarizado, lutaram pela emancipação e pelo sufrágio feminino, escreveram na imprensa visibilizando suas ideias e ideais, permearam espaços antes masculinizados, entre outras ações. Face ao exposto, pode-se afirmar que as educadoras supracitadas contribuíram tanto para processo de escolarização quanto no processo de mudanças socioculturais, como no debate para a igualdade de gênero na Paraíba contravindo relações de poder.

Palavras-chave: História da educação. Imprensa. Década de 1930. Mulheres. Escolarização.

ABSTRACT

This dissertation is inserted in the molds of the reflexive process on women's history in Brazil, more specifically in Paraíba from 1930 to 1939, and make possible to articulate, in a dimensional fashion, the women's history to the educational phenomenon called schooling. The objective is to analyze the enrollment of the educators Analice Caldas de Barros, Albertina Correia de Lima and Alice de Azevedo Monteiro in the historical schooling process of Paraíba, by means of their writings in the "Boletins de Educação" and "Revista do Ensino" periodic publications. The research builds upon the concept of schooling as established by Luciano Mendes Faria Filho, which converges to the concept of cultural education as defined by Antônio Carlos Ferreira Pinheiro. There for, schooling is conceived as an organized education, tied to a systemized network, as well as the expectations we hold in relationship to the world and the people; expressed in our beliefs; developed in the various situations lived by each individual; in the displays of (in)civility of the human being and in the capacity for socialization, defining itself as a continued process. The schooling process is not reduced to the school institution, other perspectives also define it, the interchange of popular knowledge and sociocultural practices, such as: reading and writing of pedagogic press. The dialogue among the New Cultural History, women's history, and the winding of the tactics by Michel de Certeau and Pierre Mayol as to the arts of making, living and cooking, was the basis for the theoretical methodological contribution. In the search to prestige women's history, it is highlighted the contribution of the educators, searched in this dissertation, to Paraíba's educational scenery, as they founded an association for feminine progress, lectured in various stages of the scholar teaching, fought for the emancipation and for the feminine suffrage, wrote in the press, publicizing their ideas and ideals, permeated spaces that were masculine before, among other actions. Facing what was exposed, it is possible to affirm that the aforementioned educators contributed as much for the schooling process as for the process of sociocultural change and in the debate for gender equality in Paraíba going against relations of power.

Key-words: Education's history; Press; 1930's decade; Women; Schooling.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diretoria da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino	38
Figura 2 - Albertina Correia de Lima em sua formatura	43
Figura 3 - Coluna assinada pela A.P.P.P.F. e por Alice de Azevedo Monteiro	51
Figura 4 - Anúncio do Curso Modelo.....	52
Figura 5 - Nota sobre o Curso Modelo	53
Figura 6 - Homenagem da Revista do Ensino à Alice de Azevedo Monteiro	55
Figura 7– Professora Analice Caldas de Barros	58

SUMÁRIO

1	CAMINHOS INVESTIGATIVOS: A PESQUISA HISTÓRICA APONTANDO O COTIDIANO COMO APOIO À OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA	11
2	BIOGRAFIAS E TEMPORALIDADES: NARRATIVAS QUE ULTRAPASSAM O CARÁTER INDIVIDUAL E A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE HOMENS E MULHERES	42
2.1	ALBERTINA CORREIA DE LIMA	42
2.2	ALICE DE AZEVEDO MONTEIRO	48
2.3	ANALICE CALDAS DE BARROS	58
2.4	DISCUSSÕES DE GÊNERO: MASCULINIDADES E FEMINILIDADES SOB A PREMISA DAS RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL	67
3	OS IMPRESSOS COMO SUPORTE AO DEBATE PÚBLICO SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO: PUBLICAÇÕES DE MULHERES PROFESSORAS NA IMPRENSA OFICIAL DA PARAÍBA DA DÉCADA DE 1930	84
3.1	ARTIGOS DOS BOLETINS DE EDUCAÇÃO	87
3.1.1	<i>Desafios nas práticas cotidianas executadas por mulheres</i>	<i>87</i>
3.1.2	<i>Contribuições à igualdade e autonomia feminina</i>	<i>96</i>
3.1.3	<i>Cozinhar também é um ato educativo</i>	<i>101</i>
3.1.4	<i>Uma perspectiva feminina da economia envolvendo o trabalho doméstico</i>	<i>105</i>
3.2	A REVISTA DO ENSINO	114
3.2.1	<i>Profissão e proteção na educação de crianças</i>	<i>114</i>
3.2.2	<i>Um olhar sobre o universo dos números</i>	<i>118</i>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	136

1 CAMINHOS INVESTIGATIVOS: A PESQUISA HISTÓRICA APONTANDO O COTIDIANO COMO APOIO À OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas. [...] nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões. (PERROT, 2013, p.16).

Durante um longo tempo, as mulheres ficaram à sombra da história. Foi exatamente por todo esse papel de restrição que surgiu o meu interesse em pesquisar sobre a história de mulheres que tiveram contribuições importantes para o desenvolvimento social, político e educacional da Paraíba. A história das mulheres despertou meu interesse ao final da minha graduação em Pedagogia, porque para mim era uma área importante do conhecimento que vivia à margem dos estudos históricos. Percebi que estava aberta a pesquisar novos estudos e que, para nós mulheres, algumas coisas haviam mudado, já que a influência da Nova História Cultural despertou novos interesses transformando a história das mulheres como um campo de estudo, hoje, consolidado. Não foi, portanto, “uma iluminação” e sim uma curiosidade real a respeito dessas histórias e trajetórias de vida.

O interesse pela História da Educação Paraibana veio em decorrência das disciplinas cursadas na graduação em pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na condição de aluna conheci os professores Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro e Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes, minha orientadora, ambos docentes da linha de História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB. Esses professores me inspiraram para me inserir no mundo da pesquisa, já que antes eu participava da Extensão no projeto Práticas Sociais de Linguagem na Era Digital: trabalhando a leitura e a escrita no Ensino Médio¹, coordenado pela professora Dra. Marineuma de Oliveira Costa Cavalcanti.

¹ O projeto intitulado “Práticas Sociais de Linguagem na Era Digital: trabalhando a leitura e a escrita no Ensino Médio” tinha o objetivo de servir à comunidade de alunos do ensino médio da cidade de Pocinhos-PB com a proposição de exercícios práticos sobre leitura e escrita, e ajuda dos recursos didáticos tecnológicos. As atividades foram desenvolvidas como monitoria. A Monitoria é uma atividade discente, que tem como objetivo auxiliar o professor, visando à melhoria da qualidade do ensino dos projetos de iniciação científica. O projeto de extensão intensificou a cooperação entre os tutores e a professora nas atividades relativas ao ensino e a extensão,

Concomitantemente, naquela época já me alinhava às leituras e ao contato com fontes históricas que permeavam a História da Educação. No transcorrer do final do meu curso de graduação nos anos de 2013 e 2014 me aproximei dos estudos empreendidos pelo grupo “Educação e educadoras da Paraíba do Século XX” coordenado pelo professor Dr. Charliton José dos Santos Machado coma colaboração da professora Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes, aproximação ocasional que me desafiou a mergulhar com mais intensidade nas leituras sobre fontes históricas, história das mulheres, biografias históricas e História da Educação.

Surgiram, então, alguns questionamentos que me ligavam inteiramente à história das mulheres, em especial às paraibanas, questionamentos que se transformaram mais tarde nos objetivos do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) denominado de “Vestígios de Educação nos escritos de Analice Caldas de Barros (1891-1945)”, feito em parceria com Aline Manoela, aluna PIVIC da professora Maria Lúcia.

Com o intuito de dimensionar melhor minha pesquisa e aprimorar mais conhecimento, me aproximei também dos estudos do Projeto de Iniciação Científica-PIBIC intitulado: “Patronesses de Escolas Públicas: suas memórias e contribuições à Educação Paraibana”, coordenado pela professora Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes.

Projeto de PIBIC com a tarefa de revelar a história de mulheres que nomeiam as escolas da rede pública de ensino da Paraíba, através da construção de biografias com a utilização de documentos oficiais, textos publicados em periódicos, produções acadêmicas e fotografias. E, também, para que suas histórias sejam vistas enquanto parte essencial para a compreensão da sociedade brasileira, composta por homens e mulheres, de credos, raças e classes sociais diversas, que com suas práticas cotidianas em instâncias privadas ou públicas ajudaram a construir a sociedade que hoje temos² (NUNES, 2012, p.4).

A pesquisa traz consigo uma carga de valores, fatos históricos, interesses políticos e preferências que norteiam o pesquisador. Por conseguinte, a pesquisa busca abranger os significados das falas dos sujeitos, interligando com o contexto no qual eles se inserem. O movimento de sistematização ocorre de maneira constante sob a perspectiva de várias

a pesquisa e a extensão, são duas modalidades criativas e inteligentes de se trabalhar e faz com que o aluno se aproxime da docência, mesmo ainda estando cursando sua graduação.

² Texto retirado do projeto “Patronesses de Escolas Públicas: suas memórias e contribuições à educação paraibana (1930 – 1950)”, Pibic/ 2012, elaborado e coordenado pela professora Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes.

dimensões, saindo dos questionamentos para a realidade. Escolher um método para ser usado na presente dissertação de mestrado não foi uma das tarefas mais difíceis. Todavia, é possível identificar em seus objetivos a perspectiva da pesquisa histórica e do método qualitativo.

Entende-se que os estudos com foco na imprensa periódica revelam uma tendência na pesquisa histórica. Já que para os historiadores os jornais são usados como fontes para compreender as representações sociais do passado. A análise qualitativa tem como característica básica o processo indutivo, que focaliza o cotidiano da vida dos sujeitos, auxiliando a compreensão do sujeito e o contexto em que o mesmo está inserido.

A construção historiográfica de uma pesquisa histórica é pautada entres certezas e incertezas, sob o olhar atento do pesquisador, que serão esclarecidas a partir das interações com suas fontes, sejam elas primárias ou secundárias. Nesta pesquisa a imprensa é a principal fonte histórica de investigação. Os jornais e revistas como fontes documentais dão subsídios às análises críticas que serão investigadas nesta pesquisa. É esperado que o embate com os documentos seja mediado por críticas, tensões e aceitação ao longo da construção da narrativa. Para se fazer pesquisa é necessário dedicação, tempo e um faro para investigação.

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas da lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareia de ciladas. (GINZBURG, 1989, p.151).

Conforme Ginzburg, o homem traz consigo através do processo evolutivo a esperteza para investigar. Na elaboração do trabalho, o pesquisador precisa de procedimentos adequados, compatíveis com a proposta de estudo e pertinentes à leitura das fontes disponíveis para o enfrentamento da problemática. Mas, é sabido também que ao longo das narrativas suas dificuldades são suprimidas em prol da construção de um texto acadêmico. Em termos de metodologia a pesquisa desenvolve abordagens históricas que para Michel de Certeau (2008) articula-se teórica e metodologicamente com o lugar de inserção de seu produtor.

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada

a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2008, p.66.)

Compreendendo essa definição de Certeau busca-se nesta pesquisa uma abordagem histórica através da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando jornais, revistas, livros e artigos.

Sobre a perspectiva do processo de escolarização na Paraíba, buscou-se fazer um Estado da Arte sobre as produções já existentes a propósito da citada temática ao longo dos anos de estudos da pós-graduação em educação do PPGE da UFPB, da ANPEd, da SBHE e dos seminários nacionais do HISTEDBR. Realizar um levantamento bibliográfico conta com um grau de conhecimento teórico e metodológico dinâmico, além de um processo de sistematização próprio. O que foi feito partiu da preocupação com o controle de trabalhos relacionados a minha pesquisa. A ideia central desse levantamento teve a função de mapear trabalhos com informações produzidas e publicadas acerca da temática *Mulheres Educadoras e Escolarização*. Para Gondra (2005), “Mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens”. A temática da pesquisa estudada está inserida como campo de estudo na linha de História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Foram encontradas duas dissertações relacionadas à temática deste estudo no acervo do PPGE-UFPB, são os trabalhos de Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Luna Freire: “A Escola Nova e a Modernização do Ensino Primário na Paraíba: a Formação de Professores e os Grupos Escolares (1930-1946)”, defendida em 2015 e a dissertação de Bruna Maria Moraes de Paiva: “Escarolarização na Primeira República: organização e funcionamento do Ensino Noturno na Parahyba do Norte (1916-1931)”, defendida em 2010.

Durante esta pesquisa foram encontrados alguns trabalhos já existentes sobre as educadoras Albertina Correia de Lima, Alice de Azevedo Monteiro e Analice Caldas de Barros, como: o livro Analice Caldas A Genealogista, de Adauto Ramos, publicado em 2013; a dissertação de mestrado A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras – 1891/1945, do autor Favianni da Silva, publicada em 2007; o livro Outras Histórias – cultura e poder na Paraíba (1889 – 1930), de Alômia Abrantes e Martinho Guedes dos Santos Neto, publicado no ano de 2010; o livro Duas vidas a serviço da Paraíba – Diógenes e Analice Caldas, do autor Eurivaldo Caldas Tavares publicado em 1976; a monografia das pedagogas

Shirley Targino Silva e Aline Manoela da Silva Alves: Vestígios de educação nos Escritos de Analice Caldas de Barros (1891 – 1945), do ano de 2014; além dos artigos ‘Uma leitura do livro Alagoa Nova (1940), de Analice Caldas: em busca de vestígios sobre educação’, publicado pela professora Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes e a graduanda em pedagogia Aline Manoela da Silva Alves, em 2013; artigo de Viviane Freitas da Silva e da mestra em educação Márcia Cristiane Ferreira Mendes: Albertina Correia de Lima: suas contribuições no cenário educacional e político da Paraíba (1889-1975) publicado em 2011; o artigo de Ana Maria Coutinho Bernardo: Gênero, História e Educação na Paraíba: memórias de Professoras e escritoras do início do Século XX publicado no segundo CBHE; o artigo da Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes, de Viviane Freitas da Silva e da mestra em educação Márcia Cristiane Ferreira: Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX: práticas, leituras e representações, publicado no VIII Seminário do Histed-br; o artigo da Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes, da mestra em educação Adriana Marcineiro Vilar e das pedagogas Elane Candido da Silva, Tatianne da Conceição Ferreira: Vocação, Missão, Profissão: a docência na visão de educadoras paraibanas (1935) publicado em 2012; o artigo da mestra em educação Rosângela Chrystina Fontes de Lima: Alice Azevedo Monteiro e os Jardins de Infância na Paraíba (1920-1935), publicado em 2011.

O levantamento feito por esse estudo traz os textos aprovados e apresentados em eventos científicos de abrangência nacional e considerados pela CAPES, como: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), textos de todas as reuniões nacionais feitas pela própria instituição dos anos 2000 a 2013, os da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), todos os anais e congressos nacionais dos anos 2000 a 2013 e por último, todos os Seminários Nacionais de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. A localização dos trabalhos apresentados na ANPED deu-se através da página da entidade nos textos disponibilizados online no Histórico da Reuniões Científicas Nacionais da ANPED. Nessa pesquisa, foram consideradas as reuniões nacionais e anuais da ANPED no GTs de História da Educação de cada ano respectivamente (23ª Reunião Anual- 2000- Caxambu, MG), (24ª Reunião Anual- 2001- Caxambu, MG), (25ª Reunião Anual – 2002- Caxambu, MG), (26ª Reunião Anual – 2003- Poços de Caldas, MG), (27ª Reunião Anual -2004- Caxambu, MG), (28ª Reunião Anual – 2005- Caxambu, MG), (29ª Reunião Anual – 2006- Caxambu, MG), (30ª Reunião Anual – 2007- Caxambu, MG), (31ª Reunião Anual – 2008- Caxambu, MG), (32ª. Reunião Anual -2009 - Caxambu, MG), (33ª Reunião Anual -2010- Caxambu, MG), (34ª. Reunião Anual – 2011- Natal, RN), (35ª. Reunião Anual

– 2012- Porto de Galinhas, PE), (36ª Reunião Anual (Nacional) – 2013-Goiânia / GO); os congressos anuais da (SBHE) começando pelo I CBHE 2000 realizado no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, II CBHE 2002 ocorreu na cidade de Natal; III CBHE 2004 realizado em Curitiba, na PUCPR; IV CBHE 2006 foi realizado em Goiânia-GO, na UCG; V CBHE 2008 foi realizado em Aracaju – Sergipe; VI CBHE 2011 realizado em Vitória- ES na Universidade Federal do Espírito Santo; VII CBHE 2013 foi realizado na cidade de Cuiabá –MT; por fim os seminários do Histedbr sendo o I Seminário no ano de 1991 em Campinas – SP, II Seminário no ano de 1992 em Campinas – SP, III Seminário no ano de 1995 - Campinas – SP, IV Seminário no ano de 1997 em Campinas – SP, V Seminário no ano 2001 em Campinas – SP, VI Seminário no ano de 2003 em Aracaju – SE, VII Seminário no ano de 2006 em Campinas – SP, VIII Seminário no ano de 2009 em Campinas – SP, IX Seminário no ano de 2012 em João Pessoa – PB.

Já nos acervos da ANPED, da SBHE e do HISTEDBR foram encontrados 46 artigos referindo-se à temática da pesquisa, seja mulheres educadoras ou escolarização, sobretudo, é considerável ressaltar o desenvolvimento das duas situações em 7 trabalhos publicados. Sendo assim, segue a descrição dos trabalhos: Concepções de Educação Integral na Década de 30: As Teses do II Congresso Internacional Feminista das autoras Naílda Marinho da Costa Bonato – UNIRIO e Lúcia Martha Coimbra da Costa Coelho – UNIRIO publicado no CBHE; O Processo de Escolarização no Estado Moderno: Singularidades do Grupo Escolar Dom José Gaspar em Ibiá, MG (1930 – 1945), das autoras Sirlene Cristina de Souza, Mestranda em Educação – UFU e da Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro – UFU, publicado no CBHE; Trajetórias das Signatárias do Manifesto dos Pioneiros: visões do Escolanovismo nos anos 1930, do autor José Damiro de Moraes – UnB, publicado no CBHE; As apropriações da Escola Nova e a representação do Trabalho Docente em autobiografias de professoras (1920 - 1960), de Wiara Rosa da Silva – USP, publicado no CBHE; Escolanovismo e Alfabetização na *Revista De Educação* (São Paulo: 1933-1943), de Márcia Cristina de Oliveira Mello – UNESP, publicado no CBHE; Os Limites das estatísticas educacionais por aqueles que as produziram, da autora Natalia Gil – USP, publicado no CBHE; Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: símbolo de modernização do Ensino Primário na Parahyba do Norte, de Rosângela Chrystina Fontes de Lima - UFPB. Este levantamento procurou dar ênfase e valorização a busca pelos trabalhos apenas nos GTs da HE, destacando o crescimento da História da Educação dadas pelos sites dos programas PG: disciplinas e grupos de pesquisas; periódicos vinculados ao PPGs, como: cadernos, revistas e periódicos; Eventos de grande porte:

Congresso Brasileiro de História da Educação, Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, ANPEd, Seminários e outros.

A presente dissertação de mestrado se justifica pela necessidade de entender a participação das mulheres que se mostraram parte integrante e construtiva do processo histórico de escolarização na Paraíba. Apesar de já haver um crescente interesse no estudo de mulheres educadoras na Paraíba, demonstrado, como por exemplo, nos projetos de pesquisa e trabalhos publicados e coordenados pela professora Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes e pelo professor Dr. Charliton José dos Santos Machado, muito ainda resta a ser feito para demonstrar a atuação das mulheres no processo histórico educacional da Paraíba. Faz-se necessário, portanto, que sejam conduzidos novos estudos acerca do presente tema, a fim de que seja renovada a visão geral da influência exercida pelas mulheres no referido processo histórico.

O recorte temporal do referente estudo compreende os anos 1930 a 1939, e se justifica pela necessidade de trazer à tona a contribuição das educadoras Albertina Correia de Lima, Alice de Azevedo Monteiro e Analice Caldas de Barros, no cenário educacional, político e social da Paraíba, particularmente no processo de escolarização. Esse recorte foi escolhido por ser uma década de grande atuação dessas três educadoras na imprensa paraibana. O fato de ter escolhido estas três mulheres como sujeitos da pesquisa se justifica pelo interesse de avaliar a produção escrita delas na imprensa paraibana e também por elas estarem frequentando os mesmos espaços no referido recorte. A partir dessas compreensões é que foi escolhido o recorte temporal, destacando-se por ter produzido profundas transformações no setor educacional brasileiro, em particular, para a história da educação. Ao analisarmos sua história pode-se perceber que 1930 é uma das décadas mais férteis para a história da educação brasileira, principalmente, pelas suas representações ideológicas e faz destacar grandes grupos em ascensão histórica, entres eles, encontra-se o movimento de emancipação feminina objetivando conquistas e garantias de direitos sociais e políticos, que já vinham se desenvolvendo desde décadas anteriores.

Para reforçar a justificativa de tal escolha, é importante ressaltar o denominador comum que há entre essas educadoras. As três foram militantes dos movimentos políticos femininos e atuantes assíduas na conjuntura política da década de 1930, bem como escreviam para os mesmos jornais e revistas em circulação à época. A realização desta pesquisa trará elementos para a ampliação da compreensão existente do estágio atual da educação na Paraíba

no que diz respeito à expansão realizada por mulheres nos diversos níveis da educação, desde o jardim de infância até a educação profissional.

Entende-se que, para o campo da História da Educação, bem como para os estudos acerca da temática, há definitiva relevância social e científica, ao ampliar a visibilidade do papel exercido pelas mulheres sobre o quadro educacional da Paraíba. Relevância que vem suscitando o interesse dos pesquisadores em tratar das mulheres educadoras em pesquisas relacionadas a esta (SILVA, 2007; SANTOS, 2009; MACHADO, 2010; NUNES; MACHADO, 2011; MENDES, 2012).

O interesse de estudar as mulheres do cenário educacional da Paraíba torna-se necessário por todo seu processo de vida, como sua luta pelo direito à educação e a ação de sua emancipação. A orientação da escrita deste texto ancora-se na abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, que tornou viável a reparação de aspectos do cotidiano, o estudo de novos objetos, novos problemas, novas abordagens e novos sujeitos, bem como novas leituras de sujeitos e questões já postas, no caso específico destacamos a presença de três mulheres, educadoras paraibanas para o desenvolvimento da escolarização na Paraíba. Acreditamos que pela leitura das atuações individuais das educadoras destacadas poderemos adentrar nas minúcias sociais, culturais, políticas e educacionais do recorte histórico selecionado. As educadoras eram membros da Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino; proferiam palestras na primeira rádio oficial do estado; escreviam nos dois Boletins de Educação do estado; escreviam na Revista Era Nova e na Revista do Ensino; escreviam no jornal A União, mais especificamente na Página Feminina. Isto posto, facilitou a escolha das três educadoras para compor a demanda da pesquisa, uma vez que as fontes utilizadas nesta pesquisa já me eram familiares, algumas desde a monografia. Vale ressaltar também que não há no banco de teses e dissertações do PPGE nenhum trabalho que envolva a escrita das professoras Albetina Correia de Lima e de Alice de Azevedo Monteiro. Há uma dissertação que biografava a professora Analice Caldas de Barros, porém as fontes utilizadas para a análise dos escritos são diferentes.

Desde o seu surgimento, a Nova História Cultural deslocou sua atenção para a história dos sujeitos comuns, preocupando-se com suas práticas culturais, suas experiências da mudança social. “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p.16-17). Pode-se dizer que esse movimento se estabelece em uma configuração sobre pensar a historiografia acerca da cultura

popular, sem excluir as expressões de cultura das elites. No campo da história da educação, este trabalho vem contribuir de modo a não se interessar apenas pelos grandes movimentos educacionais ou grandes pensadores, mas volta seu olhar para novos objetos e sujeitos, bem como novas maneiras de abordá-los.

Contar a história do cenário educacional daquela época através das histórias de mulheres educadoras é, sem dúvida, acreditar que essas mulheres, as quais ingressaram em espaços permeados pelos homens, saíram da invisibilidade para o nascimento de uma nova era, a era das histórias das mulheres. E desse modo situá-las ao lado de outros sujeitos com os quais conviveram e interagiram em suas diversas práticas, homens e mulheres em ação na produção de uma sociedade que acreditava na escolarização como elemento de crescimento, de progresso.

A década de 1930 é reconhecida pela efetivação de mudanças iniciadas com o Brasil República. O processo de expansão urbana gera novos espaços, novas diligências, novas demandas. Não muito longe está a mudança comportamental das mulheres paraibanas que buscam espaço e inserção pública numa sociedade permeada pela supremacia masculina.

A família tradicional paraibana sob a égide do patriarcado definia para as mulheres atividades relacionadas somente ao cuidado do lar e ao magistério, sendo o casamento o destino mais almejado uma vez que lhes manteria em uma vida recatada. A transferência ao novo quadro da modernidade é dada pela modernização estatal, já que uma série de transformações de cunho administrativo ocorreram nessa década. Isso se deu em função dos vencedores do movimento de 30 e logo se espalhou para outras organizações sociais. Os investimentos serviam para elaboração de um governo regido por valores de lealdade cívica de acordo com Cipriano (2010, p.168). Foi assim que João Pessoa conseguiu a estima dos paraibanos. Segundo Cipriano (2010, p.168):

Informado pela ideia de moralizar a sociedade paraibana, o governo de João Pessoa foi marcado pela tentativa de controlar a violência no Estado, investindo em vários setores das sociedades: construção de grupos escolares de “ensino primário” e construção de uma casa para recolher menores das ruas, denominada centro Agrícola de Pindonbal e, principalmente, investindo na ordem familiar (CIPRIANO, 2010, p.168).

O período foi de muitas reformas e a época econômica era favorável, devido a produção algodoeira que chegou a colocar a Paraíba como maior produtora do Brasil.

Apesar dos antecedentes da fragilidade designados à mulher e o modo como lhe colocaram impossibilitada de frequentar lugares públicos, a insatisfação com tal modelo ganha espaços nos âmbitos sociais, e as mulheres lutam para tomar o seu lugar nos âmbitos políticos, sociais e educacionais. Para observar o contexto histórico em que a mulher paraibana estava inserida, vejamos o modelo político vigente que as ajudava a permear alguns espaços. Segundo Machado e Nunes (2007), “O modelo político defendido pela aliança liberal ganhava a adesão de vários segmentos urbanos da sociedade, pelo país afora, entre aquelas insatisfeitas com as oligarquias rurais, mas também como decorrência dos ideais reformistas pregados pelos liberais” (MACHADO; NUNES, 2007).

Diante da citação acima pode-se observar que os revolucionários da época buscavam deixar o coronelismo obsoleto e a quebra da supremacia dos grandes estados sobre a Paraíba. Do ponto de vista educacional isto era bom, pois durante o período citado, a oferta das instituições escolares aumentou significativamente.

Um fator comum e determinante nessa Paraíba revolucionária é a união de um estado forte com as simpatizantes das causas liberais. Dentro desse movimento destacavam-se as mulheres educadoras, que passaram a integrar a linha de apoio à Aliança Liberal. Foi exatamente por este processo de ligação acordado entre mulheres da educação com a política local que algumas mulheres da sociedade passaram a ter uma importância social, política e cultural. Então, falar da emancipação feminina paraibana na década de 1930 é correlacionar fatos históricos com o crescimento do processo educacional da Paraíba.

Segundo Melo (1979, apud NUNES, 2012, p.2), essa participação das mulheres atendia aos apelos de Carlos Dias Fernandes e José Américo de Almeida e tinha como principais entusiastas da Aliança Liberal as alunas da escola normal. E, segundo Aguiar (2005, p.19, apud NUNES, 2012, p.2).

Elas estavam, na maioria das vezes, à frente das passeatas e meetings, como se dizia na época. Fardadas de azul e branco entre seus 14 e 20 anos, as normalistas bem simbolizavam o total apoio do povo à reforma e renovação empreendida no governo pelo estadista conterrâneo.

Em efervescência seguia o clima político paraibano e, com efeito, a grande euforia de embates pessoais e políticos culmina no assassinato do Presidente João Pessoa no dia 26 de julho de 1930. João Pessoa foi assassinado por João Dantas na confeitaria Glória, em Recife

(PE), segundo um olhar mais crítico do ponto de vista histórico, por questões de ordem pessoal e não somente políticas. Sendo assim, sua morte alavanca um maciço movimento armado que muda a estrutura paraibana e brasileira, gerando o movimento chamado de Revolução de 30.

Com o assassinato de João Pessoa, as declarações de apoio tornaram-se efetivas e passaram a ocupar um espaço significativo nas páginas do jornal “A União”, órgão da imprensa oficial do estado. Não obstante, as mulheres continuaram suas lutas em marcha pró-liberalista e também homenageando o político morto, que passou a ser referenciado como um herói.

Imersas nas discussões políticas as mulheres continuaram este debate nas páginas de jornais, boletins e revistas. Naquela época era óbvia a diferença de papéis pertencentes aos sexos feminino e masculino. Isso diferenciava também a sociedade. De acordo com Nunes (2012, p.3)

Sem esquecer que havia uma comunhão de ideais políticos entre o jornal e as mulheres, ficou registrado que as mesmas contavam com uma favorabilidade na divulgação de suas ações e esse espaço foi aproveitado para publicização de suas ideias, no momento em que criaram uma associação feminista. Essa relação harmoniosa nem sempre foi a tônica entre as mulheres e a imprensa.

Além de se juntarem aos movimentos sociais da época, as mulheres começaram a publicar textos em jornais e revistas defendendo as causas femininas. A partir de todo esse processo de luta é que surge um novo olhar para o sexo feminino. Já que antes, a mulher era tida como um ser passivo, incapaz e frágil. Através desse processo de inserção na sociedade é que a mulher vem desmistificar o mito de suas incapacidades. A luta feminista nasce com a intenção de denunciar injustiças, incertezas e opressões que cercavam as mulheres e as desvalorizavam como seres humanos.

Na área de história da educação há uma grande parte de pesquisas que abarcam o jornal como fonte, seja os da educação ou os de grande circulação que não tenham o cunho educacional. Em contraponto, é sabido que a imprensa é controlada por órgãos do Estado, grupos de empresários e intelectuais com intenção de formular um pensamento pouco reflexivo e que atenda aos seus interesses quando se diz respeito às suas publicações. Sendo assim, a função do jornal torna-se, praticamente, informar, vender e entreter. Ele também

forma, convence, acusa e inocenta de acordo com os interesses de quem o controla. Funções estas que cercam o interesse do público pelos fatores políticos, sociais e econômicos.

Sobre a função educativa do jornal é difícil classificar, pois os jornais mostram reflexões influenciadas por seus produtores, não que não sejam relevantes, mas a imprensa tem autonomia limitada. Suas publicações dependem da aprovação das autoridades reguladoras. Isto não implica dizer que não podemos utilizar o jornal como fonte para a historiografia da educação brasileira, mas é preciso cuidado ao manuseá-lo como fonte histórica, pois nenhum periódico está isento de manipulação. E se tratando de pesquisas históricas como é o caso deste estudo, os jornais e revistas têm muito a contribuir, pois revelam dados e fatos históricos para a compreensão do processo histórico-educacional do nosso país.

Face ao exposto, faz-se necessária uma abordagem histórica, sobre as fontes utilizadas neste estudo que, para o cumprimento do objetivo desta pesquisa, são: os Boletins de Educação e a Revista do Ensino periódicos da Imprensa Pedagógica. Para Burity e Targino (2016, p. 2-3), “A imprensa pedagógica, nesse sentido, pode ser definida pela circulação periódica de materiais produzidos com a finalidade de educar pessoas, se consolidando enquanto um espaço público de formação de sujeitos para além do ambiente escolar”. Sendo assim, a imprensa pedagógica é periódica, especializada em educação e dirigida, principalmente, aos professores. Como fonte de suporte para o entendimento do recorte histórico e para observar a relação de gênero entre homens e mulheres, serão usados também o jornal “A União” e a revista “Era Nova”, respectivamente.

O século XX traz a transformação nos jornais e revistas através da impressão de imagens, favorecendo assim a captação de um maior público leitor feminino, já que a maioria das leitoras eram de classes abastadas e se interessavam muito por moda, naquela época considerado um dos assuntos adequados ao público feminino. As páginas femininas eram dedicadas à moda, à gastronomia, à literatura, à decoração e à educação. Isso revela que as mulheres começaram sua escrita na via pública por esses assuntos, logo mais, foram inserindo gradativamente outros assuntos considerados masculinos, como é o caso da política. A partir dessa situação pode-se observar a motivação das mulheres para com a imprensa enquanto público leitor e na sua produção. Durante as primeiras décadas do século XX as grandes revistas e jornais brasileiros contavam com seções femininas, com assuntos referentes ao feminino, como se fazia antes, mas agora incluindo novas abordagens, que iam desde os conselhos sentimentais até as discussões sobre o feminismo da época.

O jornal apesar de ser para alguns historiadores do passado uma fonte não confiável, atrai grande atenção dos historiadores da educação mesmo sabendo-se do seu caráter de manipulação. Todavia, o documento apresenta diversas informações e opiniões, por conseguinte, torna-se uma fonte profícua para análise da história de uma sociedade. Segundo Vieira (2007, p.13):

A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina [e rural]: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais [...].

Neste sentido, é possível observar as múltiplas facetas que um periódico como uma fonte histórica tem a oferecer. Os periódicos também se caracteriza(va)m como um grande debatedor do processo educativo brasileiro e paraibano, e no recorte selecionado por esse trabalho eram a única mídia de circulação imediata a qual possibilitava o contato de professores e intelectuais atuantes nos escritos do documento impresso. Portanto, optou-se pelo uso documental dos Boletins de Educação, a Revista do Ensino, o jornal A União e a Revista Era Nova como representação histórica do processo de escolarização na Parahyba de 1930. O tempo gasto nos arquivos à procura das fontes dá ao historiador um prazer imensurável. É sobre esta ótica que a pesquisa histórica é tão fomentada entre os historiadores da educação “[...] e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir, sem continuar a leitura até o dia seguinte” (BACELLAR, 2008, p.24). À vista disso, o trabalho com esta fonte revela uma aproximação com o passado que está sendo estudado, fazendo perceber permanências e mudanças nos âmbitos educacionais, políticos, sociais.

O jornal “A União”, durante muitos anos, foi o principal meio de comunicação da imprensa paraibana. Fundado no dia 2 de fevereiro de 1893 pelo presidente de Província Álvaro Machado e tendo como primeiro diretor o jornalista Tito Silva, o jornal teve o caráter informativo de revelar à população vários momentos marcantes para a história paraibana. Vale ressaltar sua participação no Movimento Revolucionário de 1930 quando a Paraíba adquiriu renome nacional, tendo o jornal como veículo ativo para a guerra travada entre o presidente João Pessoa, que detinha o apoio popular, contra os poderes de centrais da oposição. Apesar de suas posições políticas ligadas à oficialidade, “A União”, bem como

outros veículos informativos, teve um papel inovador na sociedade paraibana, pois inseriu no exercício de suas técnicas as mulheres, as quais foram fomentadoras de novos ares de mudanças e lançaram sob o jornal uma nova perspectiva estilística com seus textos persuasivos sobre diversos temas que assolavam a sociedade da época.

O jornal “A União” encontra-se na capital paraibana João Pessoa em três arquivos relevantes para o estado: Arquivo Histórico Waldemar Duarte (FUNESC) no Espaço Cultural José Lins do Rego, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) no Centro Histórico da cidade, e na Fundação Casa de José Américo, na orla do bairro Cabo Branco. Nestes acervos os jornais encontram-se organizados por anos e divididos em livros por três ou quatro meses cada um, em estado de conservação variável, já que algumas páginas estão em processo de deterioração.

No que compete à pesquisa histórica em História da Educação, o jornal “A União” tem o desempenho de auxiliar como uma fonte investigativa acerca dos valores educativos que estavam em vigência na época de cada recorte temporal distinto de acordo com a preferência do pesquisador. Para tanto, foi pensada uma análise qualitativa visando estabelecer a articulação entre os objetivos e as finalidades proposta pela referente pesquisa. Nas páginas do jornal encontram-se relevantes discussões sobre a educação paraibana, estas escritas por intelectuais, entre eles estavam as mulheres educadoras que não deixam de ser intelectuais também, fazendo inferências às transformações educativas da década de 1930. O referido jornal circulava principalmente para a população de classes mais abastadas, porém chegava ao acesso dos que estavam também à margem do letramento, não excluindo suas formas de leituras, as quais poderiam se dar por outros contatos, tanto em suas leituras de signos quanto em um narrador lendo para eles. Assim sendo, a condição de simples jornal é extrapolada e vai além das fronteiras para levar informação ao povo paraibano. Uma fonte histórica perseverante existente desde o século XIX com Álvaro Machado, passando por outros chefes de estado bastante conhecidos, chegando ao século XXI permeada de História, sobretudo, sem arrefecer seu caráter informativo.

O presente estudo possibilita articular de forma dimensional a história das mulheres no fenômeno educativo chamado de escolarização, com intuito de revelar um melhor entendimento sobre o momento da sociedade da década de 1930 do século XX. As transformações do novo século possibilitaram a inserção da mulher no mercado de trabalho, para suprir uma mão de obra barata, bem como a inserção no magistério, uma vez feminizado, porque a atividade de ser professora se assemelhava à tarefa de ser mãe. A presença das

mulheres no mundo do trabalho revela grandes questionamentos, porque a sociedade entendia que a educação das mesmas deveria ser voltada para o lar e seus aprimoramentos nos estudos eram para a educação de seus filhos, para administrar bem sua casa, contribuindo com o bom desempenho do homem como provedor da família. Foi justamente contra esse modelo de educação que as mulheres se uniram em busca de uma nova posição social, assim, procuraram seguir as carreiras do magistério e inserir-se em outras áreas do mercado de trabalho. Diante disso, algumas mulheres buscaram o apoio da imprensa para denunciar as condições de opressão que marcavam suas vidas.

O objetivo desse estudo é analisar o envolvimento das educadoras Analice Caldas de Barros, Albertina Correia de Lima e Alice de Azevedo Monteiro no processo histórico de escolarização da Paraíba, por meio de seus escritos nos Boletins de Educação, na Revista do Ensino, no jornal A União e na Revista Era Nova. Para firmar este conceito de escolarização recorreu-se a um texto de Luciano Mendes Faria Filho, em que o entendimento está caracterizado por uma educação organizada, ligada a uma rede sistematizada. Entretanto, escolarização reflete também as expectativas que temos em relação ao mundo e às pessoas; expressa-se em nossas crenças e no que esperamos do futuro; desenvolve-se nas diversas situações vividas por cada indivíduo; nas demonstrações de (in)civilidade do ser humano; na capacidade de socialização, tudo isto está contido no conceito de educação, porque a educação é um processo contínuo de desenvolvimento.

Estamos entendendo o termo escolarização em um duplo sentido, os quais intimamente relacionados. Num primeiro, escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo entendimento em níveis posteriores e mais profundos.

Em outra acepção, estamos entendendo por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados. Neste caso, nossa atenção estará voltada para o que temos chamado de implicações/ dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização, abrangendo questões relacionadas ao letramento, ao reconhecimento ou não das competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil. (FILHO, 2003, p.78)

Neste caso, buscou-se deter apenas ao segundo conceito, tendo em vista o processo histórico e educacional que ocorreu na década de 1930. O conceito de escolarização utilizado

neste trabalho é diferente desse primeiro conceito apresentado na citação e que está pautado nos anos do século XIX, o qual tinha como foco a instrução primária com bases em instruções elementares. O conceito de escolarização que norteia a década de 1930 percorre o espaço educacional com os ideais republicanos rompendo padrões como a queda das cadeiras isoladas, o surgimento e efetivação dos grupos escolares e finalmente os colégios. Naqueles anos, a educação brasileira estava se efetivando plenamente através de conquistas que vinham sendo articuladas em outras décadas, ou seja, a educação torna-se escolarizada para suprir as demandas advindas do processo de urbanização e o crescimento de setores industriais, comerciais e sociais. O que se iniciou na década de 1930 na educação se reporta e dura até o fim da década de 1940. A década de 1930 mostra o processo de escolarização como um projeto político para educar o povo, tal ação se desencadearia no ideal de servir a nação. Em consonância com esse projeto educacional era visto uma forte participação da igreja, o autoritarismo, a nacionalização, os ideais de corpos hígidos e a prática da modernidade. A questão em foco é sobre a efetivação dessa prática que desbanca a cultura reducionista da instrução, essa nova prática demarca o espaço da escola como o único fomentador da aprendizagem e é exatamente sobre ela que este estudo se debruçará.

Ao contrário do que muitos pensam, há uma certa visibilidade e troca de informações entre estudiosos e intelectuais brasileiros com outros teóricos estrangeiros, inclusive esta influência cultural mundial acontecia desde o século XIX. Sobre esses recorrentes contatos entre estudiosos da educação brasileira e estrangeiros, estudiosos da educação e das ciências sociais em si é que ocorrem as mudanças, avanços, vantagens e desvantagens na educação brasileira. Os historiadores da educação, nos quais este estudo se aporta, a exemplo Luciano Faria Filho, Carlos Monarcha e José Gonçalves Gondra. Gondra (2007) retrata a interação do Brasil com o mundo:

No Brasil, no período republicano e, particularmente, por ocasião das reformas de inspiração escolanovista, nos anos 20 e 30 do século XX, houve uma busca por operar mudanças na educação nacional, tomando como parâmetro experiências realizadas no estrangeiro. [...] deram espaço à divulgação de obras publicadas no exterior, [...] educadores também criaram editoras, coleções de livros, cursos. Assumiram páginas e colunas nos jornais tratando de educação, nas quais denunciavam, criticavam, duvidavam, reclamavam, apontavam alternativas. (GONDRA, 2007, p.7-8)

Assim sendo, Gondra revela a conjectura de um novo cenário educacional, bem como as ideias e inspirações acolhidas pela intelectualidade brasileira sobre um novo modelo de educação, baseado nos preceitos da Escola Nova, a qual remete a uma nova sistemática para a educação brasileira.

De acordo com Monarcha (2009, p. 15-19):

Uma das mais bem-acabadas expressões de uma rara ampliação da consciência social brasileira, [...] rica em desdobramentos não apenas como momento excepcional da história intelectual e social, mas também como patrimônio político e moral do país [...] uma polifonia de vozes [...] a tensão inerente à dialética entre localismo/cosmopolitismo, nacional/universal. Entre 1920 e 1930, décadas que na vida nacional são irremediavelmente polêmicas, em meio à irrupção dramática de tensões sociais, conflitos militares, impulsos industriais, ideologias modernizadoras, profundas desagregações, recrudescer de desesperos e visões de esperanças desesperançadas, assistia-se à mobilização de vanguardas estéticas, políticas e culturais, cujos protagonistas atraídos pelo magneto do novo auguravam a eminência da passagem apocalíptica para uma Era Nova.

O autor mencionado chama atenção para a proeminência daquele momento para a educação brasileira, destaca os embates advindos dos movimentos da Escola Nova e da representatividade dos signatários do Manifesto dos Pioneiros.

De acordo com Faria Filho e Diana Vidal:

As novas construções escolares pretendiam um ensino em tempo integral, oferecendo oportunidade para que a escola realizasse um dos ideais caros aos educadores renovados: a escola-laboratório. Abrindo-se para teste das propostas elaboradas no exterior, permitia a observação e a sistematização do comportamento infantil, a experimentação de novos métodos e práticas pedagógicas enraizados na realidade brasileira, a construção de escalas e medidas, possibilitando a elaboração de parâmetros científicos do desenvolvimento dos novos hábitos sociais e sua avaliação em padrões brasileiros, bem como a visibilidade das mudanças implementadas pela ação dos educadores novos no Brasil. A proposta de uma ciência da criança brasileira encontrava no alargamento do tempo escolar dedicado diariamente ao ensino e à aprendizagem algumas das condições de possibilidade para ampliação de seus resultados. (FILHO; VIDAL, 2000, p.30)

Os autores acima tecem a discussão sobre o novo projeto de escola iniciado na década de 1920 e consolidado nos anos 30, que são os grupos escolares, advindos também sob a ótica desse processo de modernização da nova escola. Diante desse trecho, a ideia a qual representa

a história da educação e a história cultural estava presente nesse debate, uma vez que a história cultural é propícia para pensar a história da educação, isto revela que a versatilidade de trabalhar esses dois segmentos teóricos é necessária, pois é possível pensar como Marc Bloch: “O objeto de estudo da História, é por natureza, o homem”, leia-se onde há História há também cultura e educação, e vice-versa.

O presente estudo se caracteriza também pelo ensejo de destacar a trajetória de vida das mulheres educadoras dos anos 30 com enfoque em suas práticas nas áreas educacionais, políticas e sociais; examinar nas fontes vestígios, concepções, ideais de mudança, que elas tinham a respeito do processo de escolarização paraibano; e evidenciar as ações realizadas pelas educadoras no quadro educacional da Paraíba, bem como suas ideias em relação às conquistas femininas.

Inicialmente, faz-se necessário apresentar brevemente estas mulheres que lutaram sob a ótica da emancipação feminina como forma de “empoderamento”, e apoiaram movimentos educacionais de seu tempo. A partir de suas trajetórias, esse estudo centra-se no aprofundamento de suas concepções acerca do processo histórico de escolarização da Paraíba dos anos 1930.

A primeira educadora é Albertina Correia de Lima, que foi professora da Escola Normal e do Liceu Paraibano; bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, diplomada em 1931. Escreveu vários artigos na Revista A Era Nova, e nos jornais A União, A Imprensa e O Correio da manhã; como também na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Foi membro ativa da Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino no ano de 1933, com o cargo de oradora. Lutou também pelos direitos da emancipação feminina e faleceu em 18 de março de 1975.

A segunda educadora, Alice de Azevedo Monteiro, professora e jornalista, contribuiu com vários artigos e poesias para a imprensa da capital, além de participar ativamente na Associação Paraibana pelo Progresso Feminino no ano de 1933, em que ocupava o cargo de secretária. Seus artigos foram publicados nos jornais A União e A Imprensa. Foi sócia efetiva no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. A sua contribuição à educação paraibana é marcada, sobretudo, por ter fundado o primeiro Jardim da Infância na Paraíba, iniciado no âmbito particular no ano de 1932, e em seguida contribuindo para a criação do primeiro Jardim de Infância Oficial da Paraíba, sob a égide da Diretoria de Ensino Público da Paraíba no ano de 1934.

A terceira e última educadora estudada é Analice Caldas de Barros, que nasceu no interior do estado e destacou-se no século XX, em meio aos limites impostos por uma sociedade restritiva à mulher. Foi professora da Escola de Aprendizes e Artífices. Em 1936 foi admitida como sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Idealizou a chamada Campanha dos Mil Reis Liberal. Junto com outras mulheres fundou a Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino que exerceu uma liderança em prol da emancipação da mulher. Analice Caldas de Barros era amante da leitura e da escrita, contribuiu para imprensa paraibana com seus escritos, em jornais e revistas como: O Educador³, O progresso, Paraíba Agrícola, Ilustração, Flor de Liz⁴, A União, A Imprensa⁵, e outros, foi notadamente, na revista Era Nova⁶ que obteve bastante destaque, já que tinha uma coluna só para si, intitulada “Álbum de Mlle”. Analice Caldas de Barros fazia entrevistas a algumas mulheres e homens intelectuais de destaque na política, na literatura, na educação.

Os objetivos específicos deste trabalho são: destacar a trajetória de vida das educadoras Albertina Correia de Lima, Alice de Azevedo Monteiro, Analice Caldas de Barros, com enfoque em suas práticas nas áreas educacionais, políticas e sociais no estado da Paraíba; examinar nas fontes escolhidas (“Boletins de Educação”, “Revista do Ensino”, Jornal “A União” e “Revista Era Nova”) a concepção de escolarização nos escritos dessas educadoras; evidenciar os atos realizados pelas educadoras supracitadas no quadro educacional da Paraíba.

O caminho teórico-metodológico que será desenvolvido para a completa realização dos objetivos acima descritos será traçado sobre os moldes da Nova História Cultural. Este

³ O jornal O educador foi um periódico pedagógico paraibano, que durou do dia 30 de janeiro de 1921 e se estendeu até o dia 16 de junho de 1922, com tiragem semanal, sempre expondo na segunda página matéria sobre A MULHER.

⁴ A revista Flor de Liz surgiu no ano de 1926, criada por mulheres da cidade de Cajazeiras-PB e circulou até o ano de 1937. O caráter da revista era de cunho literário e educativo, para tal, foram colaboradoras Rosa M. Tavares, Aline Rolim, Fortuna Assis, Adalgisa Regis, Cyntia Matos, Vitória Bezerra, Izabel Salles Cartaxo, Maria Lustosa Honoria Tavares e outras intelectuais de vários estados. (SALES, 2005)

⁵ O jornal A IMPRENSA foi criado em 1897 na Província da Paraíba do Norte, era de circulação semanal e dirigido pela Igreja. Em 1903 parou de ser produzido por questões financeiras e voltou a circular nos anos de 1912 até 1943. Seu conteúdo centrava-se nas questões sociais, políticas e religiosas.

⁶ “A Era Nova foi uma revista quinzenal, a qual teve circulação em todo o estado da Parahyba do Norte e com correspondentes em todos os municípios do estado. Uma característica marcante da Era Nova eram as suas ilustrações, incomuns naquela época, pois as revistas, em sua grande maioria, continham apenas textos. O grupo fundador da revista foi formado por Severino Lucena, Sinésio Guimarães Sobrinho, Epitácio Vidal, Viera D’Alencar, Lima Junior e outros homens pertencentes à alta sociedade da época” (TARGINO; ALVES, 2014, p.64).

modelo se desliga do estudo de eventos sob o ponto de vista de uma determinada política, forma como era hegemonicamente estudada a história até a introdução dos *Annales*⁷.

Foi através desse movimento que surgiu a abertura para o uso de abordagens teóricas e metodológicas de autores como Michelle Perrot e Michel de Certeau focando as diferentes fases da história das mulheres e como ambos autores percebem e entendem as situações de dominação e o poder. Este caminho buscará ir além dos dados oficiais, trazendo fontes diversas e buscando apresentar aspectos biográficos das educadoras e notícias sobre o cenário educacional da escolarização na Paraíba com o objetivo de vislumbrar melhor o quadro social da época. Esta pesquisa não poderá observar o passado como um quadro que reproduz fielmente os “fatos”, nem poderá assumir que a mera descrição dos mesmos seja capaz de, por si só, explicar o quadro temporal onde estão inseridos.

Para desenvolver o tema proposto, buscou-se fazer um diálogo entre a Nova História Cultural, História das Mulheres representada por Perrot, e a urdidura das táticas de Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol no tocante ao conceito de tática, e a invenção do cotidiano com as artes de fazer, morar e cozinhar. Podemos dizer que esse movimento se estabelece em uma configuração sobre pensar a historiografia acerca da cultura popular, sem excluir as expressões de cultura das elites. Através dessa tessitura teórica pretende-se inferir a ideia de que as mulheres educadoras desse estudo teriam algo que as diferenciava das outras mulheres da década de 1930. Diferente dos estudos que colocam as mulheres em patamares iguais aos dos homens já naquela época, este estudo propõe a compreensão de que por essas mulheres serem de classes mais abastadas esta seria a causa de estarem ocupando tais espaços na Parahyba de 1930. Até porque, não era comum mulheres publicarem em jornais, discursarem em rádios difusoras, formarem associações políticas, escreverem publicações sobre os rumos da educação de seus países. Enfim, a proposta é debruçar-se sobre muitos questionamentos que levam as mulheres a serem os sujeitos deste estudo.

De um lado, Bourdieu nos revela o conceito de *habitus* sob a ótica da dominação masculina para a permanência unilateral do poder, por outro lado Michelle Perrot e Certeau, nos mostram a contraposição do poder feita por mulheres, para vencerem e ocuparem espaços anteriormente não frequentados. Para Bourdieu:

⁷A escola dos *Annales* foi um movimento francês inovador sobre a historiografia, que surgiu no início do século XX, e orienta o sentido de uma nova história, ou seja, o historiador deixa de limitar-se ao conceito daqueles parâmetros ditos oficiais e hegemônicos, os quais só tratavam dos “ídolos dos historiadores” (Reis, primeiros ministros, generais, oficiais, eventos políticos e militares) e passam a unificar junto da história outras ciências, como as sociais (TARGINO; ALVES, 2014, p.18).

Para que a dominação simbólica funcione, é preciso que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais dominantes percebiam que a submissão não é um ato de consciência, suscetível de ser compreendido dentro de uma lógica das limitações ou dentro da lógica do consentimento, alternativa “cartesiana” que só existe quando a gente se situa dentro da lógica da consciência (BOURDIEU apud SAYÃO, 2003, p.130).

O autor nos revela uma tendência de aceitação, ou seja, as mulheres, provavelmente, compactuaram com a dominação e assim contribuíram também para tal situação quando elas cooperaram com esta ideia de dominação masculina. Em comunhão com o autor, é provável que isto tenha acontecido e ainda aconteça. É preciso desestabilizar o mito da mulher ser “empoderada” (Emancipada) em algumas épocas do século passado, não podendo generalizar, mas para estudar a mulher como objeto da dominação masculina é preciso observar os efeitos da violência de gênero sofrida pelas mulheres ao longo dos séculos.

Para remontar esse quadro faz-se necessário apresentar uma entrevista de uma das mulheres educadoras estudada nessa dissertação. No álbum de Mlle⁸ localizado na revista A Era Nova, a educadora Analice Caldas de Barros tenciona sua então colega Alice de Azevedo Monteiro sobre a questão do feminismo e a mesma responde que este movimento rouba alguns atrativos das mulheres. Questiona, também, se o casamento deve ser a primeira ou a última inspiração de uma mulher e a entrevistada responde que quando feliz é mais que a primeira e última, é a única inspiração. Diante de tal exemplo, surge um questionamento: não seriam elas as feministas daquela época? Pelo simples fato de estarem escrevendo em um jornal no começo do século XX essas mulheres aqui apresentadas se diferenciavam da maioria das mulheres donas de lares por estarem agindo em prol de suas conquistas; por outro lado, também apresentavam ideias e comportamentos que eram comuns à maioria das mulheres daquele contexto.

Faz sentido pensar que as colocações de Bourdieu estão certas, embora o fato desta mulher estar lutando pelo sufrágio feminino e escrevendo na imprensa, um meio até então masculinizado. O que se percebe é que o medo da dominação ainda as cercava, já que o feminismo daquela época era diferente do atual do século XXI. E ser considerada feminista poderia significar a perda da feminilidade, já que alguns achavam que as mulheres iriam tomar o lugar dos homens. A inadequada ideia de que a mulher que luta(va) em prol dos seus direitos seja feia, mal-amada e que não possui feminilidade está em voga até hoje, e, ainda,

⁸ Álbum de mademoiselle Analice Caldas de Barros na Revista Era Nova.

presente nos padrões conservadores e reacionários de nossa sociedade. É possível também que a resposta da professora fosse uma tática para se fazer ouvida e permanecer dentro daquela sociedade. Já que para Certeau, a astúcia dos consumidores de diferentes maneiras de fazer e possibilita a entrada desses atores “agentes de táticas” para empresas de controle, fazendo parte daquele cotidiano. Desta forma, afirma Certeau (2014, p.45), ‘a tática só tem por lugar o do outro’.

Assim sendo, mesmo diante de várias dificuldades, estas mulheres exerciam tarefas de poder, para evidenciar, é digno de nota o exemplo da própria Alice de Azevedo Monteiro, que foi precursora do ensino infantil na Paraíba. Fundou o primeiro jardim de infância particular no ano de 1932 e em 1934 o primeiro jardim de infância Oficial da Paraíba. Isso para Certeau (2014, p.46) significa que, o “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo possibilidades de ganho”. Se a dominação masculina estava presente, porém a emancipação e o poder eram buscados pela mulher para alcançar a igualdade em diversos espaços sociais. “As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder” (PERROT apud SAYÃO, 2003, p.138). O que para Certeau se configura como tática (arte do “Frac”), ações que se desviam das estratégias (arte do “Forte”) e geram efeitos imprevisíveis.

As táticas se originam de diferentes maneiras de fazer no cotidiano, elas são artes desviacionistas que se opõem às estratégias. Para Luce Giard:

“Sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas”. Nesta confiança posta na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção extrema à sua mobilidade tática, no respeito dado ao fraco, sem eira nem beira, móvel por ser assim desarmado em face das estratégias do forte, dono do teatro de operações, se esboça uma concepção política do agir e das relações não igualitárias entre um poder qualquer de seus súditos. (GIARD, 2014, p.19).

Ainda em consonância com pensamento da autora, o que Certeau quer dizer com esta concepção de agir se refere a uma arte, um estilo próprio para compreender as práticas culturais. Segundo Giard (2014, p.19), “convoca-se uma multiplicidade de saberes e de métodos, aplicada segundo procedimentos variados, escolhidos segundo a diferença das práticas consideradas”. Então, o que Certeau nos traz é a maneira de pensar práticas do cotidiano com ponto de partida pelo lado tático.

Face ao exposto, toda forma de resistência ao simbolismo padrão do poder dominante é válida, provavelmente alguns comportamentos tidos como dominação eram táticas para causar rupturas no poder dominante sem causar alvoroços. Por fim, as evidências dos autores (Perrot, Giard, Certeau e Bourdieu) podem ser levadas em consideração, o que importa é a demanda de construção pessoal e particularidade de cada pesquisa e de cada narrador.

Uma investigação prévia demonstra que embora estas mulheres, durante sua atuação, tenham dado contribuições ao meio social e educacional, com suas práticas pedagógicas e de escrita nas revistas e jornais paraibanos da época, ocuparam espaços relevantes para a sociedade paraibana, como tantas outras educadoras, nota-se que o esquecimento tenha sido o destino das mesmas. Foi, principalmente, por esse motivo de esquecimento relacionado à figura das mulheres, que surgiu a vontade de formular este estudo, o qual busca rememorar a mulher como sujeito do processo social, político e educacional em nosso estado. Apesar da ideia de que a imagem e os escritos das mulheres estejam relegados ao esquecimento dos paraibanos, as mulheres participaram de todos os momentos históricos e as fontes para conhecermos suas histórias devem ser procuradas em toda parte, em bibliotecas, arquivos, acervos particulares e culturais.

Para auxiliar esta pesquisa com informações sistematizadas e organizadas, relativas à história das educadoras, os estudos se estenderão ao material, como: teses, dissertações, artigos e livros acerca da temática, que serão de suma importância para a realização deste trabalho.

Diante das preocupações condizentes à educação paraibana e com intenção de renovação dos métodos de escolarização, a diretoria do ensino primário, na gestão de José Baptista de Mello criou a “Revista do Ensino”. Esta medida de criação também visava o aprimoramento do corpo docente. A Revista do Ensino foi criada a partir do decreto n.287 no dia 18 de maio de 1932, produzida pela imprensa oficial do estado e editada pela Diretoria do Ensino Primário. Segundo Mello (1996, p.98): “Com o fim de levar ao professorado do interior não só o que se processa nos centros adiantados, em assuntos de educação, mas ainda para trazê-los ao par do movimento em relação ao Departamento da Instrução”. A revista está ligada a uma temporalidade que destaca o marco e a disseminação do ideário escolanovista na Paraíba da década 1930.

Durante o seu período de circulação foram publicados 18 números sendo distribuídos em 15 exemplares. Nos respectivos anos de 1937 e 1938 somente dois números foram

publicados, o 15 em 1937 e o 16 em 1938. Com efeito, a revista⁹ chegou aos seus leitores¹⁰ por meio de assinaturas, como mostra o artigo 3º do Decreto 287/1932:

Será obrigatório para todos os funcionários do magistério primário e normal a assinatura da Revista do Ensino mediante a contribuição de seis mil réis (6\$000) anuais, paga em prestação semestrais de três mil réis (3\$000)¹¹ (ESTADO DA PARAÍBA, 1932).

Pode-se observar que o decreto 287/1932 não apresenta diretamente os objetivos da revista, o que nos leva a pensar quais seriam realmente os propósitos da revista. Visto que a época de criação estava marcada por interesses políticos. Todavia, o preâmbulo do mesmo decreto 287/1932 faz referência aos objetivos da revista:

CONSIDERANDO que a actual difusão que se verifica do ensino primário do Estado requer um órgão de sua divulgação e que ao mesmo tempo seria de estímulo, não só ao professorado como também aos que se interessam pelos assumptos pedagógicos e educacionais; CONSIDERANDO que já estava assentado pelo malogrado Interventor Anthenor Navarro a publicação de uma Revista do Ensino, onde se compendiasse todo o esforço que o poder publico há dispendido nesse ramo da administração e o resultado d'elle decorrente ... (ESTADO DA PARAÍBA, 1932).

Sobre o trecho do decreto 287/1932 descrito acima, é revelado que, possivelmente, o intuito da revista era que o professorado acompanhasse as mudanças que aconteciam no processo educacional da época. A exemplo da valorização de uma pedagogia nova que atravessou a década de 1920 com muita força e fascínio por parte dos seus defensores.

O movimento da Escola Nova no Brasil se constituía pela representação da emergência do liberalismo educacional e a defesa da escola pública laica, que ia de encontro, à hegemonia do pensamento católico na educação brasileira. Em consequência disto, grande relevância é atribuída ao papel dos professores, como fica explícito no excerto transcrito do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

⁹ Há o estudo de Meryglauca Silva Azevedo que retrata as edições da Revista do Ensino. Está disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/26283>. Intitulado “A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: UMA LEITURA NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA (1932-1934) ”.

Disponível em Revista Temas em Educação:

¹¹ Optou-se por seguir a escrita padrão daquela época.

Certo, um educador pode bem ser um filósofo e deve ter a sua filosofia de educação; mas, trabalhando cientificamente nesse terreno, ele deve estar tão interessado na determinação dos fins de educação, quanto também dos meios de realizá-los. O físico e o químico não terão necessidade de saber o que está e se passa além da janela do seu laboratório. Mas o educador, como o sociólogo, tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa; as alturas e as profundidades da vida humana e da vida social não devem estender-se além do seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, "o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social", e a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e pluralidade das forças sociais que cooperam na obra da civilização. Se tem essa cultura geral, que lhe permite organizar uma doutrina de vida e ampliar o seu horizonte mental, poderá ver o problema educacional em conjunto, de um ponto de vista mais largo, para subordinar o problema pedagógico ou dos métodos ao problema filosófico ou dos fins da educação; se tem um espírito científico, empregará os métodos comuns a todo gênero de investigação científica, podendo recorrer a técnicas mais ou menos elaboradas e dominar a situação, realizando experiências e medindo os resultados de toda e qualquer modificação nos processos e nas técnicas, que se desenvolveram sob o impulso dos trabalhos científicos na administração dos serviços escolares (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA, 2006, p.188-189).

Porém o que se vê na Revista do Ensino¹² da Paraíba é a permanência da ideologia do pensamento católico em que os professores aparecem representados pelo caráter da bondade, dedicação, entusiasmo, civismo e, principalmente, como um ser cuja sua missão é, substituir os pais, amparar e os alunos, com objetivo de desenvolver o caráter do futuro homem de bem. Trata-se então, da não ruptura dos escolanovistas com o pensamento católico, como aconteceu em outros estados do Brasil.

As educadoras estudadas nesta pesquisa se alinhavam ao objetivo da educação do escolanovismo. Para elas a escola tradicional estava obsoleta, tendo em vista a preocupação parcial voltada tão somente à educação das elites. Enquanto que a escola nova trazia o caráter inovador e democrático para a prática educativa. Para fundamentar tal afirmação é válido refletir sobre o trecho escrito pela educadora Albertina Correia de Lima na Página Feminina¹³ do jornal A União de 1935:

¹²Link para o acesso da revista do ensino da Paraíba disponível em formato digital: <https://issuu.com/revistadoensino>

¹³A Página Feminina é uma coluna do jornal a União criada por mulheres paraibanas. O jornal a União está disponível nos arquivos da capital paraibana, mais especificamente no IHGP, arquivo do Espaço Cultural José Lins do Rego e na Fundação Casa José Américo de Almeida.

A educação tem sido sempre a preciosa preocupação dos estadistas paycho'ogos, pedagogos e demais responsáveis pelos destinos sociais. Base das civilizações e das idéias, orientadoras da vida individual e consequentemente da colectiva, Ella é encarada, hoje, sob um prisma muito amplo e elevado. O poder das nações não suporta mais força material. O futuro de uma nação depende da cultura de seu povo, isto é, da maior somma de idéias novas, de trabalho e esforço que elle lhe possa fornecer. A educação tende, por isso mesmo, ao maior desenvolvimento das energias dos indivíduos, das forças physicas, moraes e intellectivas de cada educando. (LIMA, 1935, p.3).

Provavelmente suas ideias estavam ligadas aos parâmetros do Manifesto dos Pioneiros, pois o mesmo trata do renascer de uma cultura múltipla e diversa com intenção de ampliar e resolver os problemas educacionais vigentes.

Abaixo, Alice Azevedo Monteiro demonstra em seu texto, “O mestre de hoje”, o que para ela pretendiam as mudanças educacionais.

Muito se fala em reforma educacional. Todo brasileiro sente a necessidade de preocupar com as causas do ensino. Estamos surgindo de uma geração de sonhadores e românticos incapazes de encarar friamente as verdades da vida. (MONTEIRO, 1935, p.3).

E Analice Caldas de Barros em seu texto, “O mestre”, demonstra uma convicção de que o professor tem poder de influência a partir dessas mesmas mudanças educacionais.

Alta e importante é a missão do mestre. “E’ o segundo pae”. Esta expressão bem resume a grandeza da influencia que elle exerce na vida do individuo e da sociedade. [...] Escola e família; mãe, pae e mestre entidades inseparaveis, trilogia sublimada, affirmação exalçante de teu valor! (CALDAS, 1935, p.3)

Dessa maneira, para configurar a importância das fontes desta pesquisa cabe ressaltar a importância da Página feminina conquistada pelas mulheres educadoras no jornal “A União”. “A Página Feminina” foi criada no dia 20 de agosto do ano de 1933 e durou até o dia 5 de agosto do ano de 1939, na década de 1940 foi substituída por uma seção chamada “Do

lar e da mulher”. Com relação à estrutura¹⁴ da Página Feminina, tratava-se de uma coluna escrita por mulheres educadoras membros da Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino. Depois de substituída pela seção “Do lar e da mulher”, o jornal abriu espaço para textos escritos por mulheres que não pertenciam a APPF¹⁵. A página contava com uma frequência quinzenal até os anos de 1935, após esse período as publicações começaram a ficar espaçadas, chegando a aparecer uma vez por mês. A importância da página caracteriza-se por dar espaço às mulheres na imprensa escreverem desde assuntos como moda e educação doméstica à discussão sobre educação, política e ideias feministas.

Um dos fatores que levam as mulheres ao encontro da escrita na imprensa é a existência de um público leitor feminino, a predominância de alguns gêneros, como gastronomia, pedagogia, imprensa de moda e os romances. Em todo o caso, tal fato é crucial para a conquista e permanência dos seus direitos na sociedade, daí em diante teve mais escritos femininos publicados e ouviu-se mais a “voz” das mulheres atuando em outras esferas sociais.

¹⁴ Ver mais no artigo UMA PÁGINA FEMININA: ESCRITOS PARA A EDUCAÇÃO DAS MULHERES PARAIBANAS (DÉCADA DE 1930) localizado na Revista HISTEDBR On-line, escrito por Maria Lúcia da Silva Nunes e Charliton José dos Santos Machado

Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/viewFile/8640177/7736>

¹⁵ Ver mais no artigo A ASSOCIAÇÃO PARAIBANA PELO PROGRESSO FEMININO (APPF) E SUAS AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA (1933-1937) escrito por Maria Lúcia da Silva Nunes e Charliton José dos Santos Machado. Disponível no site da SBHE - link: [http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/A%20ASSOCIACAO%20PARAIBANA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO%20\(APPF\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/A%20ASSOCIACAO%20PARAIBANA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO%20(APPF).pdf)



Figura 1 - Diretoria da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.
Fonte: Jornal 'A União' na coluna 'A Pagina Feminina' – 15/05/1938

Com recorrência, os textos femininos publicados na página supracitada estão em conexão com as atividades do núcleo da APPF. A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF)¹⁶ visava o interesse no contexto da conjuntura política local e tinha uma pauta com um conteúdo educativo, elaborando novas ideias educacionais, a exemplo do apoio ao processo escolanovista que chegou fortemente ao Brasil no começo do século XX. A APPF¹⁷ se detinha também ao processo de expansão do ensino, que tinha como intuito elevar o nível de instrução para as mulheres paraibanas.

A composição da associação era feita por 12 núcleos de trabalhos, os quais eram destinados às sócias e demais mulheres. Neste grupo de preceitos encontravam-se a literatura e cultura da língua materna; brasilidade (geografia e história da pátria); francês; inglês; alemão; italiano; economia doméstica; cultura física; prendas domésticas; pinturas; jogos

¹⁶ Existe uma dissertação de mestrado sobre a APPF de autoria da mestra Verônica de Souza Fragoso. A dissertação é intitulada Associação paraibana pelo progresso feminino: as contribuições educacionais para a mulher paraibana (1933 a 1939) e é do ano de 2011.

Disponível no site: - link: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4639?mode=full>

¹⁷ Há também uma tese de doutorado do PPGH da UFPE que envolve a temática do feminismo paraibano e analisa a presença da APPF na imprensa paraibana. Tese intitulada Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910- 40) da doutora Simone da Silva Costa. Disponível no site: <file:///C:/Users/Shirley/Downloads/TESE-Feminismo-e-Igreja-Cat%C3%B3lica-vers%C3%A3o-definitiva-digital.pdf>

recreativos; músicas; beneficência e educação política – social (noção de direito usual). Naquela época, as sócias fundaram uma biblioteca com intenção de discutir sobre leitura e aprender novos estudos.

Os temas apresentados na Página Feminina eram: notícias, festas, eventos, funções femininas, feminismo, comportamento, beleza, etiqueta, moda, beneficência, solidariedade, educação, brasilidade, poesia, prosa e poemas. A página contava com uma diversidade de textos bastante vasta para o público leitor. E além de contribuir com a participação feminina na imprensa, meio antes intocado pela mulher, foi um instrumento de formação e poder para a divulgação das ideias dessas mulheres comprometidas com a sociedade paraibana. Por conseguinte, a participação da mulher nos meios de comunicação teve fundamental importância para as mudanças de pensamento da sociedade paraibana, por isso negar essa participação nos acontecimentos históricos da sociedade é um desserviço à produção histórica.

Para desenvolver os objetivos apontados anteriormente, este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Caminhos Investigativos: a Pesquisa Histórica apontando o Cotidiano como apoio à Operação Historiográfica”, há reflexões sobre o referencial teórico e metodológico delineando os aspectos relacionados com a origem da problemática imposta pelo mesmo. Assim procurou-se consolidar o desenvolvimento da justificativa, objetivos, fontes e metodologia. No capítulo descrito também foram abordados temas, como: ‘Como: A Nova História Cultural, História das Mulheres, Táticas e Estratégias, e um estado da arte relacionando pesquisas semelhantes a esta pesquisa. Dadas as contribuições dessas perspectivas teóricas distintas (Nova História Cultural, História das Mulheres, Táticas e Estratégias de Certeau), mas que se complementam, uma vez que, não se interessam apenas pelos grandes movimentos sociais, educacionais ou grandes pensadores, é válido destacar que elas voltam o olhar para novos objetos de pesquisas e novas maneiras de abordá-los, a exemplo do cotidiano. Desde o seu surgimento, a Nova História Cultural deslocou sua atenção para a história dos homens e mulheres comuns, preocupando-se com suas práticas culturais, suas experiências da mudança social. E, por fim, foi almejado vir à tona o detalhamento, manuseio e as peculiaridades das fontes. Fazendo, assim, o leitor perceber que estas mulheres produziram historiografia, apesar das adversidades encontradas por elas. Em virtude dos fatos mencionados, pode-se observar que a Nova História Cultural muda o clima intelectual das academias e a maneira de escrever história. Tal

trajetória nos leva ao funcionamento de um novo processo de escrita da história, novos personagens surgem na história: a mulher, a criança, o jovem, os pobres e outros.

No segundo capítulo nomeado como “Biografias e temporalidades: narrativas que ultrapassam o caráter individual e a História das relações entre homens e mulheres”, tem-se como objetivo desvelar histórias e memórias das três educadoras Albertina Correia de Lima, Alice de Azevedo Monteiro, Analice Caldas de Barros, bem como fazer uma compreensão do contexto histórico da época em que elas viveram e atuaram no processo de escolarização da Paraíba nos anos 30 do século XX. Os tópicos denominados por ‘Albertina Correia de Lima, Alice de Azevedo Monteiro e Analice Caldas de Barros’ têm a pretensão de tornar pública as histórias de vida dessas educadoras que deixaram marcas de seus discursos sobre a educação. Todavia, o presente tópico não trata de apresentar uma biografia linear com início, meio e fim, trata-se de identificar suas práticas, escritos e leituras e o lugar social que ocuparam, bem como estudar a época marcada por transformações socioculturais, as quais incorporaram as ideias e os ideais da modernidade contemporânea. Fazendo também uma narrativa sobre todo o processo de escolarização que aconteceu na década de 1930. Com isto, a sociedade paraibana vivia novos tempos e algumas mulheres eram partícipes ativas dessa construção social, política e educacional contemporânea. No último tópico desse capítulo 2 foi discutida a relação entre homem e mulher, usando o gênero como categoria relacional, mostrando a premissa das relações de poder; bem como a história das mulheres e sua relação com a escolarização; e a análise da coluna Álbum de Mlle escrita pela professora Analice Caldas de Barros na Revista Era Nova.

O penúltimo capítulo, designado por “Os Impressos como Suporte ao Debate Público Sobre Escolarização: publicações de mulheres professoras na Imprensa Oficial da Paraíba da década de 1930” tem por objetivo analisar as fontes escritas, nos Boletins de Educação e Revista do Ensino, pelas três educadoras, a fim de encontrar concepções sobre a educação e contribuições ao processo de escolarização da Paraíba na década de 1930. As educadoras aqui abordadas discutiam e escreviam sobre educação, direitos da mulher, moda, política, poesias, culinária e outros temas relevantes para a sociedade do referido recorte temporal.

O contexto histórico que a década de 1930 trouxe à sociedade foi bastante marcante e acarretou várias mudanças, como: o discurso da ideia de nação, o sufrágio feminino, noção de revolução, política institucional, além dos marcantes movimentos educacionais. Época reverenciada como instauradora do “novo” que foi constantemente relatada pelas grandes lideranças e não há como negar tais mudanças, porém não se pode deixar dominar-se pela

fragilidade do sentimento de nação. Pensar nessa fragilidade faz deste trabalho um somador de reflexões e críticas àquele processo de construção de nação tão esgarçado pelos historiadores e agora, tem o intuito de revelar um novo estudo sobre a história da educação paraibana com a participação crucial de mulheres educadoras.

Nos tópicos do terceiro capítulo foram analisadas as representações acerca do conceito de Escolarização presente nos jornais e revistas da Paraíba da década de 1930. Foram avaliadas as obras e artigos dessas educadoras que estão nos jornais e revistas da imprensa paraibana da década de 1930, bem como as discussões com a fundamentação teórica a qual compõe a análise da pesquisa.

Por fim, foram apresentadas as considerações finais, a retomada do objetivo, os objetivos alcançados, ensejos e questões futuras. Apresenta as perspectivas e abordagens com as quais as educadoras tratavam seus escritos e evidencia o processo da escolarização paraibana. Pela observação adequada nas fontes, dentre aspectos analisados, afirma-se que essas mulheres estimularam o processo de mudanças para a igualdade de gêneros no que se refere ao sufrágio, condições melhores de trabalho, independência financeira, consolidação intelectual, assim como a educação que aparece nestes escritos através de várias facetas, como o estar e o agir das pessoas em uma sociedade, os modos de um convívio social, os desejos, o modo de experimentar os sentimentos, de se divertir, de trabalhar, de escolher objetos, de olhar e julgar as pessoas. E por último, as considerações finais buscam rever as discussões teórico-metodológicas ao longo da narrativa, apresentando os resultados e apontando perspectivas para novas pesquisas.

2 BIOGRAFIAS E TEMPORALIDADES: NARRATIVAS QUE ULTRAPASSAM O CARÁTER INDIVIDUAL E A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE HOMENS E MULHERES

2.1 ALBERTINA CORREIA DE LIMA

Albertina Correia de Lima foi uma mulher assiduamente partícipe das causas sociais de sua época, atuando no processo educacional paraibano, nas lutas dos movimentos femininos e na imprensa. Torna-se necessário o fazer biográfico dessa educadora por todo seu processo de vida, como sua luta pelo direito à educação e a ação de sua emancipação. A partir dessa perspectiva histórica, utilizamos a abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, que tornou viável a reparação de aspectos do cotidiano, o estudo de novos objetos, novos problemas, novas abordagens e novos sujeitos desenvolvendo-se no contexto de estudos biográficos, compreendendo que uma história individual pode contribuir para a compreensão de uma época, revelando os costumes, modos de pensamentos, ideologias, e vivências ao longo da história.

Albertina Correia de Lima nasceu em 1889 na cidade da Parahyba do Norte. Era filha de Lindolfo José Correia Lima, professor; advogado e deputado estadual e de Maria Correia Lima. Seus avós paternos eram Dr. Lindolfo José Correia das Neves, professor, advogado, deputado provincial e geral e Joana Desidéria Gomes. Seus avós maternos eram Dr. João da Mata Correia Lima que também atuou como magistrado, deputado provincial e presidente da Paraíba e Gertrudes Paiva Lima. Seus irmãos foram João da Mata Correia Lima, Álvaro Correia Lima, Otávio Correia Lima, Beatriz Correia Lima, Corina Correia Lima e Carmem Correia Lima.

Albertina Correia de Lima nasceu em uma família considerada erudita pela sociedade inicial do século XX. Seu pai Lindolfo Correia de Lima foi professor de português no Liceu Paraibano e era tido como um homem culto e instruído, segundo o depoimento de Rui Carneiro em 1977:

Certa vez, o professor Lindolfo Correia de Lima, que foi meu professor de português no Liceu Paraibano, um homem muito culto – todo mundo tinha receio das suas críticas. Ele era Pai do grande Correia Lima me disse: “Os paraibanos lhe querem bem, sobretudo a gente modesta, a gente pobre e humilde, mas há uma crítica feita ao seu governo, porque você trouxe muita gente de fora”. Eu respondi: “Trouxe brasileiros de vários pontos do país, para errar menos. Eu errei muito, mas erraria muito mais, se tivesse ficado sem pessoas, no começo do meu governo, antes de estar ciente e consciente da minha responsabilidade e das minhas obrigações para com a minha gente e a minha terra. Tive de lançar mão de homens de fora, todos de valor”. (CARNEIRO, 1977, p.24).

No ano de 1912 Albertina Correia de Lima se formou na Escola Normal. Logo após, iniciou sua carreira como professora da Escola Normal e do Liceu Paraibano, devido à escassez das fontes até o momento este estudo não irá informar o início e o fim de sua ligação com estas instituições.



Figura 2 - Albertina Correia de Lima em sua formatura.

Fonte: arquivo pessoal de Adauto Ramos.

Participou da Imprensa paraibana como escritora de jornais, como: o Correio da Manhã e o jornal A União. Atuou nas revistas Era Nova, A Imprensa, Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), Brasil Feminino, de veiculação nacional; teve a publicação de

quatro artigos em que falava da força feminina dentro dos estados e do início da modernidade na capital paraibana. Em 1931 se formou no curso de Direito pela Faculdade de Direito em Recife – PE, tal escolha se deu porque em nosso estado ainda não havia cursos de formação superior. Sendo assim, Albertina Correia de Lima foi educadora, escritora e advogada ao lado de seu irmão João da Mata o qual foi educador, advogado e deputado do estado da Paraíba a partir da década de 1920. Por sua vez, Albertina Correia publicou um livro em sua homenagem fazendo uma biografia chamada João da Mata, a qual narra toda a trajetória de vida dele. Albertina Correia de Lima faleceu em 18 de março de 1975, seu legado está em seus escritos que se localizam em arquivos públicos da Paraíba, como os consultados para esta pesquisa.

Por reconhecer a importância das atividades que a educadora Albertina Correia de Lima desempenhou na sociedade paraibana, na luta pelos direitos da mulher, que incluía o acesso à educação, comungando com as ideias dos movimentos feministas daquela época, trazemos um artigo publicado no Jornal A União, em 7 de fevereiro de 1933, nº. 31, p.8, que sinaliza a criação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, com apoio e ligação à Federação Pelo Progresso Feminino. Bertha Lutz, presidente da FPPF, foi a precursora da organização do movimento nacional com reconhecimento de suas companheiras de lutas em nível de todo território brasileiro. De acordo com Albertina Correia:

[...]o nome Bertha Lutz é um Symbolo porque sythetiza a historia do feminismo nacional. Foi ella quem desfradou o lábaro das reivindicações feministas brasileiras. [...] “É um symbolo porque, batalhadora incansável, continua a pugna pela applicabilidade dos dispositivos constitucionais que asseguram a igualdade politica e social dos sexos (LIMA, 1936, p.1).

As mulheres tiveram que esperar mais de um século para verem seus direitos reconhecidos: direito à educação, direito ao voto, direito de sair às ruas, direito de decidir com quem queriam casar, direito de escreverem suas histórias. Apenas no século XX se descobre que as mulheres possuem uma história. De tal modo, o artigo publicado pelo Jornal A União em 7 de fevereiro de 1933 revela as intenções das feministas no diz que respeito à promoção da igualdade de gênero, como indica a seguir:

A fundação, nesta capital, de uma associação feminina. Sua primeira sessão preparatória. Com regular comparecimento de senhoras e senhoritas de nossa sociedade houve, hontem à noite, num dos salões do grupo “Thomaz

Mindello”, gentilmente cedido pelo seu director Prof. Joaquim Santiago, a “Sessão Preparatoria da fundação, nesta capital, de uma sociedade feminina mais ou menos nos moldes da “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, cujo os principais fins são: 1º Promover a educação da Mulher e elevar o nível da instrução feminina; 2º Proteger as mães e a infância; 3º Obter garantias legislativas para o trabalho feminino; 4º Auxiliar as boas iniciativas da mulher oriental – a na escolha de uma profissão; 5º Estimular o espirito de sociedade e de cooperação entre as mulheres e interessal – as pelas questões sociais e de alcance publica. Procurando desenvolver o programma acima, a novel sociedade pretende fundar desde logo uma biblioteca, manter aulas de línguas, promover sessões litteromusicaes, etc. Dirigiram os trabalhos preparatórios as srs. Alice Monteiro e Ninita Sáe Senhoritas dras. Albertina Correia de Lima e Lylia Guedes; Olivina C. da Cunha e Omizina de Azevêdo. Em virtude de coincidir a hora da sessão com os festejos de Lordes diversos sociais não perderam em comparecer. Ficou marcado nova sessão para a próxima quinta-feira, 19 horas no mesmo local. (LIMA, 1933, p.8).

Ao longo da história, a luta do movimento feminista age em ondas, é intermitente, não se baseia em organizações estáveis, durante a maior parte de sua história suas líderes eram mulheres brancas e de classe média. A partir desse artigo pode-se observar que a Associação tinha um caráter social e político almejando alcançar os direitos trabalhistas para as mulheres. Incentivava a educação feminina, e não só a educação elementar, mas também a formação superior. Na Paraíba o movimento feminista tinha um papel moralizador, prezava pela elevação da família e o aperfeiçoamento do lar, a maternidade era um símbolo sagrado e de função primordial, portanto as mulheres tinham que conciliar suas funções. Dessa forma a característica do feminismo paraibano da época era proposta por um papel de colaboração com o homem, continuando com seu fiel papel de administradora do lar.

Albertina Correia de Lima relata quais as intenções da APPF, indica nomeações para a materialização da criação dos estatutos a fim de ampliar a associação em núcleos para poder alcançar a efetivação dos programas sociais e educativos, de acordo com o Jornal A União:

Associação Parahybana pelo Progresso Feminino Installou-se no sabbado 11 do corrente, como havia sido anunciado, essa novel associação, sendo aclamada a seguinte diretoria provisoria, para elaboração dos estatutos: Presidente, Lylia Guedes; Vice-presidente, Olivina Carneiro da Cunha, secretaria, Alice de Azevêdo Monteiro; Oradora, Albertina Correia Lima; Thesoureira, Francisca de Ascensão Cunha e Bibliotecaria, Analice Caldas. Para desdobrar o vasto Programma educativo, recreativo e caricativo que associação adoptou foi resolvido a criação de diversos “núcleos” onde cada assumpto será cuidadosamente desenvolvido, obedecendo à seguinte distribuição: 1º) Literatura e Cultura da Lingua materna (LIMA, A União, 15 mar, 1933, p.8).

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) tinha uma pauta com um conteúdo educativo, a qual visava um interesse no contexto da conjuntura política local, elaborando novas ideias educacionais, a exemplo do apoio ao processo de Escola Nova que chegou fortemente ao Brasil no começo do século XX e ao processo de expansão do ensino, que tinha como intuito elevar o nível de instrução para as mulheres. Albertina Correia de Lima, formada em direito, participou de articulações legislativas dentro da associação, tornou-se conhecedora da constituição brasileira e lutou ativamente pelo reconhecimento dos direitos das mulheres. A composição da associação dava-se por 12 núcleos de trabalhos, os quais eram destinados às sócias e demais mulheres. Nesse bloco de ensinamentos encontravam-se a literatura e cultura da língua materna; brasilidade (geografia e história da pátria); francês; inglês; alemão; italiano; economia doméstica; cultura física; prendas domésticas; pinturas; jogos recreativos; músicas; beneficência e educação política – social (noção de direito usual). Na época, as sócias fundaram também uma biblioteca para que pudessem discutir sobre leitura e fazer melhores estudos.

Em publicação no artigo do jornal A União escrito por Albertina Correia de Lima, é destacada a função social da APPF:

A Associação pensa em cuidar deste palpitante problema que é a mendicância em nossa terra. Investigará quaes são os verdadeiros mendigos e proporcionar-lhes-á os meios de subsistencia. É esta uma nobre tarefa não póde ser esquecida por uma associação feminina abrangendo em seu programma obras de caridade. Auxiliar as moças pobres para que recebecem uma certa instrucção que as habilidades à obtenção de um meio de vida honesto é outro objetivo do “núcleo” de benemerência. (LIMA, A União, 15 mar, 1933, p.8).

A mendicância é uma preocupação recorrente para a APPF, em seus discursos as mulheres evidenciam suas preocupações sociais. Essa aflição para diminuir situações de vulnerabilidade da população paraibana favorece, principalmente, as mulheres, porquanto relata o artigo descrito acima o foco principal era o gênero feminino. O intuito era, pois, despertar a tomada de consciência das mulheres para adquirirem seus direitos através do seu processo de instrução escolarizada e com isso poderem exercer uma profissão para alcançarem a sua emancipação. O direito ao saber já vem de uma luta antiga, que se consolida não somente com relação à educação, mas à instrução, porque ela comanda tudo, a leitura, a escrita, o trabalho, o prazer, a emancipação, a promoção e os direitos iguais.

Do mesmo modo, revendo a importância desses movimentos, pode-se medir seus efeitos e melhorias nas causas sociais pela modernização das relações entre os gêneros. As mulheres foram aos poucos galgando seus espaços na sociedade e sendo reconhecidas como merecedoras também de alguns direitos:

Rio, da U.B.I – as mulheres estão, aos poucos, conquistando as mesmas prerrogativas dos homens. Nós éramos um dos povos que teimavam em lhes negar a equiparação que ellas reclamavam exibindo uma verdadeira multidão de argumentos. (LIMA, A União, 15 mar, 1933, p.8).

É a partir do século XVIII, que as mulheres começam a ocupar um lugar central na história do cotidiano, histórias essas que expressavam conflitos, situações familiares difíceis e a relação da vida de pessoas que tentaram de tudo para sobreviver. Provavelmente se Albertina Correia de Lima não tivesse vindo de uma família tradicional, talvez não tivesse ocupado os lugares que ocupou, se não tivesse publicado seus escritos não teríamos encontrado os vestígios de suas memórias nos arquivos do nosso estado. O movimento feminista liderado por Bertha Lutz era diferente do das sufragistas, tal movimento era contido e não tinha intenção de inverter os papéis designados ao gênero feminino. Portanto a instituição familiar era mantida a todo custo inerente aos preceitos da igreja cristã. De acordo com Albertina:

O casamento é a base da família, sobre ele repousa a moral da sociedade. É esta mais ou menos a opinião geral. Como, pois, diminuir perante a lei a mulher que se casa? Parece menos contraditório entrar no goro dos direitos políticos quem se conserva sob o fogo de uma incapacidade civil, que de modo algum se justifica depois das grandes conquistas alcançadas pela mulher hodierna. (LIMA, A União, 1933, p.12).

Face ao exposto, identifica-se a contribuição de Albertina Correia de Lima ao processo de emancipação feminina na Paraíba da década de 1930. A participação da mulher nos meios de comunicação teve fundamental importância para as mudanças de pensamento da sociedade paraibana, por isso negar a participação da mulher nos acontecimentos históricos da sociedade é um desserviço à produção histórica.

Para Albertina Correia de Lima a emancipação feminina aparece baseada no cultivo intelectual, pois a mesma se destacava por seus escritos e sua boa formação intelectual. Além

dos escritos em jornais e revistas do início do século XX, Albertina Correia de Lima publicou os livros *Georgina, a estrutura da Terra*, em 1922; *A Mulher e seus Direitos em Face da nossa Legislação*, em 1933; *João da Mata* (biografia de seu irmão), 1951.

Além de educadora Albertina Correia de Lima foi uma importante representante das mulheres na imprensa, comprometida com a defesa dos direitos das mulheres, discutindo o voto, a importância da educação, direito ao trabalho em vista ao processo de emancipação. A imprensa nos revela e conserva importantes aspectos de uma época, sobretudo, a imprensa feminina nos revela muito do comportamento social como uma fonte documental da trajetória de vida das mulheres. É válido ressaltar que a presença das mulheres na imprensa foi bastante significativa por todo seu histórico de lutas buscando o empoderamento. Embora não fosse um número tão representativo o de mulheres escritoras na imprensa, os seus discursos publicados contribuíam para a formação de um público leitor que pudesse julgar ser promovido pela inserção dessas mulheres que compunham a imprensa brasileira.

Todo estudo biográfico deve se constituir em uma contribuição para o conhecimento de uma época, ou de fases importantes da vida nacional e seus reflexos no âmbito regional, ou, simplesmente, para conhecer a vida dos homens ou das mulheres comuns, espelhando as aspirações e as angústias da coletividade em que estavam inseridos, fazendo-a como sonhava e sonhando-a como queria fazê-la. (SILVA, 2009, p.60).

Sendo assim, o processo de entendimento da trajetória de vida de sujeitos pode revelar representações de uma era vivenciada pelos mesmos.

2.2 ALICE DE AZEVEDO MONTEIRO

Alice de Azevedo Monteiro foi educadora, jornalista e exibiu participação ativa na Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino, motivos pelos quais se destacou na sociedade paraibana. Em seu aspecto jornalístico, foi autora de artigos e poesias que escrevia para os jornais *A União* e *A Imprensa*, meios de grande circulação da imprensa da capital paraibana, e para a *Revista do Ensino* e *Era Nova*. Como educadora, foi responsável pela fundação do primeiro Jardim de Infância particular, no ano de 1932, e do primeiro Jardim de Infância oficial, fruto da iniciativa da Diretoria do Ensino Público do Estado da Paraíba.

Em seu tempo, também exerceu o cargo de secretária da Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino (APPF), foi sócia efetiva do Instituto e Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), vice-presidente da Sociedade de Professores Primários, e presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros na Paraíba.

Nota-se que, com tantas e tão expressivas participações no cenário paraibano, Alice de Azevedo Monteiro chegou a ser uma mulher influente e atuante no seu tempo. Isto posto, estudar esta educadora mostra-se um ponto importante e revelador no contexto de escolarização da Paraíba.

Sua trajetória, no campo educacional tem início no ensino noturno. A modalidade era destinada ao ensino das primeiras letras para adultos. Foi nomeada com o decreto nº 954, de 28 de junho de 1918. Apesar de não ter sido nesta área a principal contribuição da professora, ela ainda obteve destaque e reconhecimento pelos serviços prestados à comunidade paraibana no ensino noturno. Este destaque inicial logrou à professora novas oportunidades e posições crescentemente influentes.

[...] existiam alguns professores de renome, no Estado da Parahyba do Norte, e o que lecionavam nas cadeiras de ensino noturno, como foi o caso do professor Sizenando Costa e da professora Alice Azevedo Monteiro. Como já mencionado anteriormente, a presença de profissionais reconhecidamente qualificados, era necessária, pois devido à diminuição da carga horária oferecida por estes cursos e de acordo com a legislação nacional os professores noturnos deveriam ser bem preparados para condensar nas suas aulas o mesmo conteúdo do ensino primário que era ministrado no turno diurno. (PAIVA, 2010).

O reconhecimento que Paiva (2010) observou foi também expresso na época da própria professora, em particular, por Analice Caldas de Barros. Em sua coluna na Revista *Era Nova*, Analice Caldas convidava personalidades paraibanas para responder a uma série de perguntas diversas. Em 1923 a colunista publicou sua coluna com a participação de Alice de Azevedo Monteiro. Esta publicação em especial é uma oportunidade de vislumbrar um pouco da personalidade da professora.

Como se chama?

- Alice de Azevedo Monteiro.

Qual sua divisa?

- Cumprir o dever, fazer o bem.

Qual o traço predominante do seu caracter?

- A linha recta.
O que desejaria ser?
 - Esposa, mãe, **educadora**.
 [...]
Qual a sua verdadeira vocação?
 - **O magistério**.
 [...]
O que mais detesta?
 - **A má educação, a grosseria**.
 (ERA NOVA, 1923, grifo nosso)

Em três momentos da entrevista a professora expressa sua vocação e preocupação para com a educação de modo geral. Em outro ponto da entrevista a professora revela um pouco de suas fontes de erudição.

Qual o divertimento que mais lhe atrai?
 - O theatro, principalmente o lyrico.
Qual o seu passatempo favorito?
 - Ouvir bôa musica.
 [...]
Quais os seus escriptores preferidos?
 - Eça de Queiroz, Julia Lopes, Zola e Flaubert.
Quais os poetas de sua preferência?
 - Olavo Bilac.
 (ERA NOVA, 1923)

Em algum momento – que até agora não foi possível de se precisar – a professora foi comissionada, por iniciativa do dr. Sólon de Lucena¹⁸, a ir para o Rio de Janeiro estudar a organização de instituições de jardim da infância (MAGALHÃES, 1932). Sabe-se que ela esteve atuando no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas ainda não foi possível determinar quanto tempo ela teria passado, nem exatamente o que ela estaria realizando naquelas cidades, além do estudo para o qual foi comissionada.

No período que se segue a professora destacou-se com publicações de artigos. Grande parte de suas publicações podem ser encontradas nas edições da Revista do Ensino. São publicações destinadas, prioritariamente, a dizeres da educação infantil e jardins de infância,

¹⁸ Dr. Sólon Barbosa de Lucena foi presidente da Paraíba em duas oportunidades. Primeiramente, provisoriamente no período de 01 de julho a 22 de outubro de 1916, devido a renúncia, por motivos de saúde, do então presidente Antônio da Silva Pessoa, que viria a falecer no mesmo ano. Depois foi eleito presidente, tendo exercido de 22 de outubro de 1920 a 22 de outubro de 1924. Especula-se que tenha sido neste segundo período em que exerceu a presidência que o dr. Sólon de Lucena tenha comissionado a professora Alice de Azevedo Monteiro para estudar no Rio de Janeiro.

mas também é possível encontrar poesias com sua assinatura. Também com sua assinatura, na condição de secretária, estão diversos comunicados da APPF (Figura 3). Estes comunicados eram publicados na Página Feminina¹⁹, do jornal A União.

A. P. P. P. F.

Sómente depois de terminados os serviços que se estão procedendo no edificio da Escola Normal, onde esta Associação tem sua sede provisoria, começarão a funcionar os "nucleos". Estes estão assim organizados:

Português — Regente d. Olivina C. da Cunha.

Francês — Regente d. Alice de A. Monteiro.

Inglês — Regente d. Lila Porter.

Allemao — Regente d. Margarida Cihar.

Brasilidade — Regente dra. Lilia Guedes.

Mathematica — Regente dra. Lilia Guedes.

Educação politico-social e direito usual — Regente dra. Albertina C. Lima.

Dactylographia — Regentes d.d. Analice Caldas e Crisilde C. de Oliveira.

Côrte — Regente d. Amelia Falcone de B. Moreira.

Bordados — Regente d. Delzuth Bonatez.

Brevemente será creado o "nucleo" de trabalhos manuaes e restabelecido o de declamação.

O ensino de linguas estrangeiras será theorico e pratico e obedecerá aos methodos mais modernos.

—

Está despertando vivo interesse a exposição de trabalhos femininos a inaugurar-se, nesta capital, em principios de abril vindouro.

MULHER PERNAMBUCANA: Neste momento em que transcorre a ephemeride do primeiro anniversario do patriotico govêrno do exmo. sr dr. Argemiro de Figueirêdo, é grato a nós parahybanas confraternizar comvosco, desejando que em todas as occasiões difficeis para a nossa terra tenhamos bem vivos deante de nós o heroismo e a dedicação que se vêm perpetuando entre vós desde as trincheiras do Tejuapapo.

Oxalá em nossos corações se perpetue a lembrança gloriosa dos homens que têm sabido manter bem alto os destinos da nossa nacionalidade.

Alice de Azevedo Monteiro

Figura 3 - Coluna assinada pela A.P.P.P.F. e por Alice de Azevedo Monteiro.

Fonte: Jornal A União, 22 de fevereiro de 1931.

Todavia, a principal contribuição, e o maior destaque e reconhecimento dado à professora, foi com a educação infantil e criação do Jardim da Infância. Ainda com assentamento provisório, na residência da professora Nayde R. Martins Ribeiro, foi anunciado no jornal *A UNIÃO* o "Curso Modelo", o primeiro jardim da infância particular da Paraíba.

¹⁹A Pagina Feminina era uma coluna semanal do jornal A União que cedia espaço para a divulgação de assuntos diversos relacionados à vivência feminina. Ainda que a coluna tivesse a intenção de oferecer publicações semanais a periodização era irregular. Por exemplo, há meses que encontramos apenas uma publicação da página e outros que nenhuma publicação aparece.

A estatura internacional de Fröbel repousa sobre o fato de que seu jardim de infância, centro pedagógico para crianças de 3 a 6 anos de idade, se demarca resolutamente dos outros estabelecimentos pré-escolares do seu tempo, que eram ou simples creches, ou ofereciam às crianças um ensino escolar. Fröbel pretende, ao contrário, desenvolver as diversas categorias de faculdades da criança pelo jogo, de modo a possibilitar que ela exerça seu próprio modo de percepção das coisas e que, ao mesmo tempo, satisfaça a exigência de educação elementar. (HEILAND, 2010, p. 34–35)

É neste mesmo sentido que o Jardim da Infância iniciado pelas educadoras Alice de Azevedo Monteiro e Nayde R. Martins Ribeiro estava estruturado.



Figura 4 - Anúncio do Curso Modelo.
Fonte: Jornal A União, 2 de fevereiro de 1932.

Este anúncio (Figura 4) imortalizou a criação do primeiro Jardim da Infância da Paraíba. O primeiro anúncio do “Curso Modelo” foi publicado no dia 31 de janeiro de 1932. O mesmo anúncio foi repetido em todas as edições até o dia 11 do mês seguinte, com novas aparições nos dias 16, 21, 23 e 26 de fevereiro do mesmo ano.

Na mesma edição em que foi publicado o primeiro anúncio do “Curso Modelo”, também foi publicada uma nota de esclarecimento sobre o curso e educadoras responsáveis. Na nota são detalhadas, ainda que em linhas breves, as experiências prévias das educadoras responsáveis, as metodologias adotadas no curso, as atividades a serem realizadas, a idade mínima de admissão para o Jardim da Infância – de três anos, o local, e uma pequena tabela de preços.

CURSO MODELO (Jardim de Infancia e curso primario): — Vem de ser organizado nesta capital mais um estabelecimento de ensino, que obedecerá á direcção das professoras Nayde Martins Ribeiro e Alice de Azevêdo Monteiro, ambas com pratica de ensino primario, em S. Paulo e nesta cidade, e nos estabelecimentos officiaes do Districto Federal.

D. Alice de Azevêdo Monteiro tem ainda o curso de jardim da Infancia, realizado em estabelecimentos officiaes da capital do pais.

No **Curso Modelo** serão ministrados, pelos processos mais modernos de pedagogia, lições de francês, inglês, desenho do natural, trabalhos de agulha e manuaes, as quaes serão incluídas no curso primario, sendo ainda ministradas aulas avulsas de agulha, desenho de perspectiva e dactylographia.

Para o **Jardim de Infancia** serão admittidas creanças desde três annos de idade.

Os interessados poderão ser attendidos sobre o assumpto na residencia do dr. Martins Ribeiro, (ponto terminal da linha de bondes de Tumbia).

E' a seguinte a tabella cobrada pelo novo externato:

Jardim de Infancia	10\$000
Cursiprimario	15\$000
Aulas avusas	10\$000

Figura 5 - Nota sobre o Curso Modelo.
Fonte: Jornal A União, 31 de janeiro de 1932.

Na nota explicativa (Figura 5) há mais algumas importantes informações sobre a professora Alice de Azevedo Monteiro. O anúncio descreve que ambas as educadoras já tinham experiência prévia com o ensino primário na cidade de São Paulo e em estabelecimentos oficiais do Distrito Federal. O anúncio ainda credita à professora Alice de Azevedo Monteiro de ter o curso de jardim da infância realizado em estabelecimentos oficiais no Rio de Janeiro.

As educadoras foram logo reconhecidas por sua iniciativa. Em artigo em que criticava os esforços das iniciativas oficiais, Magalhães (1932) exalta a iniciativa das educadoras bem como suas competências para este fim.

O jardim da infância das educadoras funcionou por pouco tempo em sua sede provisória na residência da educadora Nayde R. Martins Ribeiro. A instituição foi logo remanejada para um espaço cedido no prédio onde funcionava a Ordem dos Advogados da Paraíba.

O primeiro Jardim de Infância oficial, fundado em 1934, foi fruto da iniciativa da Diretoria do Ensino Público do Estado da Paraíba. Sendo reconhecida como referência no estado da Paraíba, no ensino e organização da modalidade, a professora Alice de Azevedo Monteiro foi nomeada para dirigir a nova instituição. Em artigo publicado no jornal “A União”, Agrício Silvestre (1934) indica que ambas as instituições continuaram coexistindo.

Entre as publicações da professora Alice de Azevedo Monteiro, pode-se encontrar uma série de textos no Almanaque do Estado da Paraíba em 1934 sob o mesmo título de *Cidade dos Jardins*. Nesta série, a professora descreve a evolução da capital paraibana sob seu ponto de vista em um espaço de 15 anos, e explora a cidade sob diversos aspectos, econômico, urbano, social. “[...]de forma sutil a autora aproveita o tema *Cidades Jardins* a ser desenvolvido no artigo, e nele expõe estrategicamente suas opiniões acerca da mulher, do feminismo, das suas conquistas presentes e futuras” (LIMA, 2011).

A professora se utilizou de metáforas e paralelos entre a cidade e uma menina para descrever diferentes aspectos da evolução da cidade. Em artigo em que analisou os textos da professora na série *Cidade dos Jardins*, Lima (2011) concluiu sua análise dizendo:

Sua escrita, muito nos revela de sua personalidade, e demarca acentuadamente as mudanças de aspirações e entendimento do seu posicionamento na sociedade. Alice foi por assim dizer, uma alma mutável, que ao longo do tempo e das mudanças processuais pelas quais a história da sociedade moderna se inscreve adaptou-se. De menina/normalista a mulher que produz, trabalha, questiona e se posiciona sobre os problemas da mulher, da educação e da sociedade. De fato, pode-se dizer que sua produção escrita (nos mais variados veículos de disseminação da imprensa) cresceu e ganhou novos contornos à medida que se desenvolvia e amadurecia criticamente tanto como educadora, intelectual e cidadã (LIMA, 2011).

A professora também demonstrou sua preocupação social. Ao se tornar presidente estadual da Sociedade de Assistência aos Lázaros, foi instrumental em conseguir fundos para a construção do Preventório Eunice Weaver, que teve construção iniciada em 1938 (SANTOS, 2003). O instituto foi idealizado como um centro de apoio aos filhos dos leprosos. Neste sentido, este novo centro não deixaria de demonstrar a vocação principal da professora, servindo como centro de educação e proteção à infância.

A ocasião da construção do Preventório rendeu uma entrevista da então presidente na Paraíba da *Sociedade de Assistência aos Lázaros* ao jornalista do Jornal Oficial Francisco Coutinho de Lima e Moura²⁰, que publicou a entrevista em seu livro de 1939.

O Preventorio é uma das partes mais importantes do aparelhamento anti-leproso. Recolhida a criança recém-nascida, fica sob a responsabilidade da Sociedade de Assistência aos Lázaros, até a maioridade, quando se acha libertada do mal de Hansen. (MOURA, 1939).



Figura 6 - Homenagem da Revista do Ensino à Alice de Azevedo Monteiro.

Fonte: Revista do Ensino, abril 1942.

²⁰Francisco Coutinho de Lima e Moura foi Tenente Coronel da Guarda Nacional, ocupou diversos cargos de servidor público como: Professor do Liceu Paraibano, funcionário da Repartição dos Correios e Telégrafos como telegrafista, Deputado Estadual na legislatura de 1899. Fundou o Tiro de Guerra da Paraíba. Foi jornalista militante, servindo no Jornal Oficial do qual chegou a ser gerente. Foi um dos fundadores do IHGP. **Fonte:** http://www.ihgp.net/luizhugo/francisco_coutinho2.html, acessado em 28/07/2016.

A revista do Ensino, meio em que a professora Alice de Azevedo Monteiro publicava artigos com certa frequência, publicou, em abril de 1942, uma dedicatória, na qualidade de homenagem póstuma, à educadora (Figura 6). Apesar deste indício, não é possível definir o ano em que a educadora de fato faleceu. A edição da Revista do Ensino que publicou a homenagem data de abril de 1942. Entretanto, a edição anterior da revista data de agosto de 1938. Desta forma não é possível utilizar deste indício para definir o ano de seu falecimento.

Contudo, na mesma edição em que publicou a homenagem póstuma, a revista ainda publicou um artigo da professora intitulado *Jardins de Infância*. Sendo assim, é razoável acreditar que o falecimento da professora Alice de Azevedo Monteiro tenha ocorrido em uma data mais próxima da data de publicação da referida edição da revista. Neste último artigo Alice de Azevedo discursa sobre a importância dos jardins da infância.

Nenhuma terra se poderá vangloriar de possuir um aparelhamento completo de instrução se não possuir escolas maternas.

Nas movimentações públicas das escolas, nas paradas infantis, sente logo o verdadeiro professor que aquelas crianças entraram tarde demais para a escola. Mau grado o esforço evidente e inconfessado dos professores e maior parte dos alunos “que não sabe estar bem-posta”, faz maus pontos de comportamento nesses dias. (MONTEIRO, 1942, p 25).

Digno de nota é fato de não ser encontrada, até o hoje, a data de nascimento da educadora supracitada. Esta lacuna causa desconforto à presente narrativa, pois Alice de Azevedo teve um espaço privilegiado na dimensão pública da sociedade paraibana. Dialogando com Michelle Perrot, possivelmente, tal fato esteve ligado à desvalorização da mulher por parte da História oficial, sinalizando uma grave falha no registro historiográfico paraibano. De acordo com Perrot (1989, p. 10):

Essa ausência no nível da narrativa se amplia pela carência de pistas no domínio das “fontes” com as quais se nutre o historiador, devido à deficiência dos registros primários. No século XIX, por exemplo, os escriturários da história – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública- deixam bem poucos registros que digam respeito às mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio.

Sendo assim, este estudo nos revela que mesmo Alice de Azevedo Monteiro sendo uma mulher que contribuiu nos âmbitos educacionais, políticos e sociais ficou sujeita à autoridade masculina. Indo de encontro com as diversas formas de dominação masculinas as

mulheres intelectuais paraibanas enfrentaram as restrições e preconceitos marcando seus espaços na historiografia paraibana, mesmo que alguns dados cruciais para o detalhamento de um estudo biográfico se fizessem relegados ao esquecimento. É sabido que os novos registros da história revelam cada vez mais a ação e inclusão da mulher na História. Segundo Perrot (1988):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 1988, p.48).

A citação acima nos revela a importância da prática organizativa traçada pelas mulheres, táticas utilizadas para subverter a situação de dominação em que se encontravam. Para tanto, a saída da mulher da condição de dona do lar para a escola, trabalho, sociedade produtiva, política e imprensa, foi marcada por intempéries agressivas; sabe-se que os avanços para participação da mulher na sociedade não se deram de forma amistosa, elas tiveram que se capacitar e organizar-se para conseguirem seus espaços e que muitas eram permeados de desvalorização.

2.3 ANALICE CALDAS DE BARROS



Figura 7– Professora Analice Caldas de Barros.

Fonte: arquivo da autora. Imagem copiada de uma foto avulsa encontrada no IHGP.

Analice Caldas de Barros, uma mulher imersa no universo masculinizado destacou-se em seu meio circulando por espaços poucos frequentados por mulheres no início do século XX, rompendo limites impostos por uma sociedade restritiva à mulher. Em sua função educacional, não media esforços para instruir os menos favorecidos gratuitamente em sua casa (LINS, 1976). No entanto, poucas ainda são as informações que chegam à sociedade paraibana a respeito da trajetória intelectual de mulheres que viveram em tempos de grande exclusão do sexo feminino na sociedade patriarcal do começo do século XX. Para muitos, Analice Caldas de Barros é apenas uma professora que nomeia uma escola na cidade de João Pessoa e uma biblioteca na sua terra natal Alagoa Nova, ambas na Paraíba.

Para a construção da biografia de Analice Caldas de Barros, foram utilizadas quatro referências consideráveis que trazem à tona sua história, uma diz respeito à dissertação de mestrado de Favianni Silva, defendida no ano de 2007 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba; a segunda o livro *Duas Vidas a Serviço da Paraíba* Diógenes e Analice Caldas, escrito por Eurivaldo Caldas Tavares, primo da educadora supracitada, no ano de 1976, trinta anos após sua morte; a terceira é o livro *Analice Caldas A Genealogista*, de Adauto Ramos, publicado em 2013, e, por último, a monografia *Vestígios de educação nos escritos de Analice Caldas de Barros (1891 – 1945)*, das autoras Aline Manoela Alves e Shirley Targino Silva, do ano 2014.

Foi no ano de 1911 que Analice Caldas diplomou-se e começou sua trajetória no magistério. Seu ofício inicial se deu como professora de primeiras letras na fazenda de Espírito Santo. Até o momento, as fontes não indicam a precisão em que a professora atuou nessa função. Aos 32 anos de idade, Analice Caldas foi aprovada em concurso público de nível nacional para lecionar a cadeira de português ao nível médio, na antiga Escola de Aprendizes Artífices. Nesta mesma instituição, agora como Liceu Industrial, foi professora do primário em companhia de Tércia Bonavides Lins.

Mais tarde a professora Tércia Bonavides viria a proferir uma fala sobre Analice Caldas. O discurso ocorreu em 16 de agosto de 1976 no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), assim sendo, de acordo com Tércia Bonavides Lins: “[...] acompanhei os passos, exultando com suas conquistas e vitórias; ora lamentando as perdas materiais e humanas e sempre como membro integrante dos seus movimentos literários e cívicos”. A professora se referia a Analice Caldas intimamente com primazia, pois as duas foram companheiras de trabalho na antiga Escola de Aprendizes Artífices, depois Liceu Industrial e hoje o Instituto de Educação e Tecnologia (IFPB).

Analice Caldas de Barros nasceu em 30 de outubro de 1891 na cidade de Alagoa Nova, neste período tida ainda como vila. Seus pais eram Ana Salvina de Caldas Barros e Manoel Paulino Correia de Barros, eram de uma família tradicional e proprietários de terras na região do brejo paraibano. Seu avô materno era Antônio Felix Brandão nascido em 1834 que a posteriori seria o pai do Dr. Caldas Brandão nome que provavelmente facilitou a inserção da professora Analice Caldas na imprensa paraibana. Já que o cenário patriarcal da Paraíba nas décadas de 1920 e 1930 dificultava a atuação das mulheres em ocupações que não fossem a de dona do lar ou de professora. Seu tio teve um relevante destaque na sociedade elitista paraibana. Trajano Américo de Caldas Brandão Junior, mais conhecido como o Dr. Caldas Brandão (1861-1933) foi desembargador do Supremo Tribunal de Justiça da Paraíba. Segundo Silva (2007, p.43), “membro de tradicional família da qual se projetou na sociedade paraibana através do “insigne varão e integérrimo magistrado”. Seu avô paterno era Mileno Paulino Correia de Barros, o proprietário do engenho Horta, dono da maior senzala da Vila com 16 escravos. Seu avô fez parte do Partido Liberal, exerceu cargos públicos, casou-se três vezes tendo descendentes apenas do segundo casamento com Canuta Pessoa Bezerra Cavalcanti. Talvez o fato de Analice Caldas ter sido uma jovem de família abastada tenha facilitado a sua entrada nos ambientes outrora exclusivos aos homens.

O matrimônio de Manoel Paulino e Ana Salvina, pais de Analice Caldas, gerou nove filhos, dos quais apenas quatro sobreviveram: Anatolio, Lauro, Cléa, e Analice Caldas. De acordo com Tavares (1975, p.41):

Inteligente e viva, logo cedo salientou-se entre os melhores condiscípulos, na aprendizagem das primeiras letras. Concluído o curso, seus pendores pelos estudos eram tais que não hesitou em pôr de lado os carinhos paternos e os encantos da vida despreocupada do campo largando-se em busca de melhores triunfos.

Até o atual momento deste estudo não foram encontradas fontes sobre sua alfabetização, possivelmente, Analice Caldas foi alfabetizada em casa como era de costume com as filhas das famílias abastadas. Ainda há a hipótese de ter sido alfabetizada em alguma escola municipal de Alagoa Nova. Indo ao encontro do processo de escolarização da Paraíba, faz-se necessário rememorar a resolução do governo imperial nº 36 do ano de 1886, no artigo 8º, que faz referência a matrículas dos alunos na educação primária, afirma que as crianças deveriam estar em idade entre 6 e 15 anos. No período de sua alfabetização a instrução pública em Alagoa Nova já tinha se desenvolvido, mesmo com todas as dificuldades e descasos por parte dos presidentes das províncias. De acordo com as notificações do relatório do Barão de Abiaí em 1875, citado pela própria educadora em seu livro (Alagoa Nova 1940), a cadeira para a instrução pública tinha triplicado num período de dez anos, havendo 130 cadeiras primárias, sendo noventa para os meninos e trinta para as meninas. De acordo com Pinheiro (2002, p. 29):

Pode-se considerar que, no período imperial, a organização da sociedade civil era ainda embrionária, e poucos eram os grupos sociais que dispunham de capacidade organizativa para pressionar o Estado, visando à obtenção de maiores investimentos para a educação, em geral, e, mais particularmente, para instrução pública escolar.

Sendo assim, percebe-se que na província da Parahyba do Norte, a instrução pública era de toda forma conturbada já que era oferecida em casas particulares. É mais provável que a jovem Analice Caldas tenha sido alfabetizada em sua casa, pois o que a citação acima nos remete é a visualização de uma instrução pública destinada aos pobres.

Quando Analice Caldas conclui o ensino primário, sai do interior para morar na capital paraibana em busca da continuação de seus estudos. Foi com essa mudança que Analice Caldas passou a morar com a família do tio, o magistrado Caldas Brandão; aos 18 anos de idade ela ingressou na Escola Normal Oficial do Estado, pois almejava a carreira do magistério. De acordo com Tavares, Analice Caldas de Barros recebeu uma educação a qual seguia os padrões morais e comportamentais da família do magistrado, orgulhando seu tio com seus dotes morais.

Enquanto fazia progressos na cultura geral, o verdadeiro aprendizado onde aprimoraria o caráter e aprenderia, ao vivo, duradouras lições de integridade, equilíbrio e bom senso, seria a casa do seu querido tio Caldas que acolhedoramente lhe hospedara. (TAVARES, 1975, p.41)

A partir do contato com a família Caldas, surge a amizade entre Analice e seu primo, o Bacharel em Ciências jurídicas e Sociais Diógenes Caldas²¹. Segundo Tavares:

Ambos se emulavam na solução, não apenas de problemas domésticos, mas das causas comuns em que se empenharam pela elevação e grandeza da Paraíba que os dois idolatravam e porfiavam por melhor servir e dignificar. (TAVARES, 1975, p.41).

Ao concluir o curso na Escola Normal no ano 1911, Analice Caldas começara a se dedicar integralmente ao magistério, atuando, principalmente, no ensino profissional, ela destaca sua atuação no processo de escolarização profissional, como: “numa visão correta e alta destinação humana e social daquele aprendizado, não só para os educandos, como para o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil” (TAVARES, 1975, p.42). Digno de nota é destacar que a primeira experiência de Analice Caldas como professora foi na modalidade de primeiras letras na fazenda experimental de Espírito Santo /PB.

Quando Analice Caldas estava cursando sua formação, a Escola Normal era o único espaço de qualificação profissional para as mulheres. O ensino secundário era para as mulheres a continuação dos estudos que as fariam alcançar uma vaga no mercado de trabalho. Vale ressaltar que essas vagas eram em sua grande maioria ocupadas pelas filhas das famílias

²¹Diógenes Caldas Brandão era primo e amigo próximo de Analice Caldas de Barros, nasceu em 6 de abril de 1886 e faleceu em 31 de dezembro de 1972.

de classes abastadas. O alto índice de analfabetismo na Paraíba aumentava a demanda de professores qualificados uma vez que processo de modernização e industrialização estava crescendo em todo o Brasil.

O quadro da educação brasileira nesse momento era extremamente precário. Segundo dados oficiais, só na Paraíba, somente 7,53% da população em idade escolar freqüentaram as instituições oficiais de ensino primário carecendo também de professores qualificados para o magistério. (Parahyba do Norte, 1909 apud SILVA, 2007, p.51)

Sendo assim, a Escola Normal não abrangia todo o público feminino paraibano, quem tinha acesso a esse processo de formação eram as moças filhas das famílias de classes abastadas. As mulheres pobres eram relegadas aos postos de trabalhos mais desvalorizados possíveis, com árduas jornadas de trabalho e péssimas condições de vida.

No ano 1923 Analice Caldas foi aprovada em concurso de âmbito nacional como professora da cadeira de português no antigo Liceu industrial (atualmente IFPB), onde atuou como professora do curso primário, acompanhada de outras oito professoras: Tércia Bonavides, Glauro Vilar Guedes, Ana Ribeiro Mindello, Castorina de Menezes Barros, Anália de Miranda Sá, Neide da Silva Nobre, Maria Eulina Leal de Albuquerque e Augusta Flores Falcão, lecionando as matérias básicas. O discurso de Analice Caldas no jornal Aprendiz, na publicação em que comemorava 25 anos da fundação da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba intitulada “Jubileu”, em 23 de setembro de 1934, conforme Tavares (1975), Analice apresenta a importância do ensino profissional para o desenvolvimento do Brasil.

É necessariamente dessa orientação de trabalho profissional que carecem os países de pequenas indústrias e reduzidos recursos monetários para a expansão de suas possibilidades econômicas. É a esta escola do povo, que alfabetiza, educa e ensina a trabalhar. A sua existência há 25 anos tem sido de benemerência, nunca houve estágio ou enfraquecimento na sua caminhada de progresso, mesmo assim, não há merecido do poder competente graças ou justiça que tanto carece para sua expansão e seu melhor desenvolvimento (TAVARES, 1975, p.42).

O discurso da educadora deixa claro o ideal de nacionalismo que estava nascendo no país. Uma busca por profissionalização para gerar mão de obra barata e qualificada destinada ao trabalho industrial. Para a educadora supracitada a formação profissional é necessária para que os países, principalmente os de pequeno porte, possam atender a demanda do comércio e

da indústria. Os professores da Escola de Aprendizes Artífices tiveram que enfrentar muitos problemas aos ministrarem seus cursos, tais como: precariedade das instalações, mau funcionamento da instituição, pouco ou nenhum recurso, falta de professores qualificados e até enfermidades etc. De acordo com relatórios da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, apresentados na dissertação de Silva:

Além das moléstias, havia ainda a pobreza de quase todos e a miserabilidade de muitos, como bem lembra; “São bem conhecidos os alunos que se ausentam nas quartas e sábados (dias de feira na cidade) para ganhar algum frete ou vender na feira o produto dos trabalhos de seus pais”, e “[...] outros nos vêm dizer envergonhados que faltaram por que a única roupinha que possuíam tornou-se imprestável e tiveram de esperar que lhe pudessem comprar outra”. (Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba, João Pessoa – 1940 apud SILVA, 2007, p.59)

Analice Caldas descreveu alguns empecilhos com os quais tinha que lidar ao lecionar na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba no relatório apresentado ao diretor da divisão de ensino industrial, relativo ao período compreendido entre 05 de janeiro de 1910 e 05 de janeiro de 1940.

Ex. Sr. Diretor [...] como sabes, está entregue aos meus cuidados a classe inicial ou de analfabetos, a classe D, como foi denominada. Tive no começo do ano uma matricula de 75 alunos, e vários dentre eles já abandonaram a escola. A indiferença dos pais é a primeira dificuldade com que topamos. Poucos destes nos vêm pedir notícias dos filhos, e, algumas vezes falha até o stratagem de que usamos com os meninos faltosos e vadios, para obrigar seus responsáveis a virem entender-se conosco, a retensão das cadernetas que servem de ingresso diário do aluno [...] (Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba, João Pessoa – 1940 apud SILVA, 2007, p.59).

Mesmo estando imersa às dificuldades no seu âmbito de trabalho, a educadora Analice Caldas contemplava a educação profissional como uma modalidade fundamental para o desenvolvimento econômico e industrial do país. Os seus escritos na imprensa paraibana transpareciam sua dedicação pelo magistério profissional. Permeada de expectativa, Analice Caldas discursava sobre o desenvolvimento da educação profissional:

Operários mansos e humildes de minha terra, esta é a festa da vossa escola, escutai com esperança o canto alegre dos vossos filhos, do pequeno aprendiz

que apregoa na sua canção o vosso triunfo de amanhã:
 Vive a pátria a repetir
 Em palavras magistrais
 O Brasil tem se sair
 Dos cursos profissionais (TAVARES, 1975. P 42- 43)²²

Em um de seus discursos²³ no jornal aprendiz, a educadora Analice Caldas afirma, que:

Eu te bendigo, ainda, escola dos humildes, que com teus escoteiros festivos, teu programa de tanta visão patriótica, a tua sopa substanciosa atraís dos antros da miséria e vagabundice dos filhos dos deserdados, que não tem vestuário, o sapato, a merenda que a boa ordem dos regulamentos escolares impõe, mas que a tua orientação generosa e coerente provê ou dispensa. (TAVARES, 1975, p.42)

Assim sendo, Analice Caldas recorria ao discurso político para prestigiar a Escola de Aprendizes Artífices, alegando que mesmo tendo seus contratempos a escola beneficia aos que estão em situação de risco e vulnerabilidade, uma vez que grande parte de seus alunos era muito pobre e ousaria na busca da instrução para obter melhores condições de vida.

Analice Caldas foi professora da Academia de Comércio Epitácio Pessoa durante os anos de 1930 e 1940, ensinando taquigrafia. Também atuou como taquígrafa na Assembleia Legislativa, ministrou palestras em associações culturais e clubes de serviços, em locais como o Rotary Club da Paraíba, e foi colunista da revista Era Nova no período de 1923 até 1926. O número de anos da existência do Álbum de Mlle. Analice Caldas coincide com os anos de vida da revista Era Nova que circulou na Paraíba nos anos de 1920 a 1926. As mulheres que escreviam na revista Era Nova pertenciam à elite paraibana da época, na verdade, a revista tinha uma característica elitista marcante porque seus anúncios e artigos eram destinados a alta sociedade paraibana. A maior parte dos artigos era escrito por homens, mas os artigos femininos tinham uma notável representatividade. Os jornais a União e A Imprensa possuíam várias publicações feitas por mulheres que prezavam pela emancipação feminina, assinadas por Eudésia Vieira, Iracema Marinho, Alice de Azevedo Monteiro e a própria Analice Caldas.

²² Texto escrito por Analice Caldas de Barros à respeito da educação profissional na Paraíba. O texto encontra-se no livro *Duas Vidas a Serviço da Paraíba – Diógenes Caldas e Analice Caldas*, de Erivaldo Tavares do ano 1975.

²³ O texto também se encontra no livro *Duas Vidas a Serviço da Paraíba – Diógenes Caldas e Analice Caldas*, de Erivaldo Tavares do ano 1975.

Essas mulheres chamavam a atenção para a consciência política, social, intelectual e os direitos das mulheres.

Analice Caldas também se envolveu na militância política e tornou-se símbolo feminino de enfrentamento nas lutas pelo progresso de emancipação feminina na Paraíba.

A conquista da revolução de 1930, a adoção do voto feminino e a institucionalização da representação classista animavam suas expectativas, sendo uma ardorosa admiradora de Bertha Lutz, pioneira na luta pelo voto feminino e pelos direitos das mulheres no Brasil. (SILVA, 2007, P.62)

Analice Caldas juntamente com outras mulheres paraibanas criaram em 11 de março e instalaram em 11 de abril de 1933, na sede da escola normal em João Pessoa na Paraíba, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) baseada no modelo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Como indica Silva, O projeto era composto por mulheres e estava destinado a educação de mulheres paraibanas.

No que se refere às práticas políticas e educativas propagadas pela entidade, entendidas como expressão significativa do movimento feminista brasileiro, Analice Caldas e tantas outras mulheres de sua época se propuseram a defender ideais como: a elevação do nível de instrução feminina, proteção materna e da infância, obtenção de garantias para o trabalho feminino, estímulo ao interesse da mulher nas questões sociais, assegurar os direitos políticos para as mulheres, e o preparo educacional para o exercício da inteligência. (SILVA, 2007, p.63).

Além de se juntarem aos movimentos sociais da época, as mulheres começaram a publicar textos em jornais, periódicos e revistas defendendo as causas femininas. A partir de todo esse processo de luta é que surge um novo olhar para o sexo feminino, já que antes a mulher era tida como um ser passivo, incapaz e frágil. Esse processo de inserção da mulher na sociedade vem desmistificar o mito de suas incapacidades.

Através da imprensa, Analice e as outras militantes puderam divulgar suas ideias de modo a despertar nas mulheres um sentimento de valorização e suas conquistas políticas. Em suas práticas de escritas, contribuiu em órgãos como exemplo o jornal A União e a Revista Era Nova, que no século XX exerceram grande influência na sociedade paraibana, e nesse espaço as partícipes tinham a oportunidade de publicar textos que faziam referência às mulheres e seus direitos. Possivelmente, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino

durou até o ano de 1940, com publicações assíduas até 1937, período em que começou a perder seu espaço no jornal A União, em que era representada pela coluna “Página Feminina”. Todavia não há uma data que especifique o término da associação.

No território do Norte e Nordeste brasileiro, as últimas sedes da associação que funcionaram durante a década de 1940, foram a da Bahia e da Paraíba as quais persistiram até a metade da década, agora com o nome de Associação Paraibana da Imprensa (API).²⁴ Foi mantida a associação com outro nome, porém os encontros mensais não aconteciam com frequência, mesmo assim eram registrados em ata. Analice Caldas de Barros atuou em diversas áreas da instituição e chegou à presidência no período 1943 até 1945 em que teve ausência devido sua morte. Após a morte da professora Analice Caldas as atividades da Associação Paraibana chegaram ao fim, permanecendo apenas a associação do Rio de Janeiro com duração até a década de 1970.

Seguidora ainda do presidente João Pessoa, Analice Caldas apoiou a campanha dos Mil Reis Liberais para a qual, conforme Tavares (1975, p.44), “todos os paraibanos eram conclamados a aderir, concorrendo com tal quantia para ajudar o governo do estado a aderir à munição destinada a sustentar a luta de Princesa”. Analice recepcionou as caravanas da Aliança Liberal que chegaram à Paraíba naquela época. Foi uma das idealizadoras que lutou para a mudança do nome da capital paraibana se chamar João Pessoa, em homenagem ao paraibano e devido a sua morte, lutou também pela adoção da palavra “NEGO” na bandeira da Paraíba e ajudou a criar o Centro Cívico João Pessoa. Analice Caldas foi associada ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), juntamente com as suas companheiras Alice de Azevedo Monteiro, Beatriz Ribeiro, Albertina Correia Lima, Lilia Guedes e Olivina Carneiro da Cunha. No IHGP, contribuiu como genealogista, sendo a primeira mulher a trabalhar essa modalidade no departamento de genealogia, e também atuou como tesoureira.

Analice Caldas era uma mulher muito apegada à família, principalmente aos sobrinhos, ao se debruçar sobre a vida pessoal da educadora constata-se que ela nunca se casou e nem teve filhos. É sabido que chegou a noivar com escritor e jornalista Raul Campelo Machado, nascido em 1891, na cidade de Taperoá -PB, que escrevia versos, inclusive alguns dedicados à sua amada Analice. Não há informações sobre a não realização do casamento. Analice Caldas faleceu em 1945 quando voltava do Rio de Janeiro, por motivo de visita a seu

²⁴ Ver mais sobre a discussão do término da APPF e surgimento da API no livro Educação e Educadoras na Paraíba do século XX – práticas, leituras e representações; nas páginas 41 a 62, capítulo intitulado “Histórias da professora Analice Caldas (1891-1945) ”.

primo Diógenes Caldas, a bordo do avião - L-18 Lodestar da companhia aérea NAB, o avião caiu em Alagoa Santa (MG) deixando mortos todos os tripulantes e passageiros.

2.4 DISCUSSÕES DE GÊNERO: MASCULINIDADES E FEMINILIDADES SOB A PREMISSA DAS RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL

Durante séculos a preocupação com saber feminino (busca pelo conhecimento) foi inimiga da feminilidade. De acordo com Perrot (2013, p.91), “Como é sagrado, o saber é o apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo”. A história da humanidade diz que a mulher em seu caráter astucioso queria saber mais e por isso sucumbiu o homem e ela a uma vida eterna de pecado. Esta perspectiva subjuga a mulher e as relações de gênero por meio de uma visão de submissão feminina, que se desdobra através de diversos tipos de violência contra a mulher, tendo sido construída pela ótica religiosa judaica, cristã, islâmica.

O protestantismo surge como ruptura a esse paradigma, pois a necessidade de conseguir aliados contra a reforma fez com que a igreja viesse a discutir sobre a educação para as mulheres dando destaque à educação dos filhos. O protestantismo assegura a bíblia como leitura obrigatória para todos, e isto incluía as mulheres. Segundo Perrot (2013, p.92), as coisas mudaram ao passar do tempo e a igreja da contrarreforma queria as mulheres como aliadas em seu apoio, sendo assim investiu em escolas e ateliês para garantir a educação feminina. Para Lajolo e Zilberman (2001), o exercício intelectual da mulher nasce com o surgimento da modernidade. Pode-se dizer que durante o período colonial a educação feminina ficou destinada ao âmbito doméstico, parcialmente restrita aos afazeres do lar e aos dogmas da igreja. É neste sentido que a vida das mulheres ricas e pobres se assemelha. Para Ribeiro (2015, p.79), tal fato é comparável com a tradição Ibérica transposta para a colônia brasileira, que nos remete à influência da cultura árabe na qual o sexo feminino era considerado como *imbecilitus sexus* (sexo imbecil), máxima na qual eram enquadrados os loucos e os doentes mentais.

A instrução feminina era completamente desvalorizada em tempos de colônia. De acordo com Ribeiro (2015, p.79), o que se ouvia em Portugal e no Brasil era um verso de desdém que dizia: “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família saiba pouco ou saiba nada”. Esta ideia ficou consolidada na mentalidade brasileira como herança portuguesa com o trato de suas mulheres. Em contrapartida, os primeiros homens a

reivindicarem uma cultura de escolarização para as mulheres foram os índios, já que a assiduidade nos encontros de catequese era feminina. Segundo Ribeiro (2015, p. 80), “O indígena considerava a mulher uma companheira, não encontrando razão para as diferenças de oportunidades educacionais”. Diferente do homem europeu para quem o comportamento feminino representaria um perigo à sociedade civilizada. O poder é inerente à correlação de forças e está inserido na sociedade pela máxima do indivíduo dominado e do dominador presentes nos âmbitos políticos, sociais, econômicos, intelectuais e sexuais.

Para tristeza dos padres jesuítas que queriam a moralização do Brasil, a rainha de Portugal negou o pedido feito pelo Pe. Manoel da Nóbrega acerca de um projeto de escolarização feminina. Vale lembrar que no século XVI não havia escolas para meninas. Apesar da proibição da corte, de acordo com Ribeiro (2015, p. 81), algumas indígenas conseguiam romper a regra, a exemplo de Catarina Paraguassu, a primeira brasileira mulher a aprender ler e escrever. No Brasil colônia os homens exerciam o poder e decidiam suas ações. Portanto, era a dominação masculina que reforçava e legitimava as normas da sociedade patriarcal. Entretanto, as mulheres organizavam táticas para burlar este sistema de dominação. Isto posto,

Determinada pela ausência de poder, a tática é arte do fraco, por isso as opera golpe: a tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2014, p. 101).

Para fins de sobrevivência, pode-se dizer que a tática é uma ação meticulosamente calculada pelo mais fraco, neste caso, a mulher. Em um momento que as mulheres estavam totalmente ligadas aos afazeres domésticos, algumas burlavam esse paradigma para se preocupar com a educação. Houve momentos em que mulheres saíram do patamar de inferioridade e chegaram a ocupar cargos considerados masculinizados. De acordo com Ribeiro (2015, p. 84), em pleno século XVI mulheres dominavam capitânias importantes no Brasil, a esposa de Martin Afonso de Souza comandou a capitania de São Vicente e foi a responsável por trazer as primeiras mudas de laranja, arroz e gado vacum ao Brasil; assim Dona Ana Pimentel ultrapassou a vida doméstica e administrou uma das capitânias mais importantes da História do Brasil. No entanto, o contexto econômico e social era mais

importante do que a instrução dessas mulheres, ou seja, elas governavam somente enquanto seus maridos estavam ausentes, depois disso, lhes eram relegados apenas o ócio do lar.

Mesmo após a expulsão dos jesuítas do Brasil e a chegada do marquês de Pombal com a reforma para a educação, nada havia mudado para a instrução feminina. Segundo Ribeiro (2015, p. 90), Debret afirmava que, com a chegada da corte ao Brasil, muitas mudanças foram preparadas, porém nada foi feito em prol da educação feminina. Continuamente, a educação feminina restringia-se aos cuidados do lar, ao recital de preces e ao fazer contas de cabeça para realizar as operações matemáticas. Perrot (2013, p. 93) afirma que “Ao longo do século XIX, reitera-se a afirmação de que instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem. A leitura abre as portas perigosas do imaginário”. Então, uma mulher admiradora das letras era tida como uma aberração moral e julgada fora dos padrões estéticos. A instrução era propósito desnecessário, visto que a educação dada a elas servia apenas para torná-las agradáveis em sua ternura.

Com a chegada da corte portuguesa foi instaurado um novo modelo de Brasil, o país tinha se assemelhar ao estilo europeu. O axioma de país civilizado serviu de ajuda para seu processo de independência. Ao sair do modelo de casa grande para o novo projeto de urbanização nas cidades, a nobreza brasileira efetivou mudança desde o âmbito estrutural aos costumes sociais. A cidade que era tida como um ambiente imundo passou por mudanças para agradar os novos habitantes. Com isto, o papel da mulher se faz importante para ascensão econômica e moral das famílias nobres. Por causa da interação do novo modelo social, reuniões econômicas, bailes, saraus, banquetes e festas, exigiam bons modos de comunicação feminina para atrair os bons pretendentes. A elegância no aspecto da moda era essencial e tinha que combinar com uma boa educação (literatura, piano, francês), uma erudição polida e controlada para não desbancar o poder do sexo masculino.

No século XIX, Nísia Floresta²⁵, clama por uma educação no Brasil de forma geral, em *Opúsculo Humanitário*²⁶, de 1853, e expõe a condição feminina vista em várias partes do mundo para em seguida falar da mulher no Brasil. Para Nísia, muitos dos atrasos eram uma

²⁵ Nísia Floresta foi educadora e escritora norte-rio-grandense que lutou em favor de uma educação para as mulheres durante o século XIX. Nísia é considerada como pioneira do feminismo brasileiro por romper paradigmas dentro e fora dos espaços públicos e privados. Nísia foi gestora de um colégio para moças no Rio de Janeiro. Sua carreira como escritora foi consolidada na imprensa e na escrita de livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.

²⁶ O livro reúne uma série de artigos que já haviam sido publicados anteriormente em jornais. O título do livro faz uma referência aos Opúsculos de Auguste Comte, filósofo francês que também influenciou o pensamento de Nísia Floresta.

herança da colonização portuguesa, por isto conclama os brasileiros para lutarem pela reversão do quadro educacional do país, pois para ela o futuro da sociedade está na educação.

Ainda nesta obra, encontra-se o desejo de Nísia de que o Brasil seja mais progressista, e levanta a bandeira da educação feminina. Nísia conseguiu seu espaço com educadora e escritora, e lançou ideias para pensar a educação feminina numa época em que poucas mulheres eram letradas. Os lemas do século XIX que pediam liberdade e educação para toda a nação estavam fadados a excluir em sua maioria negros e mulheres, ou seja a motivação era em prol da organização política do país e de benefícios para a burguesia e latifundiários.

O abandono da educação pelo Estado brasileiro resultou em muitas críticas e denúncias sobre a falta de professores com boa formação profissional, de acordo com Louro (2013, p.449), o intuito da criação da Escola Normal era formar professores e professoras para atender a nova demanda escolar, porém os relatórios indicavam que a escola estava educando e formando mais mulheres do que homens, estimulando a chamada “feminização do magistério”, uma vez que as oportunidades para o sexo masculino davam-se em todos os ambientes de trabalho. Esse modelo educacional era alvo de críticas e discussões, pois estava na mão de seres despreparados, as mulheres, o futuro da educação do país. Os homens foram impulsionados a conseguirem novas condições de trabalho por causa do processo de urbanização e industrialização. A autora Guacira Lopes Louro traz uma opinião masculina sobre essa discussão.

Tito Lívio de Castro, afirmava que havia uma aproximação notável entre a psicologia feminina e a infantil e, embora essa semelhança pudesse sugerir uma “natural” indicação da mulher para o ensino das crianças, na verdade representam um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa”. (LOURO, 2013, p. 450).

Diante disso pode-se observar o público masculino insatisfeito com a situação de controle feminino sobre uma instituição forte como era a escola. A autora coloca a visão masculina que destaca a incapacidade feminina em trabalhar com crianças, o que se faz contraditório, uma vez que as mulheres dão à luz e cuidam de crianças até se formarem adultas. Segundo Louro (2013, p. 450), o discurso de apoio a essa profissão escolhida pelas mulheres justificava a ausência de homens no magistério e reforçava a conquista de empregos melhor remunerados para o sexo masculino.

A década de 1920 foi permeada por tensões a respeito dos papéis masculinos e femininos, faceta que se debatia entre o moderno e o tradicional. O papel de mulher, esposa, e dona do lar era questionado pela sociedade por ambos os sexos, enquanto umas mulheres queriam emancipação, influenciadas pelo lado do modernismo, outras se consideravam tradicionalistas e a favor da família imposta pelo patriarcado. Todavia, a mulher estava imersa ao universo e à tendência francesa nos moldes da *Belle Époque*, que iniciava reestruturação dos papéis sociais e culturais representados por ambos os sexos. Algumas mulheres mudaram o vestir, o agir, o comportamento social, visto que saíam mais de casa para os espaços que a cidade estava produzindo naquela época. Com a mulher tornando-se “moderna” há uma inversão de valores hierárquicos na cadeia do poder social, pois essa mulher saía só à rua, usava roupas mais curtas, cortava cabelos mais curtos, usava vestidos mais chamativos, lia revistas e jornais, e consumia mais. Nesse sentido nasce o medo de que a mulheres ocupem os lugares dos homens, então essas discussões de funções masculinas e femininas entram em voga.

A mulher melindrosa e homem almofadinha surgem nesse contexto, sendo bastante criticados pela sociedade daquela época. As mulheres eram designadas de melindrosas por apresentarem um comportamento diferente e chocante para época, pois usavam maquiagem, vestidos acima do joelho, chapéus menores e outros acessórios. Esses estilos eram associados à prostituição. Já os homens eram discriminados sendo chamados de almofadinhas, porque tinham um comportamento delicado e se vestiam como atores de cinema, tentando reproduzir o que viam nas telas de cinema, a fim de obterem uma maior liberdade de costumes. Tudo isso provocou uma intensa preocupação na busca por um modelo recatado e religioso das moças e dos rapazes de outrora. Se por um lado alguns indivíduos estavam lutando por mudanças culturais e sociais, outros queriam permanecer propensos aos mesmos hábitos. Toda essa agitação social se fazia presente no contexto urbano paraibano que antecede o recorte deste estudo, bem como durante o mesmo.

Para compreender um pouco mais desse contexto é que se analisa coluna do álbum de Mlle (*Mademoiselle*), escrito e editado pela professora Analice Caldas de Barros na revista Era Nova, em que ela entrevista homens e mulheres da alta sociedade paraibana. A análise desse material visa obter informações e vestígios sobre a educação no começo do século XX. Sendo assim, será usado o conceito de gênero em seu caráter relacional apoiando-se no que Vasconcelos (2015, p.91) assume como “[...] enquanto categoria relacional, entendido como um sistema simbólico ou um sistema de significações que condiciona o sexo a conteúdos

culturais de acordo com os valores e hierarquias sociais”. Buscou-se analisar as entrevistas “considerando as relações de poder que amparam as construções das feminilidades e masculinidades, esforçando-se em adotar uma perspectiva não polarizada que rompa com a visão maniqueísta de culpabilização dos homens e vitimização das mulheres” (VASCONCELOS, 2015, p.6). Investigando se há nas entrevistas indícios sobre a educação na Paraíba daquele contexto, já que foi exatamente pelo processo de escolarização que algumas mulheres ingressaram na sociedade, as mesmas passaram a ter uma importância social, política e cultural.

A partir dos escritos de Analice Caldas de Barros na revista *Era Nova*, busca-se localizar informações acerca da educação, bem como das relações masculinas e femininas que precediam o recorte temporal deste estudo. Para isso, foi feita a análise das entrevistas que a professora fazia a sociedade paraibana da época da década de 1920, abordando vários temas, como comportamento, beleza, cultura, sociedade, religião e educação. Esta dissertação centra seu recorte histórico da década de 1930, porém faz-se necessário repensar o que ocorreu em anos anteriores para refletir sobre a década escolhida como recorte.

No dia 15 de novembro do ano de 1923, a professora Analice Caldas de Barros lançou a coluna *Álbum de Mlle Analice Caldas*. O álbum conta com poucas variações, as mesmas perguntas são feitas a todos os entrevistados. O número de anos da existência do *Álbum de Mlle. Analice Caldas* coincide com os anos de vida da revista *Era Nova* que circulou na Paraíba nos anos de 1920 a 1926. O seu álbum de entrevistas abrangia temas pertinentes e todos tinham interdisciplinaridade com a educação, sejam os assuntos mais banais ou os ligados à política e à sociedade. Tanto homens quanto mulheres foram entrevistados/as em sua coluna, porém a predominância dos entrevistados eram os homens. Foram entrevistados Diógenes Caldas, João Avelino da Trindade, Carlos Augusto Furtado de Mendonça Dias Fernandes, Manuel Tavares Cavalcanti, João da Mata Correia Lima, José Rodrigues de Carvalho, José Gomes Coelho, Alice de Azevedo Monteiro e outros²⁷. O quadro a seguir foi feito para sistematizar as entrevistas da professora na *Era Nova* e conta com as entrevistas de Diógenes Caldas, Alice de Azevedo Monteiro, Carlos Dias Fernandes e José Gomes Coelho. As quatro entrevistas analisadas nos fornecem vestígios do pensamento da sociedade da época.

²⁷ Não foi possível encontrar a lista com os demais entrevistados, pois as edições da Revista *Era Nova* estão incompletas no IHGP.

Perguntas	Diógenes Caldas ²⁸	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes ²⁹	José Gomes Coelho ³⁰
Qual a sua divisa?	Falar pouco, se possível calar.	Cumprir o dever, fazer o bem	Respeitar os juízos alheios	O bem, o belo e a verdade

A resposta dos entrevistados a essa primeira pergunta nos mostra o respeito aos valores sociais que estavam arraigados na sociedade da década de 1920 (pode-se observar também na década seguinte). Para Wanderley (2010, p.117), na Paraíba o aparelhamento hegemônico das oligarquias se transformava a passos lentos, diferente do que queriam os modernistas. Ainda de acordo com Wanderley (2010, p.117) “contudo havia aqueles que sobretudo os pares de elite, por uma questão de sobrevivência no poder, apelavam para segurança que a tradição proporcionava, ao mesmo tempo em que legitimavam os esforços à modernidade”. Possivelmente, é o caso dos quatro entrevistados, pois todos pertencem à classe mais abastada socialmente.

Na segunda questão é válido recorrer ao que Wanderley (2010, p. 119) chama de confluência de divergências, pois, para a autora essas divergências estavam entre o nome da Revista (Era Nova) e os seus conteúdos escritos, que para ela eram, em sua maioria, de caráter conservador. A autora tenciona que a foto de uma mulher na primeira capa³¹ da revista, “como olhar lânguido e expressão serena”, representava os traços românticos do século XIX, portanto alguns costumes daquele século não estariam, em sua essência, obsoletos. Pode-se observar nas respostas abaixo que as características que compõem a personalidade dessas pessoas são sempre as melhores, a exemplo da linda reta, que seria um propósito de tradicionalismo e perpetuação da moralidade.

²⁸ Diógenes Caldas Brandão nasceu em 6 de abril de 1886 e faleceu em 31 de dezembro de 1972, filho primogênito, herdeiro de nobres inteligências de seu pai Trajano Américo Caldas Brandão, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em Pernambuco, no entanto atuou até os seus últimos dias como agrônomo e botânico. Amante das atividades agrícolas, foi nomeado um dos melhores botânicos do Brasil. Fonte: Monografia Vestígios De Educação Nos Escritos De Analice Caldas De Barros (1891 – 1945)

²⁹ Carlos Augusto Furtado de Mendonça Dias Fernandes foi poeta, escritor, jornalista e pedagogo. Foi diretor do Jornal “A União” (1913 – 1925). Nasceu em 1874 e faleceu em 1942. Fonte: (VASCONCELOS, 2015)

³⁰ José Gomes Coelho (1898/1954). Diplomado pela Escola Normal da Parahyba, formado em Direito no Recife/PE, além de professor foi diretor do Liceu Paraibano, nomeado por João Pessoa em 1928. O seu intelecto invulgar produziu o livro “Escorço de Coreografia da Paraíba”, lançado em 1919. Esteve presente, ao lado de Silvino Olavo, na inauguração da luz elétrica a motor, em Esperança, participando do conclave que eclodiu com a emancipação do nosso Município. Fonte: <http://historiaesperancense.blogspot.com.br/2015/06/dois-coelhos-uma-cajadada.html>.

³¹ Capa da Era Nova em 27 de março de 1921

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
Qual o traço predominante de seu caráter?	A altivez	A linha reta	A afabilidade	O amor à justiça síntese de minha vida

É possível que essas respostas fossem propositalis, com intuito de fortalecer a práticas morais da sociedade paraibana. Wanderley (2010, p.119) afirma que os editores diziam que os intelectuais não tinham pretensões diferenciadas além do desenvolvimento literário, se propunham adequar a revista ao acesso de todo público paraibano. O que nos deixa desconfortável, uma que vez que as publicações da revista estavam voltadas à elite urbana da Paraíba de 1920.

A época marcada por diversas transformações incorporou as ideias e os ideais de modernidade. Com isso a sociedade paraibana vivia novos tempos. A chegada da época moderna ao Brasil trouxe consigo a prática do *flirt* nos salões, surgindo então um novo comportamento entre os relacionamentos sociais, considerado por muitos, frenético e de sensualidade vil.

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
O que pensa do flirt?	Deslize que pode levar o homem ao céu e a mulher ao inferno	Flirt ...flor da neve ... não pode viver em nosso clima	Nada	Que é fenômeno social sem leis quantitativas

Como é possível observar nenhum dos entrevistados era a favor dessa prática social usada com intenção de “paquera”. Diógenes afirma que é bom para o homem, mas pode prejudicar a mulher. A ação seria prejudicial para a mulher por ela está sendo julgada ao tomar a iniciativa de mostrar interesse por um homem, já que esse papel era sempre atribuído ao homem. Para Zica (2015, p.112) esse papel da conquista muitas vezes resultava em sofrimento feminino “[...] enquanto as mulheres cativam os olhos dos rapazes, estes conquistam o coração delas”. Ainda dialogando com Zica (2015, p. 112), o sofrimento vinha pelos atributos morais, já que a questão da virgindade era de suma importância para o determinado período, (leitura do XIX no texto do autor, porém pode-se observar o mesmo comportamento na década de 1920), pois era uma condição essencial para o casamento. Então qualquer atitude que desagradasse a conduta tradicional e moral era tida como errada, chegando a desencadear uma “má fama”, a de mulher melindrosa (para muitos, mulher promíscua), aquela que toma atitudes indesejadas por parte dos moralistas da sociedade.

A pergunta seguinte tenciona a relevância do meio social. As práticas discursivas perante a sociedade eram as mesmas, marcadas pelo medo dos costumes tradicionais se extinguirem. Segundo Wanderley (2010, p. 125), “[...] a elite intelectual, apelando para o argumento da tradição, dos bons costumes e do bom senso, convencia a muitos sobre os malefícios do turbilhão de novidades”. Todas as respostas transmitem complexidade, para Carlos Dias Fernandes é uma coisa inexplicável; para Alice há todo um pudor o qual deve ser mantido a fim de se alcançar o ápice do “bom senso” (há de usar táticas antiéticas para chegar ao topo da pirâmide social); o único com o pensamento progressista mais afluído foi José Gomes Coelho, o qual afirma que a razão se sobrepõe a religião.

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
O que pensa da sociedade?	Turba irrefletida que nos apupa com a mesma facilidade com que festeja	Uma escada de muitos degraus, cuja a ascensão sendo um pouco difícil, é auxiliada pelo cinismo e pela blague	Uma coisa inexplicável	Que vai ela melhorando à proporção que a razão prepondera sobre a fé

A questão seguinte reflete o modelo de modernidade que estava em voga. De acordo com Wanderley (2010, p. 126), “Em linhas gerais, tudo o que fosse novo, insinuasse liberdade exacerbada ou se relacionasse com o apego descomedido à aparência era prontamente rejeitado”. A estética aparecia como fator para desorganizar a moral. Por isso a quantidade de negação a esses modelos apegados à estética. Com exceção de José Gomes Coelho, todos os entrevistados são contra esses hábitos considerados moralmente indecentes. Aos homens são atribuídas as críticas com os exagerados padrões estéticos, já às mulheres as críticas são tecidas em modelos comportamentais. Para Wanderley (2010, p. 127), “A moda era esse veneno que tomava o corpo social como uma metástase. Através de seus crescentes artifícios, ampliados com os avanços da ciência, seduzia os indivíduos”. Possivelmente, a figura do homem mais arrumado se assemelhasse mais da imagem feminina, por isso a grande preocupação da sociedade em sucumbir esse perfil de homem almofadinha.

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
-----------	-----------------	---------------------------	-----------------------	-------------------

O que diz do homem almofadinha?	Que utilizou o bom senso em pomada para lustrar as unhas	Um mal enxerido na árvore vigorosa de nossa raça	JESU AUTEM TECEBAT ³²	Nós todos somos almofadinhas em relação aos mais mal amanhados
O que diz da mulher melindrosa?	Biscuit de levandades que nos fascina	Criaturinha frágil de corpo e alma	Um brinco aprazível	Alfenim delicioso que se pode tornar mulher

Algumas das respostas dos entrevistados mostravam o preconceito da época contra o comportamento de determinadas mulheres, por exemplo, no sentido que o homem tudo pode fazer (desde que não fuja dos padrões másculos), mas a mulher tem que manter acima de tudo a sua honra. Para Carlos Dias Fernandes uma mulher melindrosa não passava de uma brincadeira prazerosa pois descartava a conduta tradicional feminina. Uma mulher independente, solteira, que se vestisse diferente das moças e que frequentasse os salões para paquerar com os rapazes, era tida muitas vezes como uma indecente. Os homens respondem de maneira diferente da mulher. O que se percebe é o desejo incutido pela figura da mulher ‘saliente’ há uma admiração da sexualidade, porém não há valorização para um futuro matrimonial. Trata-se da mulher admirada como objeto e não pela sua importância humana. Segundo Wanderley (2010, p. 128), “Havia intolerância com as mulheres acometidas pela moda. Com homens, porém, não era simplesmente reprovável, era inadmissível”. Sendo assim, as moças e os rapazes que acompanhavam a moda eram rechaçados por uma parte da sociedade paraibana.

Na questão sobre qualidades do gênero masculino e feminino, pode-se observar que aos homens são designadas as habilidades intelectuais e a hombridade. Enquanto que para as mulheres são designados modelos de comportamentos. Ao refletir sobre o conceito de qualidade é transmitido para os leitores o aspecto social, cultural e educacional, em que se valoriza tanto o conhecimento simbólico quanto o pessoal e o emocional. Entretanto, nesse quesito quase todos os entrevistados dispõem características comportamentais para as mulheres com exceção de José Gomes Coelho que vê a inteligência como qualidade feminina.

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
Que qualidades prefere no	As que lhe fazem a independência	Apesar de não possuir a lâmpada	A seriedade	Inteligência, justiça e energia

³²Refere-se ao episódio evangélico em que Jesus permaneceu em silêncio enquanto seus inimigos o acusavam. Fonte: site dicionário de Latim <http://www.dicionariodelatim.com.br/jesus-autem-tacebat/>

homem?	de caráter	de Diógenes, descobri um que reúne as qualidades que prefiro		
Que qualidades prefere na mulher?	As que realçam a virtude	Meiguice, bondade, altivez e sinceridade	A modéstia	Sinceridade, doçura e inteligência

Já na questão sobre tipificação de gênero talvez a entrevistadora quisesse uma resposta voltada para o sentido de educação como qualidade, como intelectualidade e virtudes do ser humano, e não como características físicas. No entanto, todos entrevistados atribuem características físicas aos seus “tipos”. Para Perrot, (2013, p. 53) “A diferença de sexo é marcada pela pilosidade e seus usos: os cabelos para as mulheres, a barba para os homens. Os cabelos são considerados, com frequência, signo da efeminação”. Para os homens, Perrot, (2013, p.53) nos diz que: “ A virilidade é mostrada pelo crânio raspado; foi assim na Roma antiga, e posteriormente cristã. Paulo preconiza o véu para mulheres, mas não para os homens, que, ao contrário, devem cortar os cabelos”. A virilidade se afirma para todos os tipos masculinos, enquanto que a feminilidade em tom de meiguice é direcionada às mulheres.

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
Qual deve ser o tipo masculino?	Másculo de corpo e de caráter	Hoje não existe mais os spartacus	Joaquim Nabuco	O do sertanejo de Euclides, esclarecido pela ciência
Qual deve ser o tipo feminino?	O da formosa que faz da virtude um culto	O da brasileira que conserva a graciosidade de mestiça	Vênus Callypigia	Forte e gracioso, culto e sem superstições

Na pergunta que questiona os entrevistados sobre o feminismo o número de críticas, nas respostas, ao comportamento da mulher é maioria, pois para aquela sociedade a mulher devia ser educada para cuidar da vida doméstica. A própria Alice de Azevedo Monteiro (que viria a fazer parte da APPF indicava que o feminismo roubava as características femininas da mulher. Todavia, José Gomes Coelho dizia que o feminismo iria emancipar a mulher dos preconceitos que a cercavam. Trabalhando o gênero como categoria relacional nota-se a presença do apoio de homens, mesmo que em minoria, quanto ao processo de emancipação feminina, a exemplo de José Gomes Coelho.

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo	Carlos Dias	José Gomes
-----------	-----------------	------------------	-------------	------------

		Monteiro	Fernandes	Coelho
O que pensa do feminismo?	Estufa que mal regulada cresta a flôr dos sentimentos femininos	Rouba alguns atrativos à mulher	Um despautério em transição	Fortalecerá a razão à mulher, emancipando-a dos preconceitos de quem ainda entristece sua vida

De acordo com Perrot (2013, p. 153), “O feminismo nem sempre gozou de boa reputação. Muitas mulheres se defendem, como se fosse uma ruga no rosto: “Eu não sou feminista, mas...”, dizem algumas conscientes, apesar de tudo, do que elas devem a esse movimento”. Vendo o exemplo da professora Alice de Azevedo pode-se afirmar o feminismo como símbolo plural. Pois, para Perrot (2013, p. 154) foi excluído da historiografia e da memória, em virtude das poucas fontes deixadas por mulheres e pela fragilidade de organização. Segundo Perrot (2013, p.154) foi nos últimos trinta anos que a bibliografia se tornou considerável. Não é uma tarefa fácil medir os efeitos desse movimento, porém em consonância com Perrot (2013, p.162) “Foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia”.

Diferente de outras colunistas da revista Era Nova, Analice Caldas demonstrava menor pudor ao falar do feminismo, a mesma saúda com louvor a chegada do feminismo na Paraíba e esclarece as diferenças do movimento de reivindicação entre o movimento sensacionalista que a imprensa repassava ao público.

O feminismo é uma necessidade social, não esse movimento ridículo de mulheres desiludidas que de estandarte e lunetas pregam em comícios, pela imprensa, fantasias irrisórias de seus cérebros superexcitados... Mas [é] essa corrente de reconstrução moral que é a noção exacta, a compreensão pela prática, da responsabilidade do futuro (BARROS apud ABRANTES 2010, p. 106).

Analice Caldas quando se refere ao feminismo “exaltado” apropria-se do pensamento da sua colega de trabalho Eudésia Vieira, considerando um movimento descontrolado. Para Analice e Eudésia o feminismo estava ligado a emancipação e necessidade social de emancipar as mulheres e não a um movimento avassalador que pregam em alguns comícios. Esses movimentos de luta mais ferrenha foram bastante encontrados na Europa, porém Analice Caldas acredita que existe um feminismo complacente, ponderado e racional.

Na questão referente ao casamento nota-se um grande desconforto da figura masculina quanto ao assunto, enquanto os homens achavam uma tolice, as mulheres viam como uma grande aspiração. Era através do casamento que as mulheres iriam constituir suas famílias. O casamento foi considerado um pilar da sociedade durante muito tempo. De acordo com Perrot (2013, p. 69) “pelo casamento tardio que reduz o período fecundo do casal”. Isto posto, os casamentos se davam enquanto as moças ainda estavam em idade de reprodução. As relações sexuais fora do casamento não eram vistas com bons olhos, uma vez que a igreja reprovava (reprova) tais atos. Portanto, para a grande maioria das mulheres o casamento era uma fonte de identidade familiar. Segundo Perrot (2013, p. 69), “A sociedade ocidental promove a assunção da maternidade. Ela é a “aureolada” de amor, “o amor a mais””. Esse amor de mãe só podia ser obtido através do casamento. Falar de amor é arriscado, visto que alguns casamentos eram arranjados. Por fim o casamento era um acontecimento que deixava viva a hierarquia da moralidade, da tradição e da fé na igreja, bem como era consolidação do amor entre homens e mulheres.

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
O que diz do casamento?	Porta que comunica o paraíso com o inferno	O paraíso para os que se amam, um inferno para os outros	Uma tolice imprescindível	O casamento é... Só posso dizer depois de três dias de noivado
O casamento deve ser a primeira ou a última aspiração?	“Quando feliz é mais que a primeira e última, é a única”	Quando feliz é mais que a primeira e última, é a única	IN MEDIO VIRTUS ³³	Deve ser a primeira; quando realizado, torna-se a última enquanto viver o outro cônjuge

Na pergunta que diz: ‘Quaes os seus escriptores preferidos?’ Os nomes citados foram: Eça de Queiroz, Flaubert, Machado de Assis, Shakespeare, Dante, Gauthier, Maupassant, entre outros. O que havia em comum entre todos os escritores mencionados era que toda sua produção é literária. Houve algumas repetições dos autores Eça de Queiroz e Flaubert.

Podemos perceber que a cultura literária era muito forte naquela época, pois na maior parte das entrevistas encontradas foram mencionados nomes de vários escritores. Os entrevistados são influenciados por autores do século XIX isso mostra como ainda estavam

³³ “No meio é que está a virtude” Tradução literal.

ligados ao passado. A influência da corrente Naturalista e Realista está presente nas respostas dos entrevistados pois, valorizavam as contradições das relações humanas e refletiam sobre experiências vividas. Provavelmente, os entrevistados eram incentivados também pelo modernismo da semana de arte moderna a buscar pela cultura literária. A Semana de Arte Moderna, de 1922, contou com a participação de escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos, trouxe bastante influência para a literatura, com renovações em muitos gêneros da arte literária. O seu principal objetivo era renovar o ambiente artístico e cultural daquela época, pois a mesma já sofria com processo de modernização.

A professora Alice de Azevedo cita Émile Zola como uns dos seus escritores favoritos. Zola foi um dos principais representantes do movimento naturalista na literatura e tinha inspiração na filosofia positivista. Para Perrot (2013, p. 68), “A maternidade é o grande caso das mulheres. “A mãe deveria ser nossa religião”, dizia Zola”. Possivelmente, a realidade maternal designada por Zola inspirava traços da identidade da professora Alice, já que na questão - o que deseja ser? – Ela responde: esposa, mãe e educadora. A educação da professora Alice apresenta uma erudição literária, uma vez que seus escritores favoritos são reconhecidos como grandes literatas. Os homens demonstram características diferentes, enquanto Diogênes cita autores brasileiros, Carlos Dias Fernandes elenca uma literatura internacional, e por fim José Gomes Coelho não se dispõe a citar nomes.

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
Quais seus escritores preferidos?	Ramalho, Ortigão e Eça	Eça de Queiroz, Julia Lopes ³⁴ , Zola e Flaubert	Shakespeare, Dante, Gauthier, Maupassant	Não os tenho; leio quando encontro
Quais os poetas de sua preferência?	Bilac e Zefarino Brasil	Olavo Bilac	Guerra Junqueiro, Guerra Junqueiro, Guerra Junqueiro	Os que ensinam alguma coisa

Na última questão, a professora Analice Caldas pergunta aos seus entrevistados que opinião tinham a respeito do álbum de Mlle., a colunista, tem sua imagem revelada por cada entrevistado. Para Abrantes (2010, p. 108), Analice era coerente com os pensamentos que defendia (condutas centradas no trabalho, na educação, ao bem da pátria e família) e ao fim da entrevista tem sua imagem revelada por seus entrevistados. Segundo Abrantes (2010, p. 109),

³⁴ Julia Lopes foi uma escritora abolicionista que viveu de 1862 até 1934, tendo como obra prima o livro das noivas. Julia Lopes integrou o grupo de intelectuais que criou a Academia Brasileira de Letras.

a análise do álbum: [...] “concebem-no como resultado da mente de uma moça inteligente, astuta, saudável... não parece que sua posição de “curiosa”, “questionadora”, produza efeito da “ameaça” comumente relacionada às feministas e às melindrosas”. Por fim, a imagem do álbum constituída pelos entrevistados é boa e constrói a fala dos representantes da elite social na sociedade de 1920. Sendo assim: [...] “Regula o trato respeitoso e delicado com que seus entrevistados ou notas sobre sua presença na imprensa a descrevem, e ainda da autonomia frente ao masculino, sejam pais ou maridos” (ABRANTES, 2010, p. 109).

Perguntas	Diógenes Caldas	Alice de Azevedo Monteiro	Carlos Dias Fernandes	José Gomes Coelho
Qual juízo que faz deste álbum?	Uma pedra de toque da organização moral dos consultados	Um dos raios luminosos da inteligência que o criou	Uma invenção gentil para apanhar inconveniências, Futilidades e hipocrisia	Que é excelente elemento para comparar ações com palavras

Este capítulo se configurou com o intuito de mostrar a paridade entre pensamentos de homens e mulheres do início do século XX, distinguindo as relações de poder entre os gêneros masculino e feminino e suas multiplicidades. A história das mulheres foi marcada pelo quadro de exclusão no processo de escolarização. De acordo com Perrot (2013, p. 33) “Além dos livros, há os jornais e as revistas- dos quais as mulheres são leitoras e produtoras. Elas pouco leem os jornais diários cujo conteúdo político se destina mais aos homens. Mas apoderam-se das colunas dos folhetins”. Então aproximar-se da educação como forma de tática foi o diferencial na prática das mulheres em busca de emancipação. Através da instrução escolarizada a mulher buscou reivindicar o direito ao trabalho. A participação da mulher na imprensa se deu como forma tática, usando este veículo de informação para divulgar suas causas emancipatórias e a formação de grupos e cooperativas em busca da legalização dos seus direitos.

Face ao exposto, o caminho escolar percorrido pelas mulheres letradas e não letradas entra na bifurcação representada pelo recorte histórico desse estudo. Um lado da bifurcação se refere à profissionalização, postulado perpetrado por toda década de 1930, por outro lado era a evasão escolar. Para finalizar este tópico é válido remontar a história vista do passado da década de 1930 para entender o presente recorte histórico com ênfase na perspectiva da vida de mulheres letradas e não letradas.

A revolução de 1930 coloca Getúlio Vargas no poder da presidência da república, refletindo na área educacional através das discussões educacionais com relação às experiências da década anterior e o que seria posto para a nova. Nesse primeiro período Vargas aparece um membro revolucionário, no segundo período Vargas governa com criação da constituição de 1934 e no terceiro período Vargas exerce o poder em forma de ditadura em período conhecido como Estado Novo que durou de 1937 até 1945.

No primeiro período do governo Vargas a produção industrial superou a produção agrícola, o país continuou se industrializando. Para Ghiraldelli Jr. (2006, p. 40) “Vargas não estava desatento a tais mudanças e às implicações delas em relação à educação”. Sendo assim, como chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, anunciou o plano de reconstrução nacional o qual também elencava mudanças na educação brasileira. Segundo Ghiraldelli Jr. (2006, p. 40) o item 3 do programa era voltado à educação: “difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados; para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério da Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas”. Dos anos 1930 à 1937 houve três gestões de ministros, o primeiro foi Francisco Campos (1930 -1932), seguido de Washington Pires (1932 – 1934) e por último Gustavo Capanema (1934 – 1945). Francisco Campos foi responsável pela reforma advinda do arranjo político. As leis da reforma que levavam seu nome foram: Decreto 19. 850 (11/04/1931) criação do Nacional de Educação; Decreto 19.851 (11/04/ 1931) organização do ensino superior no Brasil; Decreto 19.852 (11/04/1931) organização da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 19.890 (18/ 04/1931) organização do ensino secundário; Decreto 20.158 (30/06/1931) organização do ensino comercial e a regulamentação de profissões; Decreto 21. 241 (14/04/1931) regulamentações do ensino secundário. No ano de 1932 foi redigido o manifesto dos pioneiros da educação e para Ghiraldelli Jr. (2006, p. 42) “[...] o documento de 1932, a nova filosofia da educação deveria adaptar a escola à modernidade e, para tal, teria de aplicar sobre os problemas educacionais de toda ordem os métodos científicos”. Já no âmbito da constituinte de 1934 a premissa do ideal liberal estava posta e o anteprojeto da ABE foi assinado por Fernando de Azevedo. De acordo com Ghiraldelli Jr. (2006, p. 73), “O documento apoiou-se, para a defesa de uma educação “democrática, humana, geral, gratuita e leiga” na “consciência brasileira””. A partir de 1937 já em regime de Estado Novo as leis para educação são definidas como as Leis Orgânicas do Ensino.

Para Ghiraldelli Jr. (2006, p. 80), “[...] as Leis Orgânicas, chamadas de “Reforma Capanema”, consubstanciaram-se em seis decretos-leis que ordenaram o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola”. Ainda segundo Ghiraldelli Jr. (2006, p.80) “Foi uma reforma elitista e conservadora, mas não incorporou todo o espírito da Carta de 1937, até pela razão de que vingou já nos anos de liberalização do regime, no final do “Estado Novo”. Isto posto revela que o período ofereceu caminhos diferenciados à educação da população brasileira para a elite a permanência na escola estava garantida, enquanto que a população pobre era destinada aos cursos profissionalizantes e isso quando não se evadiam.

3 OS IMPRESSOS COMO SUPORTE AO DEBATE PÚBLICO SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO: PUBLICAÇÕES DE MULHERES PROFESSORAS NA IMPRENSA OFICIAL DA PARAÍBA DA DÉCADA DE 1930

O jornalismo chegou ao Brasil no século XIX junto com família real portuguesa, enquanto na Europa já existia uma vastidão de veículos impressos que consolidaram a cultura e o hábito da leitura. Assim como em outros países do mundo, o formato jornalístico intitulado por jornal tinha o mesmo papel, que era informar e entreter. Todavia, antes da oficialização da imprensa, havia censura em relação aos impressos que pertenciam à nação portuguesa. Os critérios para a censura se davam por parâmetros religiosos, políticos e morais. Entretanto, antecedendo a veiculação oficial já existiam alguns impressos e livros no Brasil. Para Morel (2013, p. 24) havia quatro tipografias no Brasil instaladas por jesuítas no começo do século XVIII, localizadas nas proximidades do Paraná e Uruguai, área de fronteiras com o Brasil. Ainda de acordo com Morel (2013, p. 24), esses impressos eram produzidos por índios guaranis e circulavam em regiões de aldeias, sendo hoje território brasileiro. Segundo Morel (2013, p. 24), “a ênfase no *atraso, na censura e no oficialismo* como fatores explicativos dos primeiros tempos da imprensa não é suficiente para dar conta da complexidade de suas características e das demais formas de comunicação numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise” (Grifos do autor). Sendo assim, a imprensa não chegou ao Brasil e encontrou um imenso vazio cultural, nesse ambiente já existiam formas de transmissão de informação impressa na qual a imprensa estava inserida.

Mesmo com uma população de mulheres analfabetas, predominantemente, o público feminino tinha suas próprias publicações. No século XIX, especificamente, no ano de 1827, surgiu um empreendimento editorial destinado às mulheres brasileiras chamado O Espelho Diamantino. Mais tarde, surgem o Jornal das senhoras no ano de 1852 e o Sexo feminino no ano 1875. As más condições de vida da mulher do século XIX impossibilitaram a efetivação da imprensa feminina. As publicações feitas por mulheres eram escassas e quase sempre assinadas como se feitas por homens ou sob pseudônimo.

Contudo, a mudança de século trouxe o aprimoramento da imprensa para uma nova roupagem industrial e comercial que se originou, deixando para trás a imprensa velha e artesanal. Pode-se afirmar que as mulheres foram responsáveis por uma das grandes

mudanças do século XX, protagonizando papéis que antes lhes eram negados. É precisamente neste meio que nasce a Revista Feminina no Brasil, que durou 21 anos e chegou a comercializar 30 mil exemplares mensais em todo o país.

É válido ressaltar que a presença das mulheres na imprensa foi bastante significativa por todo seu histórico de lutas, buscando a emancipação feminina. Embora não fosse um número tão representativo o de mulheres escritoras na imprensa, seus discursos publicados contribuíram para a formação de um público leitor feminino que se via representado com a inserção dessas mulheres na imprensa brasileira. Em um contexto de predominância masculina nos cenários da imprensa, as mulheres sutilmente ganharam espaços com suas publicações.

O discurso da imprensa paraibana se articulava com as demandas da nova vida urbana. Por sua vez, durante décadas muitos periódicos foram usados como material de estudos aos leitores e não leitores (no contexto de que pessoas letradas liam para os analfabetos), tanto no âmbito escolar, quanto no âmbito informal. Para Luca (2013, p.150) essas transformações atreladas à nova tecnologia e aos novos meios de comunicações “delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social”. Os jornais eram mais acessados pela população tendo em vista o seu baixo custo. O uso daqueles impressos no processo de ensino-aprendizagem não se configurava como um aparato pertencente a uma imprensa pedagógica. Não obstante, imprensa pedagógica pode ser definida pela circulação periódica de materiais produzidos como o intuito de educar discentes através da formação professores, se consolidando enquanto uma prática de leitura acerca de temas sobre educação, bem como espaço público de formação fora do ambiente escolar.

Sendo assim, os boletins de educação podem ser definidos como veículos de impressos destinados à educação de indivíduos para além dos muros da escola. Em consonância com esta abordagem teórica, o presente estudo se apoia no conceito de cultura educacional, apresentado por Pinheiro (2009, p.109): “A cultura educacional é uma específica e, ao mesmo tempo, abrangente do intercruzamento de saberes populares e de conhecimentos científicos que tomam como foco os aspectos relativos aos processos educacionais, sejam eles intra, extraescolares ou não escolares”. Neste sentido, a instabilidade política da década de 1930 contribui para a restrição do estado de liberdade refletindo interferências na cultura educacional. Isso acarreta cerceamento na constituição dos veículos de informação, especialmente nos periódicos e rádios cuja informação se expandia por todo o país,

alcançando também uma maioria de indivíduos analfabetos que seriam, certamente, sensibilizados pelo novo regime. Naquela situação, Luca (2013, p.150) ressalta que: “O famoso decreto de 122 da constituição de 1937, que tratava dos direitos e garantias individuais, considerava a imprensa um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados do governo”. O direito individual foi subordinado às condições da lei, por conseguinte a imprensa pedagógica se firmou como uma tentativa estatal de controle da cultura educacional, no caráter de dimensões públicas de ensino e aprendizagem.

O primeiro Boletim de Educação foi publicado impresso no ano de 1937 pelo Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade do Estado da Parahyba, ele contava com palestras proferidas ao microfone da PRI-4 Radio Tabajaras da Parahyba. O sumário das matérias era composto por quatro eixos de seção educativa, o primeiro foi intitulado “Educação em Geral” e discutia sobre: educação rural, cooperativismo escolar, educação infantil e a criança e o cinema; o segundo foi intitulado “Educação Sanitária” discutindo sobre: a tuberculose e a escola, a cárie dentária, da utilidade do método de credê, importância do serviço das enfermeiras, doenças transmissíveis, moscas, profilaxia dentária; o terceiro eixo foi chamado de “Educação Agrícola” e discutia: notas sobre a cultura da batatinha, a cultura do fumo, cultura da cebola, bananas para exportar, como se planta o milho, como se planta o algodão; o quarto e último eixo foi chamado de “Educação Doméstica” e discutia sobre: a mulher, a criança e o lar, o papel das donas de casa, a educação no lar, meus quinze minutos de prosa.

O segundo Boletim de Educação foi publicado impresso também no ano de 1937 pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Parahyba, assim como o número 1, este número 2 pertencia a um órgão oficial do Estado e contava com palestras proferidas na mesma Radio Tabajaras da Parahyba. O sumário das matérias era dividido em quatro eixos dentro da mesma seção educativa, o primeiro nomeado “Educação em Geral” e discutia sobre: escolas rurais, alfabetização, educação e cultura, civismo, importância dos censos, cruzada nacional de educação, a educação moral e a função da escola, a necessidade do voto para o exercício da democracia; o segundo nomeado “Educação Sanitária” discutia sobre: um apelo à mulher na sua missão de mãe, considerações sobre adenidismo, o que é difteria, angina diphtherica e crupe, uma advertência e um apelo, as mães, profilaxia dentária, o primeiro molar, conselhos as jovens mães, crise dentária; o terceiro eixo chamado de “Educação Agrícola” discutindo: adubação das laranjeiras, cultura do fumo, o milho e os cuidados

culturais, preparo do solo, instruções para combater a “broca de raiz” do algodoeiro, procurando libertar-se das secas, instruções para o plantio de enxertos de laranjeira, o arado e a enxada, notas sobre a cultura da mamona, a alfafa, hortas em quintais, decálogo das arvores, como se deve plantar o algodão, o curuquerê ou lagarta de folha, cultura de figueira, conselhos aos fumicultores, enriqueçamos plantando muito algodão, a cultura do amendoim, notas sobre a cultura da cebola, combate as pragas do algodão; o quarto e último eixo intitulado “Educação Doméstica” discutindo: de cozinha, educação doméstica, o lar e a economia. Após discorrer sobre a estrutura do Boletim de Educação, serão apresentadas, a seguir, as análises dos textos escritos pelas educadoras supracitadas no mesmo periódico.

3.1 ARTIGOS DOS BOLETINS DE EDUCAÇÃO

3.1.1 Desafios nas práticas cotidianas executadas por mulheres

Segundo Soihet (2013, p. 191), “O feminismo tem como objetivo a conquista de uma sociedade menos desigual, promovendo a equidade entre os gêneros, ou, de forma mais apurada, o termo indica um conjunto de teorias e de práticas historicamente variáveis em torno da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesse sentido, o artigo da professora Alice de Azevedo Monteiro no Boletim de Educação nº1 de 1937 – *A mulher, a criança e o lar* – mostra as lutas diárias desenvolvidas pelas mulheres e as mudanças exercidas no campo profissional antes ocupados, em sua maioria, por homens. A professora apresenta a importância da rádio como veículo de comunicação de massa e reflete acerca dessa mudança que a Paraíba passava, demonstrando simpatia a essa mudança tecnológica. Seu discurso pode ser observado como um grande impulso à expansão radiofônica, uma vez que a rádio iria levar as ideias femininas ao alcance do público paraibano.

O radio é a voz do progresso aproximando os homens. Será a voz da fraternidade em ondas sonoras, difundindo conhecimentos, esclarecendo, educando, Será a voz que procura fazer o cidadão do mundo, na expressão philosophica de Socrates. (MONTEIRO, 1937, p. 73).

A partir deste fragmento de texto, é possível observar a exaltação do processo de civilidade, a máxima do ideal de modernidade³⁵, a exaltação da imprensa moderna sendo definida como o progresso que irá aproximar a humanidade.

A educadora nos apresenta a fundação da rádio difusora e com isto revela ainda mais sua afeição pelo ideal de nacionalismo no que se refere à eficiência sobre os demais estados do Brasil.

A Parahyba no dia em que inaugurou a sua Radio Difusora, assegurou ainda mais no conceito dos brasileiros a situação de eficiência que mantém entre os demais Estados da Federação. O dr. Argemiro de Figueiredo, com a visão clara de estadista e de político que o singulariza, compreendeu que o progresso de nossa terra, firmado no desenvolvimento extraordinário de nossa agricultura, no estado sanitário de nossa gente, num perfeito e moderno aparelhamento educacional, não poderia prescindir do mais inteligente e eficaz meio de propaganda. Assim, a nossa capacidade de expansão comercial, a nossa cultura, a originalidade de nossa expressão artística, levam-nas ao mundo as ondas poderosas de nossa Radio Difusora. (MONTEIRO, 1937, p.73).

Trata-se aqui de uma perspectiva nacionalista, no que concerne à política da década de 1930 é o grande fortalecimento do Estado de encontro à sociedade. Todavia, nesse ano já havia um novo modelo político, implantado por Argemiro, o qual é aclamado pela professora Alice como um político singular. Vale ressaltar que em seu governo há uma quebra na centralização administrativa agindo assim com maior expansão da máquina pública. A base aliada do governo era de caráter conservador, apoiada pelos grandes e médios proprietários de terras. O governo de Argemiro reprimiu ativamente qualquer ação comunista como também apoiou a consolidação do Estado Novo em todo o país.

Alice de Azevedo vislumbra em seu texto o ideal de modernidade que, de acordo com Gil, Zica e Faria Filho (2012), o projeto de um Brasil vinculado aos ideais de uma educação moderna se daria em consonância aos discursos e questões políticas, econômicas, sociais culturais e educacionais, principalmente nas esferas públicas, justificando superar o atraso e contribuir com práticas para o desenvolvimento e o progresso da nação. Sendo assim, a

³⁵ Para entender mais sobre essa discussão referente ao termo ‘Modernidade’ – ler: GIL; ZICA; FARIA FILHO (2012). De acordo com os autores o livro é resultado de pesquisas desenvolvidas durante a primeira fase do projeto moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil séculos XIX e XX.

modernização atrelada à educação era vista pela autora como um mecanismo de transformação social.

Em seguida a autora discute as questões de gênero e feminismo. Mesmo sendo ela uma religiosa católica e defensora do lar tradicional³⁶, soube destacar em seu texto o rompimento do silêncio que foi imposto às mulheres durante séculos. De acordo com Perrot (2013, p. 32), o feminismo sob todas as suas formas, laico ou cristão, foi um incentivo poderoso. Principalmente no domínio da imprensa, que era seu modo de expressão.

O radio, entretanto, além do vasto programma que realiza, poderá ser o delicado vehiculo de approximação dos corações femininos do Estado, levando nas suas ondas sonoras aos mais longiuos rincões onde palpita uma alma feminina a palavra da mulher pessoense. (MONTEIRO, 1937, p.73).

Este fragmento nos revela a preocupação da autora com as mulheres que viviam nos lugares remotos do estado. Agora, mudando de situação, talvez, antes fosse ociosa, para ouvinte de uma rádio, uma rádio em que mulheres poderiam falar e tocar os corações de outras.

Provavelmente, a empatia de Alice de Azevedo Monteiro pelos ideais de progresso estivesse bem atrelada às mudanças sociais que englobavam também as mulheres, uma vez que, através do rádio essas mulheres teriam acesso à informação. Para Perrot (2013, p. 32), um fator que estimulava a escrita feminina era a existência de um público leitor feminino, de cujos assuntos preferidos as mulheres escritoras estavam a par, ou que acreditavam estar. Como é o caso de gêneros que lhes pareciam pertinentes, a exemplo, da pedagogia, imprensa de moda, os romances, livros de cozinha, entre outros. Para melhor entendimento do leitor acerca da afirmação acima, os textos escritos por mulheres no Boletim de Educação também eram lidos na rádio difusora para todo o estado paraibano no ano de 1937.

No próximo fragmento do texto a autora traz à tona as práticas e representações das mulheres paraibanas sob a ótica do feminismo da década de 1930. Sobre o feminismo, Michelle Perrot assume que:

³⁶ Essa afirmação se dá pela entrevista feita por Analice Caldas de Barros a Alice de Azevedo Monteiro na revista Era Nova à coluna Álbum de Mademoiselle pertencente à professora Analice. Questão 1 – o que pensa do feminismo? Resposta – rouba alguns atrativos da mulher; Questão 2 – o que deseja ser? Resposta – esposa, mãe e educadora; Questão 3 – Como desejaria morrer? Com o conforto da religião ao lado dos meus. O número de anos da existência do Álbum de Mlle. Analice Caldas coincide com os anos de vida da revista Era Nova que circulou na Paraíba nos anos de 1920 a 1926.

É claro que não se pode falar de “febre” ou de “invasão”, como o fazem os que são hostis à escrita das mulheres. Mas sim de um “acesso” à escrita, de uma inscrição no universo impresso, cada vez mais normal. Há paridade hoje? Não sei dizer. Em todo caso daí em diante ouve-se muito mais a voz das mulheres: ou pelo menos vozes de mulheres. Podem-se consultar seus livros. Podem-se ler suas palavras. (PERROT, 2013, p. 33).

É sabido, que foi a partir dos séculos XIX e, principalmente, no XX a intensificação das lutas feministas pelos direitos das mulheres, no que se refere à lei de proteção do trabalho, discriminação sexual, igualdade de salários, da licença-maternidade, sufrágio feminino e o direito à educação. Era, indubitavelmente, sob essa ótica feminista que os movimentos femininos paraibanos se debruçavam, tal qual a defesa pelos direitos civis. Mais à frente teremos as reivindicações sob a ótica das políticas do corpo feminino, todavia o recorte histórico desta pesquisa não se aprofundará nessa questão visto a diferença de temporalidade, uma vez que esse segundo conjunto de reivindicações faz parte da segunda metade do século XX. A professora Alice destaca o envolvimento das mulheres paraibanas com relação aos acontecimentos culturais que estavam em voga no mundo. Faz menção aos inúmeros cargos profissionais que estavam sendo ocupados por mulheres na década de 1930. Ao mesmo tempo, assume a postura do comportamento tradicional e justifica que mesmo trabalhando fora do âmbito doméstico, a mulher pode ser uma boa dona lar e pode manter seus encantos femininos.

A mulher parahybana acompanha de perto o desenvolvimento cultural de suas irmãs do mundo inteiro. Trabalhando nas escolas, nos gabinetes médicos, nas oficinas, organizando obras de fundo social, collaborando, na literatura, na pintura, na musica, na advocacia, clinicando, lavando ou engomando, exercendo profissões liberaes até há pouco seara exclusiva do homem, continua a ser esposa meiga, a irmã carinhosa, a dona de casa proficiente, guardando no coração como em um escrínio sagrado o amor ao lar, ao ninho onde nasceu ou para onde a conduziu o destino. Moralmente defende o da derrocada em que o arrasta a época de transição evolutiva que vivemos. De fende o da incerteza, da ansiedade moral de uma época em que todos desejam alguma cousa, mas conservam imprecisos e confusos esses desejos. Materialmente, a mulher parahybana tem carinhos desvelados por sua casa. Talvez por isto, a nossa cidade se transforma dia a dia. Surgem aqui e alli lindas residências. Pequenas muitas dellas, modestas, mas sempre lindas. Nenhum grande acontecimento na vida dos indivíduos, das colletcividades ou das nações, pode jamais prescindir do influxo vivificador da mulher. Porque o espirito feminino conservando-se romântico o anseio intimo e inconfessado da humanidade: o desejo da felicidade perenne. (MONTEIRO, 1937, p. 74).

Trata-se da vontade de emancipação feminina, tanto pelo trabalho quanto pela educação, representada pela professora Alice de Azevedo Monteiro. Havia muita coisa a se dizer sobre os espaços de trabalhos conquistados por mulheres, mas já era um começo, usavam táticas para burlar as proibições sociais em lugares, antes, frequentados somente por homens. De acordo com Certeau (2014), a tática se constitui em “gestos hábeis do fraco, na ordem estabelecida pelo forte, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidade nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos”. Possivelmente, a autora também usava de táticas para conseguir espaço na imprensa, ou seja, não se pode circunscrever as falas da professora Alice a um feminismo tradicional, que avança para fora e ao mesmo tempo recuava para dentro do lar. É possível que em suas frases sobre a moralidade, o cuidado com lar e meiguice feminina como padrão, fossem táticas de mobilidade para não ser comparada a uma sufragista ou uma mulher ardilosa que passaria a influenciar suas ouvintes e leitoras. Para Certeau (2014), “Sem sair de um lugar onde tem que viver e que lhe impõem uma lei, ele [ele = sujeito, neste caso a mulher] aí instaura *pluralidade* e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos”. Pode-se ver alusões poéticas no que concerne à escrita da professora Alice quando escreve sobre ‘a transformação diária da cidade’ e ‘das lindas residências’ para depois concluir que nada pode ocorrer sem o espírito vivificador da mulher, colocando, pois, a mulher em paridade com o homem.

Diante de tal perspectiva, a emancipação da mulher moderna volta a ser alvo no discurso da professora Alice. Segundo Certeau (2014) “É preciso, portanto, especificar esquemas de operações. Como na literatura se podem diferenciar “estilos” ou maneiras de escrever, também se podem distinguir “maneiras de fazer” – de caminhar, ler, produzir, falar etc”. É de uma maneira diferenciada que a autora fala e escreve as suas ouvintes e leitoras. Dialogando com Certeau, ressalta-se a elaboração do esquema e disseminação da operação em prol das causas femininas.

A mulher parahybana como perfeita mãe de família, vota atenção e carinho aos filhos, dedicando-se esmeradamente á sua educação. A creançaparahybana tem vida social cuja projecção já se faz sentir de forma encantadora. Notamos mesmo nas famílias mais modestas a preocupação de apresentar bem os seus filhos. O parque Arruda Camara, magnifico logradouro publico, regorgita a guryzada conterrânea ás tardes dos domingos. Aquelles meninos asseitados, vivos, alegrinhos bem traduzem o equilibrio de seus lares, o poder indestructivel, inegalavel, da mulher honesta, esposa e mãe, que é a mulher conterrânea. A fraqueza feminina

continua ainda a ser a força prodigiosa que rege o mundo, equilibra e governa os povos. E aí! De nós no dia em quem a parte tida como forte e trabalhadora, da humanidade se deixar de commover e de se curvar ante essa indestructivel fraqueza. Então a loucura tudo dominará e os homens se devorarão mutuamente. (MONTEIRO, 1937, p. 74).

É importante salientar o lugar da mulher como a rainha do lar, termo usado pela sociedade patriarcal e que para alguns ainda está em voga no século XXI. Nesse fragmento a mulher aparece como a responsável pela felicidade e cuidados com o lar, porém a autora usa adjetivos controversos para justificar a ação de mulheres. A tática aparece através do jogo de palavras representadas pela professora como fraqueza e força, pois a força vem daquilo que muitos veem como fraqueza. Os poetas de seus negócios traçam “trajetórias indeterminadas”, talvez sem nenhum sentido porque não são coerentes com os espaços construídos, pré-fabricados onde se movimentam (CERTEAU, 2014). Certamente, a autora se apropriou dessa invenção quando afirma que a mulher se dedica integralmente aos cuidados com os filhos. Entretanto, como nos afirma Certeau (2014), usam frases imprevisíveis num lugar ordenado por práticas organizadoras de sistemas. A exemplo de quando a parte “forte” da humanidade relegar ao esquecimento a força “fraqueza” feminina, o mundo se tornará um caos, pois essa força feminina é o que rege o mundo. Isso se dá porque a mulher é desde sempre responsável pela educação do homem.

Ainda que a escola muitas vezes tenha se transformado em um espaço de educação doméstica, todavia não desempenhava sozinha esse papel. Por meio dela era possível modelar uma sociedade e transformar seu caráter de difusor de conhecimentos em adestramentos culturais, sociais e modelos disciplinares para padronização. Em contrapartida a cultura mexia e transformava mais a escola do que o contrário.

Embora não seja ainda costume generalizado, a creança conterrânea já possui em seu lar um quartozinho arejado e separados dos commodos occupados pelas pessoas grandes. O seu senso esthetico já se forma ao olhar a pintura bonita das paredes onde o camondongo Mikey, a Shirley e o vovô Indio se misturam numa democracia bem brasileira. Já se vae pensando em corrigir manhas. Em contrariar caprichozinhos tão prejudiciaes á formação moral do futuro cidadão. Procura-se misturar alimentação sadia. Na vida ao ar livre deseja-se assegurar o equilibrio physico e moral de futuros homens de acção, enérgicos e decididos, fortes e bondosos. A creança começa a ser amada pelo que virá a ser amanhã. Já começa a pensar no dia em que deixando de ser o “mimoso da mãesinha”, será sobretudo o cidadão leal e forte, elemento de progresso e de orgulho para seu paiz. (MONTEIRO, 1937, p. 74).

Alice nos apresenta comportamentos sociais e influências culturais que estavam presentes na Paraíba de 1930. Essas influências culturais eram aderidas por um público específico da sociedade, ou seja, as classes mais abastadas socialmente. Os quartos de crianças que ostentavam pomposidade competia a quem tinha maior poder aquisitivo. Os filhos das mulheres pobres, certamente, não tinham acesso a essa condição de vida. Vemos uma dicotomia apresentada pela autora, pois ao citar as figuras do Mikey Mouse³⁷ e Shirley Temple³⁸, ao mesmo tempo nos mostra a figura controversa ao internacionalismo na face do Vovô Índio³⁹. Nesse sentido, podemos observar a atuação dos Integralistas com sua preocupação em varrer todas as influências estrangeiras que ameaçavam a valorização e a preservação de elementos histórico-culturais na década de 1930. O ideal de progresso industrial, modernidade, eugenia, higienismo e nacionalismo se fazia uma constante na sociedade da década de trinta. É possível observá-lo como uma afirmação de uma superioridade técnica como afirma Koselleck em Futuro Passado:

Um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos. (KOSSELLECK, 2006, p.317).

Não parece ser possível compreender esse progresso sem o desenvolvimento exacerbado da mecânica capitalista ao longo de todo o mundo. Ou seja, as definições de exclusão estão estritamente ligadas a esses ideais de nacionalismo exasperado. Na Paraíba não seria diferente, essa configuração se propagava através dos discursos proferidos nas rádios, nos jornais, nas escolas e nas igrejas.

De acordo com Fiorentino (1979, p. 53), “as tarefas educacionais não poderiam ser levadas a bom termo sem a participação da mulher, pois a ela competiam duas funções básicas: propagar a espécie e ser a primeira educadora dos filhos”. O que justifica a afirmação

³⁷ O Mickey Mouse é uma personagem fictícia criada pelo cineasta Walt Disney em 1928. O Mickey é um rato de desenho animado conhecido mundialmente e rendeu ao seu criador um Oscar no ano de 1932.

³⁸ Shirley Temple foi atriz, cantora e diplomata americana, nascida em 1928. Sua carreira foi de grande sucesso e é reconhecida como uma das estrelas mais importantes de Hollywood. Ao longo de sua carreira fez 43 longas metragens. Morreu aos 85 anos de causas naturais.

³⁹ O Vovô Índio foi uma lenda urbana que nasceu da figura do nacionalismo brasileiro para substituir o Papai Noel. O movimento de banalização do Papai Noel foi dirigido pelos integralistas com intuítos de manter unida a cultura histórica brasileira.

da professora Alice ao escrever que desde cedo as mães devem ir corrigindo as manhas dos filhos e educando-os através de uma formação moral para ser um futuro bom cidadão. Para Perrot (2013, p. 75), a terceira república [período compreendido entre 1870 – 1940 na França] declara guerra à mortalidade infantil instituindo uma restrita vigilância à saúde dos bebês e das mães, a partir daí a medicalização da maternidade e da infância passa ser uma problemática de interesse nacional e que recai absolutamente sobre o corpo da mulher. Conforme assegura Perrot, é possível observar o trabalho redobrado da mulher para com seus filhos, pois com isso ela assume a função de mulher e de mãe.

No último fragmento do texto da professora Alice de Azevedo Monteiro é posto para a mulher o discurso da maternidade como uma identidade intrínseca ao gênero feminino. De acordo com Vasconcelos (2015, p. 89):

Negar a maternidade era, sobretudo, negar a natureza. Portanto, é compreensível o tom moderado, no início do século, de grupos feministas, no qual, malgrado reproduzem o discurso da maternidade como uma unidade moral do lar, recuperavam a imagem da mulher enquanto um sujeito ativo.

As mulheres que fugiam desse padrão patriarcal ao qual estavam fadadas eram conectadas diretamente a perversão do mundo.

No coração da mulher parahybana palpita como a chama sagrada do fogo de Vesta o desejo constante de perfeição eugênica e de crescimento espiritual. Aguardamos, com a geração actualmente, em formação, dias de paz de verdadeiro progresso e perfeita renovação moral para o nosso amado rincão. Em vossas mãos, mães parahybanas, está assim o destino da Parahyba está em parte o destino do Brasil. Que o vosso filho centralize todas as vossas aspirações. Que os rostinhos corados e rechonchudos sejam o melhor ornamento de vosso lar. O aspecto physico e moral a maneira de ser de vossas creanças traduzirão o vosso character, será uma espécie de termometro marcando o vosso direito de ser brasileira. É immenso o nosso paiz. É principalmente uma maravilhosa floresta despovoada onde as cidades são pequenos borrões cinzentos disseminados aqui e alli. O brasil precisa de homens perfeitos. Não o esqueçais. Sedes mulher e sobretudo brasileira. (MONTEIRO, 1937, p. 74 -75).

Desse modo, a maternidade pode ser entendida como uma condição essencial na vida da mulher, pois dura a vida inteira da mulher e sobre ela recai o destino de uma nação. A mensagem da professora Alice é direcionada a todas as mulheres paraibanas e brasileiras. O

que deveria ser uma fatalidade (escolha) da ordem natural se torna uma condição (estado) obrigatória.

Pode-se observar também o axioma da eugenia e o aperfeiçoamento dos dotes físicos, intelectuais e morais. Para Soares Júnior (2016, p. 137), “No momento em que se dá início a uma série de mudanças nos padrões de higiene do país, a eugenia importada da Europa vê no Brasil um terreno fértil para a atuação de sua ciência, ganhando a aceitação de médicos e intelectuais”. A professora Alice assume a postura eugenista no texto quando se refere às crianças que são bonitas (rostinhos corados e rechonchudos) devem ser o futuro do país. De acordo com Soares Júnior (2016, p. 137), “um conceito determinista que, já na sua origem tinha por característica a exclusão: os feios, os deficientes, os sujos, os desprovidos de inteligência, os pobres, todos aqueles que apresentavam algum tipo de torpeza condenável para o sentido de perfeição física”. Esse tipo de perfil dado às crianças deveria se tornar um padrão social, porém no início do processo higienista os indivíduos de classes menos abastadas estavam fora desse universo de beleza e limpeza imposto pelos modelos eugênicos⁴⁰.

Por fim, a professora Alice assume para todas as mulheres a responsabilidade de formadoras de caráter dos futuros homens do país. Para Vasconcelos (2015, p. 89):

Embora a maternidade científica, isto é, o exercício materno fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e sob supervisão médica, reforçasse uma suposta essência feminina, ratificando o papel da mãe como “Rainha do Lar”, grupos feministas organizados, como por exemplo, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, enxergou na adesão aos preceitos científicos um caminho conveniente na tentativa de alcançar uma transformação no seu lugar na sociedade, sobretudo, um caminho pertinente para fortalecer uma das principais reivindicações da época: a educação igualitária, entendida como um passaporte para diminuir as desigualdades políticas entre os gêneros.

⁴⁰ Durante o século XIX, a Inglaterra, precursora do movimento da eugenia, passou por muitas mudanças sociais, inclusive pelo processo de industrialização. Com isto, o movimento de migração (Campo > Cidade) se intensificou e o crescimento desordenado das cidades veio acarretar diversos problemas à população inglesa, a exemplo da falta de infraestrutura, insalubridade e doenças epidêmicas. Isto posto, nasce o interesse de curar e limpar essa situação, sendo tal interesse chamado de higienismo. Por conseguinte, foi adotado pela burguesia como forma de diferenciação entre pobres e ricos. Diante disso, o inglês Francis Galton criou o termo eugenia para constituir “o melhoramento biológico da raça humana”. Não obstante, aqui na Paraíba (1930 – 1939) o termo eugenia estava ligado aos fatores de higiene. Os padrões eugênicos eram usados em vários periódicos da capital para se referir a higiene mental, física e corporal. Ver mais em: SOARES JÚNIOR, A. D. S. **Corpos Hígidoss**: o limpo e o sujo na Paraíba (1912 a 1924). Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2016.

Bem como referenciada na citação acima, a educação aparece de várias maneiras nesse artigo da professora Alice de Azevedo Monteiro, desde as representações de gênero à educação formal a qual aparece através das condições eugênicas presentes já nas escolas regulares e apoiadas pela própria professora em outros de seus artigos sobre a educação infantil.

3.1.2 Contribuições à igualdade e autonomia feminina

No artigo intitulado por *Os Meus Quinze Minutos de Proza*, a autora Analice Caldas avalia situações do cotidiano das mulheres paraibanas com olhar crítico e diferenciado para a década de 1930. Ainda que a análise de Analice não possuísse a intenção de historicizar o contexto histórico daquela época, o seu olhar crítico a despeito feminista nos revela as tensões de uma sociedade machista e patriarcal.

Nesse breve trabalho a autora enfoca o processo de emancipação feminina pois considera que a força feminina está ligada ao desenvolvimento da sociedade. A capacidade de articulação da autora é mostrada no primeiro momento, quando afirma em tom polemista que muitos mudariam de emissora durante os quinze minutos de sua fala, e, posteriormente, sua escrita não agradaria a muitos leitores.

Bôa noite! Possivelmente, meus limitadíssimos leitores ouvintes! Logo que o “speaker” com tão bôa vontade anunciou ao radio a minha prosaica palestra de assuntos domésticos. Eu presenti pelo indicustível valor da conferencista quantas mudanças apressadas fizeram girar os discos dos aparelhos! Está bem, se ainda houver alguém a me escutar. Me dou por bem paga do sacrificio desses momentos de calor. Para atender á solicitação muito gentil dos organizadores desta sessão, que não esmiuçaram das excelências dos meus dotes de ménagère. (BARROS, 1937, p.85).

É possível que não agradasse a todos, mas sua produção de questionadora não ameaçava demasiadamente as exigências da época. Talvez não ameaçasse a sociedade, porque os traços de virilidade e crença religiosa eram representados tanto em suas falas quanto em seus escritos.

Os meus dois dedos de prosa, eu dedico ás donas de casa mais trefadas, áquellas que saem sempre da missa antes do fim; que não se sentam á mesa igualmente com os outros; que da porta da rua para sahir apesar de terem sido ultimas a chegar, se voltam duas, três e mais vezes a fazer recomendações minuciosas e ingênuas.

É com esta senhora apressada, que não tem tempo de cuidar do vestido e do penteado, que com as visitas se detem em murmurações de criados e essas pequenas amolações domesticas, que eu desejo cavaquear um pouco. Advirto-vos, senhora apressada, que andaes erradissima! Pois cada cousa deve ter o seu lugar próprio, e sendo assim, não o desloquemos por qualquer nada. Não é um minuto a mais ou a menos que vos livrará de qualquer falha ou confusão no arranjo da vossa casa! E essa inquietação constante que apresentaes em toda parte dá a todo mundo a impressão lamentável de uma excitação doentia. Ou de uma existência pouco favorecida! (BARROS, 1937, p.85).

O tema da educação doméstica foi o centro de sua fala. Analice afirmou estar lisonjeada em apresentar seu trabalho e que não é por tecer críticas que ela perderia seus excelentes dotes de dona de casa. Delimita um público alvo representado pelas donas de casa muito atarefadas e ataca, nitidamente, o modo de vida das mulheres submissas aos afazeres domésticos. Chega a acentuar que tal comportamento é doentio e demasiado de pessoas com a existência pouco favorecida.

Senhora, “um rosto despreocupado e feliz é um presente que todos devem apresentar”. “Não encaremos a vida com demasiada severidade”! Dizia Marden⁴¹, esse suave conselheiro do bom humor.

O serviço domestico é realmente esse modo continuo essa tarefa complexa exaustiva mesmo, que para desempenha la a contento requer intelligencia e sabedoria.

O governo da mãe de família, não tem como o do Estado os seus feriados suas estações de repouso e nem tão pouco pode haver transferencia de attribuições!

Entretanto, ter a sua própria casa é aspiração de quantas filhas de Eva andam por este mundo de Deus. (BARROS, 1937, p. 85)

Em contraste, reflete sobre como é bom ter uma vida calma e sem preocupações, pois segundo a autora isso trará leveza. Mas reconhece o trabalho árduo que a dona de casa tem e afere que a situação é uma tarefa intransferível. Neste ponto é possível fazer uma análise às relações de gênero, pois com esse relato é notório que os homens pouco colaboravam com os afazeres domésticos. Ao reconhecer tais afazeres como ‘intransferíveis’, a autora desacredita em mudança cultural por parte dos gêneros. Todavia, é afetada pelo instinto religioso quando diz que para a mulher daquela época ter sua própria casa é uma dádiva divina. Sendo também

⁴¹Possivelmente, Analice Caldas se refere ao Dr. Jonh Marden (1855-1924), australiano, presbiteriano, pioneiro da educação das mulheres. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/John_Marden> Acesso em: 05/02/2017.

o desejo pela pretensão de casar, pois para algumas mulheres isso era a maior aspiração se sua vida.

Com as transformações integraes por que vêm passando as modernas sociedades tudo naturalmente se vem simplificando ao sabor desse vae e vem que é a “lucta pela vida”, cada dia mais acrescida de dificuldades e canceiras por um complexo de cousas que actuaem além das nossas previsões. Aquillo que outrora no código rijo das etiquetas podia parecer um requinte de bom gosto e distincção, hoje poderá apenas ser tomado como uma cousa antiquada e fora de proposito...

Transformação muito natural dado o progresso do mundo nas sciencias, nas artes, nas letras e o ingresso da mulher nas diversas atividades sociaes. O arranha-céu, o avião, radio, tudo enfim confirma que não podemos adoptar mais os habitos complicados dos nossos avós.

Ha vinte anos atraz, Maria Amalia Vaz de Carvalho, a mais illustre entre as illustres damas de seu paiz, clamava num queixume desalentado a sua ignorância deante do progresso do mundo, proclamando a sabedoria do seu neto de 9 annos a quem precisava consultar. Dizia ella, se queria escrever uma carta em termos.

Nada se perde na natureza, mas tudo se transforma. Podia haver alguma cousa de mais extenuante, do que ha bem pouco tempo era, um almoço, um jantar de cerimonia; uma festa de casamento, baptizado, ou qualquer função parecida? Esses tempos quase Pantagruelicos passaram.

Hoje entretanto um banquete de maior etiqueta em toda parte surprehende pela simplicidade do cardápio de do serviço.

Os excessos de iguarias, o grande numero de pratos que movimentava batalhões de mucamas e criados além de deselegante, complica e atrapalha.

A preocupação actual é esta: poucos pratos, porém finos, fartos e saborosos, tudo mais simples, mais pratico e mais util. (BARROS, 1937, p. 86).

Trazendo seu olhar com louvor para as mudanças da era moderna, a autora reflete sobre os hábitos patriarcais de nossa sociedade e faz menção às transformações sociais do Brasil e do mundo. Para Analice, os tempos dos cultuadores da boa comilança já haviam passado. Por ser uma educadora, alerta a sociedade a preocupar-se com novos hábitos. Um aspecto importante relatado é que seja feita a ruptura com os padrões reais aos quais os brasileiros eram submetidos. Em seu lugar, as preocupações da nova época deveriam ser com a sofisticação de um mundo novo que demanda praticidade.

No Rio de Janeiro tive de tomar parte no Automovel club em um banquete oferecido a Margarida Lopes de Almeida, pelo que a sociedade tem de mais selecto e representativo.

Minha atarefada senhora, ahi foi que pasmei da simplicidade desse cardápio! Eu duvido que uma dona de casa do nosso Estado se sinta tranquillada, ou mesmo chegue a apresentar aos seus intimos, num dia comum de anniversario um menu simples como aquelle.

E todavia, é de bôa prudencia que isto de vez se modifique, que a dona da casa atarefada se venha sentar serenamente á mesa, sem essa ideia fixa de pratos e mais pratos, dôces e mais dôces, licôres e mais licôres, Emfim, abra mão desse infinito numero de pequenas cousas absolutamente dispensaveis, em que muitas vezes é absorvido o expediente domestico.

Anda por ahi a fora um libreto de arte culinaria publicado recentemente por Clara Stome, dedicado ás donas de casa sem filhos que fazem seu proprio serviço. (BARROS, 1937, p.86).

Analice instiga a sociedade da época a aderir aos costumes cariocas que a mesma presenciou de perto. A proposta agora é que a dona de casa participe dos momentos festivos desfrutando de tudo que ela preparou. Ainda indica aos leitores o livro de Clara Stome⁴² dedicado ao novo modelo de família cujas donas de casa não tinham filhos e cuidavam de seus afazeres domésticos.

Muito interessante e recomendavel pelos conselhos praticos que encerra e ainda mais, pelo critério com que arranjou alguns cardápios para os dias da semana domingo, feriado, etc. tendo em vista o mais substancioso, o mais nutritivo e o menos complicado. Cercear pelos alimentos indispensaveis seria comprometter a saúde, um imperduavel erro! Não é disso absolutamente que se trata.

Sei também que era muitas casas abastadas, passados os dias de festas, tudo recae no mais incomparahensivel descaso. É justamente ahi que precisamos chegar, conservemos sempre de qualquer maneira, na cidade ou no campo esta linda grandiosa, simples, e elegante, que todo lar deve manter. Tornemo-lo agradável tenhamos essa preocupação definitiva de conforto, alegremos a nossa casa, que para a família deve ser o melhor e o mais attrahente recanto do mundo! (BARROS, 1937, p. 87).

Além do comprometimento com o tema explorado mostra-se preocupada em explicar que sua fala não admite o cerceamento dos alimentos, mas sim menos complicações ao cuidar das refeições. Traz à tona a perspectiva higienista em seu discurso quando nos alerta para o conforto do lar. Tenta convencer a leitora/leitor de que tendo uma casa organizada mostrará o seu caráter sua personalidade e bom gosto às visitas.

Pelo arranjo de um lar pode- ser- á estudar como num livro aberto a psychologia, o coracter, o bom gosto e as tendências da sua dona. Não tenhamos como é tão comum este zelo imperdoavel de guardar o melhor para apresentar deixando para o nosso uso próprio aquillo que é o mais velho, mais feio e mais pobre.

⁴² Não foram encontradas referências sobre esse livro e nem sobre a autora.

Eu conheci uma disctincta senhora que morreu sem nunca haver usado o seu bonito aparelho de porcelana e outras peças do seu guarda louça. É um erro que já foi muito frequente, este máuvêzo de guardar o mais precioso e mais bonito para as visitas e as festas, dando ao seu proprio dono a impressão de um objeto emprestado, de uma cousa que lhe não pertence ou que não lhe cabe o direito de gozar. (BARROS, 1937, p. 87).

Paralelamente, nos alerta para os erros da avareza e nos mostra como a cultura internacional influenciou em nossa sociedade. Mostra que aderimos ao padrão social de requinte europeu, pois só usamos nossas melhores coisas para mostrar à realeza, não para nos satisfazer. E reforça o papel do discurso higienista em que o arranjo da casa e um bom vestuário nos mostram o caráter da pessoa.

O arranjo da casa como um bom gosto e a distinção no vestuário revelam logo á primeira vista uma personalidade e até mesmo um character.

Organizemos com todo escrúpulo e gosto o nosso cardápio da semana que não virá de modo algum crescer despesa, augmentar gastos inuteis, ao contrario será um factor de ordem, livrará o nosso paladar da repetição obrigatoria de uma feijoada ou uma sobremesa. Devemos procurar satisfazer o paladar pela succulencia e apuro das iguarias, não pela profusão de pratos.

A mesa, diziam os gregos é a conservadora das amizades.

A mais elemental verdade é esta: todo mundo, um rei, um poeta, um soldado, uma moça bonita. Todos dependem essencialmente do estomago exclusivamente das humildes funções das vicerias.

Por isso a uma cozinheira cabe talvez maiores responsabilidades do que a um ilustríssimo chefe de Estado.

Guisot⁴³ chegou a afirmar que durante a sua embaixada em Londres o seu cozinheiro lhe foi muito mais útil para sua política do que os seus secretários.

Terminando o meu suado quarto de hora, apresento aos meus possíveis ouvintes as minhas escusas e agradecimentos.

Bôa Noite.

Por fim, apresenta a importância significativa da presença da dona de casa e a importância do papel do cozinheiro (homem). Atribui tão alta patente a estas personalidades que despreza, mesmo que ligeiramente, outras profissões já que, se tratando de educação doméstica, provavelmente o texto tem que desvelar tais comentários. Ressalte-se que “a grande cozinha” era composta por homens, ficando para as mulheres o cargo de dona do lar e mantenedora da cozinha doméstica. Para Giard (2013, p. 219), “Atividade multiforme considerada tão simples ou até um pouco tola, salvo nos casos raros que é elevada à

⁴³ François Guizot (1787 - 1874) – Político francês considerado uma das figuras mais influentes da Europa por quase meio século até sua morte. Foi eleito à câmara de deputados em 1830, designado ministro de interior em 1830, ministro de instrução política de 1832 a 1834, ministro de relações exteriores em 1840 até 1848, presidente do conselho de ministros (equivalente a um Primeiro Ministro) de 1847 a 1848.

excelência, ao extremo requinte – mas isto já questão de grandes chefs, que são homens, é claro”. Possivelmente, o apreço ao cozinheiro era enfatizado porque se tratava de um homem e era quem tinha alta patente para chefear uma cozinha requintada. A imagem da educação aparece nestes escritos com várias facetas, como o estar e o agir das pessoas em uma sociedade, os modos de um convívio social, os desejos, o modo de experimentar os sentimentos, de se divertir, de trabalhar, de escolher objetos, de olhar e julgar as pessoas.

A manifestação de uma emancipação feminina baseada no cultivo intelectual não aparece explicitamente nestes versos, porém analisando o seu histórico de vida, provavelmente, a educadora tivesse intenção de suscitar tal situação, pois ela era solteira, diplomada pela Escola Normal, tinha um bom emprego e era uma intelectual da época. Os escritos de Analice Caldas estão estabilizados no modelo do feminismo do século XX, no qual a emancipação da mulher tinha mais chances de ser alcançada através seu conhecimento intelectual. Nessa época, o movimento feminino paraibano pregava por uma conduta centrada no trabalho, na educação e sobre o bem-estar da família. Analice Caldas aborda em seu artigo todos esses assuntos apresentados, discutindo, de forma sutil, representações de gêneros. A educação aparece atrelada a essas questões sob a forma do conhecimento da entrevistadora, pois esse conhecimento lhe dava a capacidade em argumentação em diversos assuntos considerados relevantes.

3.1.3 Cozinhar também é um ato educativo

No artigo a seguir, intitulado *De Cosinha*, a professora Alice nos apresenta o cotidiano de uma cozinha e os modos de como proceder o preparo de alguns pratos. Pretende-se aqui mostrar que o trabalho de mulheres que cozinham também são práticas sociais muito importantes, uma vez que, essa prática é mantida há séculos intacta, variando somente as práticas culturais (variando de países, estado, cidades). De acordo com Luce Giard, em a *Invenção do cotidiano 2*:

Em cada caso *cozinhar* é o suporte de uma prática elementar, humilde, obstinada, repetida no tempo e no espaço, com raízes na urdidura das reações com os outros e consigo mesmo, marcada pelo “romance familiar” e pela história de cada uma, solidária das lembranças de infância como ritmos e estações. (GIARD, 2013, p. 218).

A professora Alice em consonância com o pensamento da autora Luce Giard nos mostra que a arte de cozinhar tornar-se poética por vários motivos e um deles é a aproximação familiar.

A cosinha é o laboratório da família, Nella se preparam os elementos geradores do sangue rico, dos nervos equilibrados e cerebro produtivo. Mãos de cozinheira inhabil provocam grande parte dos males do estomago e outros distúrbios do aparelho digestivo. A dona de casa deve assim dirigir sua presença. Fiscaliza-lo. Vamos tentar fazer isso hoje auxiliados pelos nossos caros ouvintes. (MONTEIRO, 1937, p. 135).

Neste trecho pode-se observar que a dona de casa burguesa irá para a cozinha como uma supervisora do fazer cotidiano. De fato, quem colocará o ato de cozinhar em prática será a empregada doméstica. Como afirma Perrot (2013, p. 117), “a situação de dona de casa é uma variedade arriscada da condição da mulher”. Na vida de dona de casa também há intempéries, sobretudo, porque o dinheiro da casa era controlado pelo marido. Perrot (2013, p. 116) ainda nos mostra que isso era um motivo para discussões frequentes. Sendo assim, uma dona de casa pertencente à classe mais abastada socialmente terá ocupação diferente de uma dona de casa pobre que está à margem da sociedade.

Arejamentos, asseios, ordem, são condições indispensáveis a uma boa cosinha. Janellas abertas ao sol. Ladrilho lavado seco. Paredes sem grão de poeiras. Lavador de pratos brilhando bem branquinho. Armario deixando entrever vidros de condimentos devidamente rotulados. Cabide com toalhas immaculadas. Panellas lustrosas, espelhando. Tufo de coentro bem fresco num vasilho como ornamental... relógio certo com o relógio do dono da casa... (MONTEIRO, 1937, p. 135).

Alice aponta didaticamente os cuidados organizacionais que uma boa dona de casa deve ter. É notório observar sempre, nos discursos femininos, a presença do higienismo na imprensa, discurso posto para civilizar a sociedade paraibana. Muito comumente, Perrot (2013, p. 116) revela que “Ela tem a responsabilidade de zelar pela família e de manter a casa em ordem: arrumação e limpeza da casa ou do apartamento, lavagem e repassagem das roupas, elaboração dos cardápios das refeições, cuidados e educação das crianças, organização das *soirées*⁴⁴ familiares, recepções para a sociedade”. Então, para a sociedade e em

⁴⁴ Ato festivo familiar que acontece à noite. Tem como plural a escrita “soirées”.

mais diferentes culturas, a mulher estava fadada a ser ininterruptamente a representante organizacional dos lares. Seja ela como comandante, já que tinha poder para isto, ou seja, ela como empregada, já que precisava se sujeitar para tal ofício. Pode-se observar realidades distintas intrínsecas ao texto, enquanto a professora Alice falava de um modelo de cozinha requintada, a mulher (empregada) não tinha a mesma cozinha da professora, possivelmente, seus utensílios eram mais modestos em relação aos de Alice.

Ainda sobre a divisão de trabalhos domésticos na cozinha feminina da sociedade paraibana da década de 1930, é válido fazer um paralelo com as culturas europeias e, em especial, a parisiense, uma vez que estávamos recebendo muita influência francesa na década supracitada. De acordo com Michelle Perrot:

A dona de casa reina (em princípio) sobre seus filhos, mais sobre as filhas, e sobre a criadagem. Esta última é sua maior preocupação. Os criados são muitos na aristocracia e na burguesia abastada – sua importância, social e narrativa, pode ser vista na obra de Proust⁴⁵, *À la recherche du temps perdu* –⁴⁶ na média e pequena burguesia, a criadagem tende a reduzir-se a uma única “criada”, à qual as donas de casa se apegam como a uma tábua de salvação. “Ser servido” é a marca última de uma posição. “Não poder mais ser servido” assinala uma decadência de *status*. (PERROT, 2013, p. 116).

É nessa mesma perspectiva que a professora Alice escreve ao público leitor no Boletim de Educação. E enquadra as/os leitoras/es e ouvintes a uma classe social abastada, pois faz menção à cozinheira que, provavelmente, não seria ela e sim uma de suas criadas. Ter uma criada significa ter mais poder aquisitivo, enquanto que ser uma criada constitui em pertencer à camada social mais pobre.

Examinemos agora o motivo principal da cosinha: o fogão “celina” “Bertha” ou mesmo alvenaria... isto não importa muito. Se fôr dos primeiros reparemos no depósito de cinzas e de fuligem que deverão permanecer vãos. Reparemos se o esmalte externo foi lavado, se os metais estão lustrosos, se a placa superior está engraxada, se o nosso fogão fôr de alvenaria indagamos se o esfregão de trapos humedecido livrou-o de

⁴⁵ Marcel Proust foi escritor e poeta. Nasceu em Paris no ano de 1871 e faleceu em 1922. Sua obra mais conhecida é “Em busca do tempo perdido”, um conjunto de sete romances. Ele é considerado um dos grandes escritores românticos do começo do século XX.

⁴⁶ Em tradução livre significa “Em busca do tempo perdido” é um romance do francês Marcel Proust escrito nos anos 1908- 1909 e publicado em 1913 e 1927. Essa primeira parte é chamada de “Um amor de Swann” e se passa na Paris da belle époque. O personagem Charles Swann é enfeitiçado pelos encantos de Odette de Crécy e é aí que a trama se desenvolve.

fuligem e de poeira. Coloquemos lenha em pequenos tóros. Deixemo-lo aquecer.
Olhemos um pouco a cozinheira. Mãos limpas. Unhas aparadas rente como as dos cirurgiões. Cabellos ocultos na touca. Avental lavado e passado a ferro (MONTEIRO, 1937, p. 135).

O trecho acima nos mostra que a professora Alice ainda estava longe dos anos dourados em que as máquinas amenizariam mais os trabalhos domésticos. O mundo familiar que ela apresenta mantinha a organização e trabalho árduo sob custódia da mulher, entretanto observamos as mudanças tecnológicas em questão, como é o caso do fogão. De fato, o desenvolvimento tecnológico provocou mudanças de hábito radicais, dentro e fora dos lares. Sendo comparados aos fogões a lenha, o fogão a gás trouxe mais praticidade à vida das mulheres donas de casa, já que não necessitavam mais de lenhas para manter o fogo acesso. Alice destaca a aparência estética da cozinheira e isso nos revela mais características do higienismo na Paraíba da década de 1930. Para Soares Júnior (2016, p. 163), “A história da higiene do corpo na cidade da Parahyba é repleta de *representações* sobre o corpo, em especial quando se trata de práticas corporais híginas”. Sendo assim percebe-se que a educação aparece no trecho acima como arte de civilizar, uma vez que a educação doméstica acentua bons hábitos. Hábitos que seriam passados culturalmente através da educação precedida pela própria professora que por sua vez também assumia o papel de dona de casa. Dialogando com Giard (2013, p. 218)

Como todo agir humano, essas tarefas femininas dependem da ordem cultural: diferem, de uma sociedade a outra, sua hierarquia interna e seus modos de proceder; de uma geração à outra, numa mesma sociedade e de uma classe social à outra, transformam-se as técnicas que presidem essas tarefas, como também as regras de ação e os modelos de comportamento que dizem respeito a elas.

A professora organizou práticas com seu próprio método de educação doméstica e o transmite de forma didática, talvez por ser professora, para os/as leitores/as/ouvintes. Provavelmente, há aí uma estrutura hierárquica, uma vez que as ouvintes seriam de uma classe mais abastada e transfeririam as técnicas as suas cozinheiras pertencentes a outra classe social.

Na continuação do artigo a professora apresenta uma receita culinária, o que não quer dizer que seria menos importante apresentar este gênero textual nesta pesquisa de mestrado.

Entretanto, mostrar o passo a passo da receita não será abordado, logo a análise será finalizada naquilo que Luce Giard, chama de um estilo próprio e que a professora Alice apresenta no artigo analisado. Sendo assim, para Giard (2013, p. 218), “cada mulher pode criar para si um *estilo próprio*, imprimir um toque especial, acentuando um determinado elemento de uma prática, aplicando-se a um outro, inventando uma maneira pessoal de caminhar através do recebido, do admitido e do já feito”.

3.1.4 Uma perspectiva feminina da economia envolvendo o trabalho doméstico

Não há como negar que os discursos políticos e ideológicos da década de 1930 tanto no Brasil quanto no mundo geraram o lugar do pragmatismo. As proposições nacionalistas extremistas ganhavam espaço no mundo político, pois os líderes de Estado e nações se mostravam entre comportamentos fascistas e liberais, apelavam para a demagogia e ambiguidade. Essas nuances foram, em suma, calamitosas para todo o mundo. Para Schwarcz e Starling:

O que fez proliferar os ditadores não foi somente uma permanente sensação de crise profunda que paralisava governos desde a quebra da Bolsa de New York, em 1929, e parecia sugerir que a suposta agonia do capitalismo só poderia ser resolvida pelo intervencionismo do Estado (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 367).

Essa sensação de paralisação econômica era transmitida para a população com o intuito de alterar a ordem de prioridades políticas, uma vez que um golpe deslegitimava a democracia brasileira. A professora Albertina Correia de Lima começa sua transmissão na Rádio Difusora da Paraíba e seu artigo, denominado *O lar e a Economia*, no Boletim de Educação, em 1937, realçando a crise no âmbito econômico.

Minhas senhoras:

Na época em que o fator economico prepondera aos demais na grande obra do progresso social. Oportuno, parece-me o thema da palestra.

Não tenciono de certo, preconizar-vos a economia, no sentido vulgar da palavra. Tal medida não é para os nossos dias.

A crescente carestia da vida é um fenómeno assustador. E na maioria dos orçamentos particulares o déficit é permanente. (LIMA, 1937, p. 139).

Em um contexto marcado por embates políticos e um estado autoritário, a economia paraibana estava para se modernizar devido a uma diversificação da cultura agrária. Nota-se que a professora Albertina tinha recebido uma boa escolarização visto que o mercado de trabalho almejava uma mão de obra mais qualificada. Segundo Perrot (2013, p. 95), “as mulheres da elite reivindicavam muito cedo o direito à instrução”. Todavia o fator que visava à posição de gêneros entre homens e mulheres ainda estava se formando enquanto movimento, por isso falar de economia era uma tarefa problemática, visto as mulheres serem desprovidas de recursos monetários. Elas administravam o dinheiro dos afazeres domésticos, porém com condições muito regradas.

As práticas domésticas sempre foram desvalorizadas, e desprezadas por serem direcionadas às mulheres, que por sua vez eram considerados seres de menos inteligência que os homens. A professora Albertina aponta esse imenso esforço que é saber lidar com a administração logística de um lar.

Os estabelecimentos comerciais estão supersortidos de um sem numero de artigos de todo gênero. Uteis uns, fascinantes outros, mas todos tentadores. As invenções e descobertas sucedem-se a cada instante. E toda essa infinidade de cousas novas a civilização reclama e adopta como necessárias. Se ellas realmente proporcionam conforto e gozos, afctam sobremaneira a bolsa. E não pense que tudo isso attingiu á meta. Quanto mais o espirito evolver e mais avançarmos em civilizações, maiores serão os anseios humanos e possibilidades (LIMA, 1937, p. 139).

A professora Albertina infere um conhecimento amplo acerca de questões mercadológicas. Dialogando com Perrot (2013, p. 95), ressalta-se o avanço em termos de escolaridade que as mulheres alcançaram ao longo dos anos, o que seria, provavelmente, efeito da modernidade. Sendo assim o Estado almejaria mulheres mais instruídas e o mercado de trabalho as envolveria em atividade terciárias e antes masculinizadas. De modo igual, saber ler, escrever e fazer cálculos se tornaram tarefas indispensáveis ao universo feminino.

Comprar alimentos tornou-se um trabalho qualificado que exige uma escolaridade de vários anos. É preciso amar a retórica dos números, gostar de decifrar inscrições minúsculas, uma certa aptidão para a hermenêutica (ciência das interpretações já apreciada por Aristóteles) e de noções de linguística (sempre úteis para sair-se bem na sociedade). Munida de tudo isto, a pessoa saberá interpretar, portanto aproveitar-se das informações generosamente “ colocadas à disposição do consumidor”, como dizem os produtores. (GIARD, 2013, p. 280).

Indo ao encontro do pensamento de Giard, é válido ressaltar o caráter organizacional mantido pelo gênero feminino ao longo dos anos. Sobre este caráter organizacional é comparável analisá-lo junto ao conceito de táticas usadas por mulheres para terem acesso à educação. De acordo com Mayol, (2013, p.55), “Para se manter “conveniente” é preciso saber jogar o perde-ganha, não exigir tudo imediatamente para deixar para um prazo sempre ulterior o domínio total do benefício almejado na relação do consumo: o benefício aumenta quando se sabe renunciar”. Então quando a professora relata que comprar alimentos tornou-se um trabalho qualificado, deve-se entender como uma tática usada por meio da conveniência para atrair a mulher a uma posição de poder, seja o de comandar as compras da casa, ou de adquirir escolarização, já que o trabalho de comprar alimentos exige qualificação. Se não considerarmos o contexto da época é, praticamente, incompressível pensar no que Perrot (2013, p.96) afirma acerca do pensamento de grandes escritores e teóricos como é o caso de Augusto Comte, que vê a mulher “apenas” como incapacitada de criação alguma. Para Comte, coisas e situações de renome eram criadas, inventadas, ou descobertas apenas pelos homens. Segundo Perrot (2013, p.97), “Até a costura ou a cozinha, práticas costumeiras das mulheres, precisam tornar-se masculinas para serem “alta” (a alta costura) ou “grande” (a grande cozinha) ”. A professora Albertina mostra a sua preocupação sobre as tarefas de domínios femininos quando afirma:

O util o bom e o bello integram-se numa só cousa e idéa __ uma necessidade __ como se diz scientificamente. É que ao lado das necessidades materiaes, a humanidade possui também as de ordem intellectual, moral e esthetica. As proprias diversões são uteis. O cerebro extenuado na febricidade da luta pela existencia precisa refazer as forças, descongestionar-se por meio do que é alegre, leve e agradável.

Pondo á margem as cousas reputadas supérfluas, as de absoluta necessidade da família e educação da prole constituem um problema impressionante para os paes de limitados recursos.

E a dona de casa, mesmo quando não se dedica a algum trabalho remunerado, é a responsavel pelas despesas porque é quem as faz.

Em que apuros não se vê ella, muitas vezes para prover as necessidades da familia, dentro de rendimentos exiguos?

E os gastos eventuaes com o nascimento de filhos, doenças e etc?

Por estas razões escolhi a economia para assumpto. Mas a economia na acepção etymologica do termo - o modo de administrar os bens que, no caso em apreço vem a ser a maneira de dirigir a casa. Consiste na boa orientação a imprimir ao lar no trabalho na conveniente applicação do tempo e dinheiro. (LIMA, 1937, p. 140)

Parece-me, coerente a atitude da professora Albertina colocar em evidência o papel de mulheres que estão mais excluídas da sociedade, como é o caso das mulheres pobres. É

importante ser ressaltado que embora o movimento feminista paraibano desta década fosse formado por mulheres brancas, escolarizadas e pertencentes a uma classe mais abastada socialmente, ao menos por parte da professora Albertina há uma crítica e uma determinada preocupação com as situações de mulheres em condições de risco e vulnerabilidade. De acordo com Soihet (2013, p. 362), “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular”. Ainda sobre as mulheres desvalidas de proteção familiar, Soheit especifica claramente sua condição vulnerável, pois:

As atividades das *mulheres populares* desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e de viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social, o que se configurava através de linguajar “mais solto”, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões. Seus ganhos estavam na última escala, já que persistia a ideologia dominante de que “a mulher trabalha apenas para seus botões”, desdobramento das concepções relativas à inferioridade feminina, incapaz de competir em situação de igualdade com os homens (SOIHET, 2013, p. 367).

Em suma, pode-se concluir que, a partir dessa citação, apesar das adversidades atribuídas a essas “mulheres populares”, a responsabilidade de mães e provedoras do lar recaíam sobre elas. E que além dessa carga de abandono familiar, elas ainda se apresentavam como mulheres viris, por terem a coragem de um homem (valor atribuído ao homem) em prover um lar.

No curso do artigo escrito pela professora Albertina Correia de Lima há presença icônica dos movimentos higienistas e eugênicos.

Que no lar devem primar o asseio, ordem, conforto e harmonia é sobejamente sabido. Nem todos podem ter um lar confortavel. Limpo e bem arranjado, embora com simplicidade ou pureza onde a convivencia seja amistosa, qualquer pessoa pode possuir com bôa direção e diligencia. Não é possível impressionar bem uma casa em desordem com pessôas de vestes em desalinho, as crianças desasseadas a cometterem toda sorte de travessuras sem que as mães possam, ao menos, conversar com as visitas! Será exagero dizer que o scenario não é raro? Numa casa nem sempre vivem paes e filhos, mas também parentes e estranhos. Faz-se, então, preciso que cada um respeite as idéas, hábitos e gostos alheios. Nada de intromissão indebidas. Podem provocar rixas. E uma das condições para a felicidade é a paz, a harmonia.

É conveniente evitar, quanto possível, as discussões calorosas em família. As crianças educadas no meio de desavenças tornam-se irascíveis e briguentas. Se o meio influe na conducta dos adultos, com mais plausíveis razões no carácter das crianças, cuja intelligencia está ainda em desabrochamento. As mães devem habituar os filhos a serem delicados mesmo para as pessoas mais intimas. A delicadeza é affirmação de bons sentimentos. “O habito é uma segunda natureza” e o exemplo exerce maior influencia nos espiritos infantis que as palavras. (LIMA, 1937, p. 140).

Nesse ínterim, os cuidados com a higiene particular de cada ser humano estavam em voga, sendo assim cada sujeito era responsável por sua higienização. Isto posto, a escola também assumiu este papel de educadora e divulgadora dos discursos médicos, propagando o ideal de limpeza e civilidade. Por isso a maioria dos textos escritos por professores são permeados por discursos higienistas, todos apoiados por médicos. De acordo com Soihet (2013, p. 362), em *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore:

Durante a *Belle Époque* (1890 – 1920), com a plena instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do país despontaram como lema dos grupos ascendentes, que se preocupavam em transformar suas capitais em metrópoles com hábitos civilizados, similares ao modelo parisiense.

Diante desses pressupostos, localiza-se no texto a responsabilidade atribuída, somente, à mãe a tarefa de incutir hábitos de conduta moralizante nos seus filhos. Não obstante, no trecho a seguir, possivelmente, a professora Albertina apresenta uma ideia progressista no ponto de vista da questão de equidade de gêneros.

Em geral na casa há um dois productores e muitos consumidores. Entretanto, alguns destes poderiam concorrer também para a receita domestica executando trabalhos de acordo com suas possibilidades. Muitas pessoas entregam-se á vida abstractativa. Desprezam o precioso tempo. E o tempo que passa jamais volta. O dia de amanhã é tão incerto! O tempo é uma das condições essenciais da vida. Trabalham os pobres para auferir os meios de subsistencia. E os ricos porque precisam tratar de seus negocios e administrar os bens. Por conseguinte, o fim é o mesmo. Demais a riqueza não é eterna. As maiores fortunas podem desaparecer de um momento para outro. Há paes ricos e filhos pobres. Porque desaparecidos aquelles e procedida a partilha dos bens o quinhão de cada herdeiro não é às vezes, suficiente para que elle possa manter-se sem trabalhar. Ninguém deve acanhar-se por trabalhar. Quem não trabalha é um parasita porque vive do labor alheio. (LIMA, 1937, p. 141).

É provável que a professora Albertina quisesse fazer uma boa elucidação acerca das divisões de trabalho doméstico entre os gêneros feminino e masculino. A afirmação de ‘vadiagem’ dos que não trabalham talvez fosse destinada a algum homem que morasse de favor na casa de parentes. Todavia é explícita a não intenção de problematizar essas questões mais profundas acerca das relações de gênero na sociedade em que ela viveu. É provável que falasse apenas de relações humanas e práticas cotidianas sobre indivíduos que se aproveitam da boa vontade alheia. Sobre este tipo de tática, Pierre Mayol afirma que:

Para se manter “conveniente” é preciso saber jogar o perde-ganha, não exigir tudo imediatamente para deixar para o prazo sempre ulterior o domínio total do benefício almejado na relação de consumo: o benefício aumenta quando se sabe renunciar. O corpo bem sabe: lê no corpo do outro os discretos sinais exasperação, quando o pedido excede em demasia o previsível inscrito no costume, a indiferença progressiva, ao contrário, quando ele se coloca por muito tempo aquém. O corpo é na verdade uma *memória sábia* que registra os sinais do reconhecimento: ele se manifesta, pelo jogo das atitudes que dispõe, a efetividade da inserção no bairro, técnica aprofundada de um saber-fazer que sinaliza apropriação do espaço. (MAYOL, 2013, p. 55).

Há uma manifestação de táticas, não é de fato um ato de submissão, pois o indivíduo está agindo convenientemente em sua consciência. Diante disso pode-se dizer que a professora Albertina não classifica o gênero de pessoas que vivem como parasitas, ela ressalta a importância do trabalho árduo que vai ao encontro dos ideais de industrialização, a exemplo da formação da burguesia e suas maneiras de administração, classificando-se como apoiadora do processo de formação industrial. Foi exatamente nesse período de instauração do Estado Novo que surgiu o modelo de bens de consumo não duráveis, como: a indústria de tecidos, calçados, alimentos industrializados, produtos de higiene e entre outros. A professora Albertina faz menção a este processo durante todo o seu texto e se mostra a favor do novo plano econômico na formação brasileira de um estado capitalista sob o comando de Getúlio Vargas.

É fato que a professora Albertina estava ciente da situação econômica do Brasil na década de 1930 e o que se pode observar nesse artigo é o apoio dela à política de Estado que havia na referida década. Uma política voltada para a industrialização e controle do mercado interno, objetivando substituir as importações pelo consumo dos bens produzidos no próprio Brasil.

Sem prejuízos das horas de estudo e recreio, as crianças quando a idade permite devem dedicar-se a algum trabalho util de accordo com suas forças preferenciais e condições.

O trabalho moderado desenvolve-lhes as energias phisicas e torna mais ageis as faculdades intellectivas pelo jogo que dellas fazem.

Como vêdes o temo e trabaho são meios directos de concorrer para augmentar e produzir a receita. Existe um indirecto: a economia como Synonymo de poupança.

Convem dizer que economia não se confunde com avareza ou sovinice. Economia é saber gastar. Gastar, com moderação, sem desperdício nem privações. Avareza é abstenção. Obsessão de espíritos acanhados que tudo sacrificam por amor ao dinheiro.

O dinheiro tem muito valor, mas não é a cousa mais importante da vida.

A moeda é, como ensina a sciencia economica, uma mercadoria __ repare bem! __ destinada a aquisição de outras mercadorias e serviços. O dinheiro é portanto, um meio de troca. Serve para demover as necessidades da vida. (LIMA, 1937, p. 141).

Nesse trecho a professora expressa o seu esmero pelo trabalho, a preocupação com a atuação de indivíduos na sociedade. Talvez, isso espelhe o caráter aguerrido das mulheres em relação a sua saída do lar para o mundo profissional, uma vez que, elas precisaram quebrar paradigmas para alcançar sua emancipação. Diante disso faz-se necessário rever o discurso em questão sobre o feminismo paraibano. De acordo com Machado e Nunes (2012, p. 180):

A saída das mulheres do reduto do lar para o trabalho e para a escola, para a sociedade produtiva, foi marcada pela desigualdade de possibilidades escolares e pela separação entre profissões masculinas _ativas_ e femininas _sedentárias, num processo de naturalização da divisão sexual do trabalho. Quando houve uma ascensão das mulheres foi acompanhada de uma evolução masculina. Esses avanços não se deram de forma tão amistosa e nem facilitada, mas sim num contexto marcado por tensões e utilizações de estratégias, por parte da sociedade em geral, para afastar a mulher do mercado de trabalho. Estratégias muitas vezes camufladas por boas intenções. Se as mulheres iam se integrando cada vez mais ao sistema educativo e ao mercado de trabalho, ocupavam aí os postos mais feminizados e hierarquicamente mais baixos, e, conseqüentemente, mais desvalorizados. Em termos, foi assim que se deu a feminização do magistério (MACHADO; NUNES, 2012, p. 180).

A colocação de Machado e Nunes mostra o cuidado que tinha a mulher em enfatizar os benefícios que o trabalho traz ao ser humano. A máxima de que o trabalho dignifica o homem e, de fato, para as mulheres ocorreu nesse sentido, pois assim alcançaram sua emancipação política, financeira e civil. Muitas mulheres usaram seus ambientes de trabalho para fortalecer suas táticas, a fim de conseguirem conquistar seus direitos, a exemplo das três

mulheres desta pesquisa, pois usaram a imprensa como meio tático para defender o sufrágio feminino e o direito à educação, por exemplo.

No trecho a seguir a professora Albertina se coloca contra os gastos excessivos de algumas famílias, e sugere algumas alternativas para se manter em tempos de crescimento do setor industrial.

Há quem mantenha uma ostentação superior as suas finanças. Uma flamancia no vestuario que não condiz com as condições do prédio em que mora. Ou, se corresponde aparentemente, por dentro o contraste é frisante! Esta ostentação é o que se pode chamar de falso luxo. O luxo verdadeiro é proporcional. Vae da habitação á pessoa. Observa-se em todos os objectos de uso individual e domestico, no modo de viver e gozar. É mantido suavemente, sem sacrificio.

Algumas senhoras costumam mandar confeccionar o seu vestuário pelas modistas da moda. O pleonasmo não é meu.

Assim são chamadas as que estão em evidencia porque costumam para damas elegantes. No entanto, poderiam elas mesmas confecciona-lo ou mandar por modistas mais modestas com o mesmo bom gosto e a vantagem de preço mais módicos.

Há quem prefira comprar nas lojas denominadas de luxo, quando em outras as mesmas mercadorias custam muito menos.

É bem conhecido um mimetismo typico: Paes de parques haveres costumam educar os filhos em custosos collegios particulares, preterindo as escolas publicas, onde o ensino é igualmente eficiente. Se estas despesas mensais nada pesam na balança dos abastados, para eles significam um sacrificio enorme!

Não seria razoável se as somas dispendidas, sem necessidades, fossem depositadas em um Banco ou applicadas convenientemente de modo a garantir o futuro dos filhos? Tem paes a vida nas mãos? (LIMA, 1937, p. 141 - 142).

Através do discurso da professora Albertina se vê a importância que estava sendo dada ao setor industrial e à crescente urbanização das cidades. Há também a mudança de incentivo ao comportamento industrial, uma vez que a agricultura e o algodão, para formação de tecidos, tivessem sua importância, nascia a indústria dos químicos (produtos de higiene) e de alguns eletrodomésticos (fogão / geladeira). Para D’Incao (2013, p. 239), “o mundo familiar burguês é um mundo em si mesmo, não tem grandes laços com a sociedade inclusiva; é autossuficiente, socialmente falando, e isolado”. Pode-se perceber a influência desse mundo nas classes menos favorecidas de recursos financeiros, quando a professora Albertina nos aponta que alguns pais, mesmo sem condições, bancam seus filhos em colégios particulares, enquanto deveriam estudar em escolas públicas. Segundo D’Incao (2013, p. 239), “os membros das famílias não conversam senão sobre coisas banais e sobre a educação dos

filhos”. Possivelmente, estas faltas de diálogo entre as famílias causassem muito mal-estar em relação à situação financeira de uma família. Isto posto, acarreta no que contempla a professora Albertina em falta de organização com as economias, privando-os de uma aplicação que garantisse o futuro dos filhos. Para D’Incao, (2013, p. 238), “É também nítida a divisão, na casa, entre os espaços de representação (salas, espaços de convivência) ”. Certamente, isso fizesse com que a mulher interferisse menos nos assuntos das condições socioeconômicas da família. É possível também que se as mulheres ultrapassassem o dinheiro imposto pelo marido para fazerem as compras da casa, sofressem represálias pela má administração do orçamento. Por isso a professora Albertina chama a atenção para os pequenos gestos do cotidiano, uma vez que, a professora buscava lutar pelas causas de emancipação feminina.

No último trecho do artigo “O lar e a economia”, a professora Albertina expõe causas que nos mostram parte de seu posicionamento político e sobre sua crença religiosa. Quando dá ênfase à causa da “caridade” se mostra como uma mulher que se importa com os marginalizados. Com efeito, nos mostra o seu lado tradicional atrelado à fé cristã a qual há séculos as mulheres são adeptas. Esse fator traz consigo a imagem da mulher pura, altruísta e zelosa que, talvez, a professora tivesse o intuito de transmitir, uma vez que, esse discurso caracterizava maternidade e legitimava a luta pela emancipação feminina das mulheres consideradas “feministas brandas”.

Uma incoerência: algumas pessoas esbanjam o dinheiro em cousas vistosas, ao passo que negam uma pequena esmola a um mendigo ou auxilio a um necessitado. Esquecem que “quem dá aos pobres empresta a Deus”.

Muitas crianças mal recebem dos paes um nickel e correm a confeitaria para comprar doces e bombons. Deste habito podem derivar dois males para ellas: tornarem-se prodigas pelo costume de gastar todo dinheiro que lhe chega ás mãos ou dispépticas pela impontualidade de comida.

Não sou dos que opinam que os paes devem impor sua vontade aos filhos. Ficariam assim mulheres e homens irresolutos de caracter fraco e desprovido e qualquer espirito de iniciativa.

É natural que se satisfaça as crianças e se as deixe, oportunamente, saborear as guloseimas. Nunca porem, deixa-las agir discricionariamente.

Para habitua-las á economia, convem dar-lhes um cofrezinho para deposito das moedinhas disponiveis. Dahi não se conclua que se lhes ensine a onnipotência do dinheiro. Tornar-se iam deste modo egoistas e avarentos.

Ahiestão, minhas senhoras, alguns quadros da vida real. A justiça das ponderações attenuará a viveza do colorido. Até logo! (LIMA, 1937, p.142).

A urbanização, sem dúvida, modificou os comportamentos culturais. Sendo assim, a professora Albertina chama a atenção para o comportamento das crianças, mostrando-nos caráter do axioma civilizatório e moral da década de 1930. Albertina ainda se justifica dizendo que não quer interferir na relação dos pais com os filhos, mas atenta suas ouvintes para o perigo de uma criança mal-educada. Isto posto, é digno de nota a inferência de Soares Júnior (2016, p. 211) quando se trata de higienismo como proposta moralizadora nas escolas: “O ensino de higiene proposto por médicos abrangia muitos saberes, entre os quais os mais abrangentes foram a educação física, o ensino de uma educação alimentar e a educação mental e moral”.

A professora ainda usa o termo do direito “Discrecionariiedade” para que os pais não deixem as crianças agirem por conveniência. Em consonância com o pensamento de Soares Júnior (2016, p. 211), tal ideia acerca do agir das crianças “propagava-se, assim, a existência de uma consciência entre mestres e educadores profissionais sobre a higiene das crianças que buscou combater”. Nada que fosse fora da moral e dos bons costumes poderia ser orientado pela educação higiênica.

Por fim, a professora Albertina termina o texto fazendo alusão ao controle das finanças de uma criança, ensinando as mães a incentivarem os seus filhos a guardarem dinheiro para que depois possam fazer bom uso dele. Claramente, nota-se a intenção de influenciar a vida das mães paraibanas, propagando diversos métodos de orientação de acordo com as normas sociais vigentes na década de 1930. De acordo com Chartier (1988), “a constituição da sociedade, daí porque tais categorias de análises devem ser percebidas em um campo de luta, de concorrência e de competição”. Essas categorias de análises postas por Chartier implicam que as crianças desde cedo estavam imersas ao mundo da competição constituído pela sociedade. A sociedade já delimitava regras pela detenção do “capital” até para as crianças, pois já haviam de se preocupar com o futuro. De todo modo, essas mulheres educadoras assumiram uma perspectiva tática de acordo com a sociedade paraibana da década de 1930 e contribuíram com suas ações educacionais na construção de uma sociedade.

3.2 A REVISTA DO ENSINO

3.2.1 Profissão e proteção na educação de crianças

Alice de Azevedo Monteiro, em seu primeiro artigo publicado na Revista do Ensino Primário da Parahyba, nos apresenta uma epígrafe retirada do livro “Os filhos – Sua

preparação para a vida”, do médico francês Dr. Victor Pauchet⁴⁷. Em seu texto, intitulado *Jardins de Infância*, observamos a propensão aos discursos higienistas, considerados importantes para o desenvolvimento do Brasil. “Ensina teu filho a apprehender a razão das cousas depois de haver-lhes admirado o aspecto exterior. Começará então a germinar sua vida interior” (MONTEIRO, 1932, p.13) Diante desta perspectiva pode-se observar que os primeiros anos do governo Vargas ainda estavam sob a máxima do ideal de nação civilizada. Neste contexto, emerge na imprensa, em especial, na imprensa pedagógica, o discurso voltado aos “bons hábitos” e à propagação da campanha higienista, este último sempre se adequando a reformas, métodos e discursos médicos.

No fragmento a seguir, do mesmo artigo, aparece a construção da imagem de um país marcadamente pelo caráter colonial, não civilizado e inculto o qual precisava se render aos dispositivos da modernidade.

Nas movimentações publicadas das escolas, nas paradas infantis, sente logo o verdadeiro professor que aquelas creanças entraram tarde demais para a escola. Mau grado o esforço evidente e inconfessado dos professores a maior parte dos alunos “que não sabe estar bem posta”, faz maus pontos de comportamento nesses dias.

Marchar nada representa para essas crenças, prontas sempre para... dar tropeções nos companheiros mais próximos ou ageitar-lhes os chapéus com um papirote... (MONTEIRO, 1932, p.13).

Em consonância com o pensamento de Soares Júnior (2016, p. 161), a autora retrata as ideias de um projeto civilizador em que o comportamento e a aparência externa determinavam as formas de conduta, sua posição social e de sua educação. Assim como os bons hábitos estavam sendo bem vistos, outros hábitos deveriam ser abolidos, a exemplo, das incivildades, e dos maus costumes. “A postura, os gestos, a indumentária, os traços físicos, a aparência, revelavam homens e mulheres que viviam no habitat da escuridão, do sujo, da indecência, ou aqueles que viviam sob a manifestação da limpeza, da higiene, dos bons modos, do que estava em voga” (SOARES JÚNIOR, 2016, p. 161).

⁴⁷ Victor Pauchet foi um médico cirurgião francês que exerceu sua profissão em cidades, como Amiens e Paris. O médico escreveu sobre métodos e inovações técnicas acerca da medicina. Foi considerado um mestre em técnicas cirúrgicas e reconhecido mundialmente pelo sucesso de suas publicações. Escreveu mais trinta livros e um dos aspectos interessantes eram o domínio e propagação de seus métodos. Pauchet nasceu em 22 de outubro de 1869 e faleceu em 16 de novembro de 1936. Fonte: texto original de Louis Dartigues (Doutor Victor Pauchet) em *RevueReagir*, 1937.

Para combater tais atos a autora orienta sobre a inutilidade ao uso dos castigos como forma de punição para os descumprimentos das normas e a estratégia de educar as crianças. Todavia, os moldes civilizatórios devem ser mantidos desde a infância para adquirir bom comportamento e uma boa educação.

Certos da inutilidade dos prêmios e dos castigos deveremos habituar a creança a cumprir o seu dever porque assim dever ser.
Somente nas escolas maternas poderá o menino adquirir os bons hábitos, que lhe permitam receber as lições, que lhe forem mais tarde ministradas pelo professor primário.
A escola maternal ou jardim de infância preparará a creança para aprender. As jardineiras nivelarão o terreno, onde os professores primários semearão (MONTEIRO, 1932, p.13).

Da mesma forma que o comportamento precisava ser lapidado, a educação também tinha que se apresentar como mudança, a educação aparece para Alice de Azevedo Monteiro como preparatória e civilizatória. Os jardins de infância se faziam como salas de preparação e boas maneiras, para logo depois surgir um futuro mais promissor através da aprendizagem que será adquirida pelo indivíduo já civilizado. A escolarização aparece, indubitavelmente, como uma ferramenta crucial para os cumprimentos dos novos padrões, pois é através dela que os indivíduos obedecem e aprendem sobre as novas perspectivas educacionais, contribuindo assim para a sociedade hígida, civilizada, educada e saudável.

A década de 1930 é assinalada por mudanças em vários âmbitos da sociedade brasileira, o desejo da ascensão ao projeto de nação civilizada permeou o cotidiano da imprensa, política, economia, sociedade e da escola.

A creança é uma planta mimosa e gentil, frágil e encantadora, pedindo carinhosos e inteligentes cuidados... A mestra, sabendo mais psicologia que pedagogia será mais mamã que mestra: toda bondade e simplicidade, sem pose nem reumatismos... tão capaz de ensinar ginastica como de cantar ou consolar um grande coração capaz de guarda-los todos nele...
O jardim de infância é a escola do afeto. É aí que a crença começa a amar os seus mestres e amando-os a atendê-los, imita-los aprendendo com a bôa vontade o que lhe ensinam (MONTEIRO, 1932, p.14).

Diante deste fragmento do artigo pode-se observar a ação da preservação de características entendidas como da natureza feminina, a exemplo da maternidade. Em contrapartida, o texto é destinado ao ambiente escolar e profissional e não à educação

doméstica praticada no lar. A mulher, excessivamente vista apenas como mãe, estava ganhando espaço dentro do âmbito profissional. Estava sendo construído outro papel de profissional destinado somente às mulheres, uma vez que lhes cabiam as funções de educar, comportar-se, zelar e amar; condicionavam a maternidade às professoras dos jardins de infância enquanto mantinham o tradicionalismo (pedagogia tradicional) e hierarquia nas outras modalidades do ensino escolar.

Ao saírem de casa para o mundo do trabalho, as mulheres, romperam um paradigma social, com isso a educação infantil começou a ganhar espaço, sobretudo, os jardins de infância, que passam a ser um espaço de escolarização formal, mas também eram vistos como ambiente para deixar as crianças enquanto suas mães trabalhavam.

[...] que tesouro para o professor primário serão os futuros alunos que lhe chegarem vindos dos jardins de infância! Meninos que não precisarão ser castigados e que farão com interesse, isto é, com boa vontade e alegria as suas tarefas escolares! Nas escolas maternais são abolidas as teorias, as definições, os grandes princípios ensinando-se com o exemplo, tendo em grande conta a individualidade da criança. Respeita-se a vontade própria como um meio favorável à evolução infantil: nada de arbitário. A criança ir-se-á habituando a confiar em si mesma, preparando-se para futuro vencer as dificuldades da vida (MONTEIRO, 1932, p.14).

O discurso higienista é percebido na fala da professora ao evidenciar que os meninos advindos de uma boa preparação não precisarão de castigo, uma vez que serão mais obedientes e honrarão seus compromissos com as professoras. Esse modelo de educação visava romper com maus hábitos trazidos de casa e aprender bons hábitos na escola, sendo assim, iriam transferir boa educação para seu lar, consecutivamente para sua futura escola, que seria a escola primária.

A escola com caráter de ensino infantil nasceu com Friedrich Froebel na Alemanha e depois se tornou os jardins de infância, esse termo se fez em alusão ao modo que um jardineiro cuida de uma planta desde uma muda para que ela cresça saudável e dê seus frutos. Tal fato foi assemelhado aos primeiros anos das crianças, sendo considerados fundamentais para o seu desenvolvimento ao longo da vida. No texto, a professora Alice de Azevedo Monteiro retrata que as teorias são abolidas, ficando assim a individualidade e liberdade das crianças. Esta prerrogativa vai ao encontro do que Froebel privilegia, sendo as atividades lúdicas as maiores propiciadoras do desenvolvimento sensório-motor, bem como a exploração do uso de habilidades. Desse modo o discurso da professora supracitada sobre escolarização

perpassa uma pluralidade de discursos concernentes à década de 1930 dando visibilidade a sua conquista de precursora da educação infantil na Paraíba.

3.2.2 Um olhar sobre o universo dos números

O segundo texto da professora Alice que destacamos, denominado *O ensino de cálculo no jardim de infância*, publicado na Revista do Ensino, foi proferido em palestra na Semana Pedagógica em outubro de 1934. Este evento contou com a presença do interventor federal Argemiro de Figueiredo, do secretário do interior Borja Peregrino, do governo da cidade e de demais autoridades civis e militares. Ainda para esta reunião foram convidados todos os inspetores de ensino, diretores de grupos escolares tanto da capital quanto do interior. Tal solenidade foi criada pelo próprio diretor da instrução pública no estado, José Baptista de Mello, também criador da Revista do Ensino aqui na Paraíba no ano de 1933, um ano após a criação das referidas semanas pedagógicas. As ligações políticas sempre se fizeram expostas e a professora Alice compactuava com as opções políticas demarcadas no quadro político e social da Paraíba de 1930. Para o professor e pesquisador Wojciech Andrzej Kuleska:

Aparentemente, os “tenentes civis” que José Américo deixou no poder na Paraíba atacaram com vigor no Estado a questão da educação popular. O primeiro interventor, Antenor Navarro, duplicou a matrícula no ensino primário oficial no seu governo de apenas dezesseis meses, assim encurtado devido à sua morte trágica num acidente de avião em abril de 1932 (KULESKA et al, 2001, p.1).

Não obstante, segundo Gurjão (apud KULESKA et al, 2001, p.1), para os adeptos e seguidores da política de Antenor Navarro, suas maiores conquistas foram medidas em favor da educação paraibana, unificando todo ensino primário estadual, ampliando a rede escolar e ainda, destinando 18% da receita estadual para a instrução pública, pondo fim às taxas que antes eram cobradas. A professora Alice não dispensava elogios ao interventor, uma vez que ela foi precursora dos jardins de infância na Paraíba e ele foi tido como “grande” investidor em educação. Para uma melhor contextualização da situação acerca da escolarização paraibana na década de 1930, é válido recorrer à narrativa histórica.

Num contexto nacional marcado pelas escolhas das constituintes federal e estadual, nas quais as demandas por educação tinham um papel destacado, não só em termos ideológicos, mas também em termos eleitorais, o impulso

educacional em prol da educação primária ia se mantendo, apesar do seu apelo original estar claramente direcionado para uma sociedade urbano-industrial. Deste modo, as iniciativas educacionais na Paraíba sofriam a influência direta dos rumos que ia tomando a educação nos Estados economicamente melhor aquinhoados. Como evidência flagrante da sintonia da reforma paraibana com os “centros adiantados”, o decreto 498, também de 12 de março de 1934, criava o Orfeão do Estado, sob a direção do maestro Gazzzi de Sá que, aliás, iria ser o professor de Educação Artística da Escola de Aperfeiçoamento, introduzindo assim o canto orfeônico nas escolas paraibanas (KULESKA et al, 2001, p.4).

No aspecto educacional também era vista a compactação dos intelectuais e políticos para a consolidação de uma sociedade urbana e industrial. A educação primária era vista com olhar do assistencialismo, de toda forma para os professores significava a consolidação de um sonho.

Sendo assim, a professora Alice começa seu texto cumprimentando as autoridades locais ali presente, em especial a figura do representante do Interventor Federal, nesta época Gratuliano da Costa Brito⁴⁸, e do senhor José Baptista de Mello⁴⁹, a quem dedicava um carinho especial.

Sr. Representante do interventor Federal, sr. Diretor do Ensino Primario, srs. Inspectores técnicos, meus colegas, senhores:
 Há uma Bôa dezena de anos pediram-me que escrevesse a minha divisa e eu escrevi esta: “cumprir o dever, fazer o bem”. É cumprindo o dever de obediência a uma ordem do ilustrado pedagoga que imaginou e organizou a presente semana pedagógica, o sr. Diretor do Ensino Primario que estou diante de vós. É verdade que essa ordem veio enfeitada com os modos cativantes de convite, mas, um convite, um pedido feito com aquele suave jeito de quem quer ser atendido, que com nosso ilustre diretor tão bem revela o poder do mestre que sabe impor a sua vontade, de quem sabe querer...
 E ...outra ordem houve: a de ser o mais pratica possível...
 Obedeci, aqui me tendes...
 Doutro lado, o sr. Inspector técnico do Ensino deu-me a honra de convidar-me para elaborar na fabricação do material escolar que pretendia expor á vossa curiosidade de estudiosos. (MONTEIRO, 1934, p.40)

⁴⁸ Foi Interventor Federal na Paraíba dos anos de 1932 – 1934, e sucessor de Antenor Navarro, em virtude de sua morte em trágico acidente de avião.

⁴⁹ José Baptista de Mello nasceu em 22 de dezembro de 1895 na então vila de Teixeira, agora Município de Teixeira, no estado da Paraíba. Em 1930 foi designado Inspector Técnico do Ensino, auxiliar do Inspector Geral, havendo ocupado a Inspeção Geral por várias vezes. De 1931 a 1935 foi Diretor do Ensino Primário do Estado. No exercício dessa função criou a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, que dirigiu e onde foi professor de Metodologia. Instituiu as Semanas Pedagógicas, que se realizavam anualmente, os Clubes Agrícolas, nas escolas do interior do Estado, as caixas escolares, o Cinema Educativo e o Orfeão Escolar e fundou a Revista do Ensino e o jornal O Educador, havendo publicado vários trabalhos em ambos os órgãos. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Baptista_de_Mello

Diante de tal fragmento pode-se observar a relação de subserviência da mulher em relação aos cargos de poder do gênero masculino, entretanto com o intuito de pretensões de autonomia. E assim o fez, a professora apresentou o texto, considerado por esta pesquisa, demasiado longo.

A seguir, a professora chama atenção para o material que foi desenvolvido e ressalta que a criação foi elaborada na Paraíba para demonstração naquela palestra. Nesse curso, a professora apresenta do ponto de vista histórico o surgimento do método que ela estuda e que irá apresentar ao demais.

Desde os primeiros dias da revolução francesa começaram as questões pedagógicas a se interessar verdadeiramente a humanidade. Mirabeau⁵⁰, o admirável tribuno francês em 4 eloquentes discursos expôs entre outras medidas tendentes a proporcionar educação e instrução ao povo, a criação de um liceu para o ensino superior em Paris, no qual deveria existir uma cadeira de metodologia.

Taylerand⁵¹, em relatório, propôs a criação de várias escolas primárias, secundárias e superiores.

Condorset⁵², apresentou um projeto dividindo o ensino em escolas primárias, secundárias, institutos, liceus e uma sociedade nacional de ciências e artes. Propôs igualmente para melhorar a educação física, o ensino dos jogos ginásticos. Pediu a criação de bibliotecas para o professor, obrigando-o à realização de conferências públicas para explicação e ensino dos métodos pedagógicos, leis e educação moral. Considerava um dever de justiça dos poderes públicos concorrer para o aperfeiçoamento físico e mental do indivíduo tornando-o capaz de, pelo conhecimento dos seus direitos, bem cumprir os seus deveres para com a Nação. Aconselhava destruir a superstição, procurando concorrer pelo progresso intelectual para a igualdade tão desejada pelas classes inferiores da sociedade. Os legisladores da revolução francesa não conseguiram ver realizados suas ideias, mas, traçaram para a pedagogia uma nova era, criando um vasto e racional sistema de instrução pública (MONTEIRO, 1934, p. 42).

⁵⁰ Foi um teórico e ativista da Revolução Francesa. Nasceu em 1749 em Paris e morreu em 1791. Foi membro do Clube dos Trinta e destacando-se pela sua retórica como o orador do povo. Fez parte da Maçonaria e teve um papel relevante na Revolução Francesa e pretendia a transição para uma monarquia constitucional.

⁵¹ Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord nasceu em 1754 em Paris e morreu em 1838. Ele foi bispo, político e diplomata. Foi o primeiro Primeiro-Ministro da França entre julho e setembro de 1815 na era Luís XVIII depois da restauração francesa.

⁵² Nicolas de Condorcet foi filósofo e matemático francês nascido em 1743. Publicou sua primeira obra, *Essai sur le calcul integral* (Ensaio sobre o cálculo integral) em 1765. Adepto da Revolução Francesa, criou um projeto para a nova Constituição francesa e lutou pelo sufrágio feminino. Morreu em 1794 envenenado em sua cela, onde estava preso.

A professora Alice ressalta nesse texto seu interesse pela história da educação e revela que o modelo educacional seguido, desde a implantação da Primeira República, precisamente, é um resquício ideológico da Revolução Francesa. A professora cita Mirabeau e sua eloquência nos discursos em prol da revolução. Também apresenta estima pelo primeiro ministro da França, Talleyrand. O apoio da professora ao Estado é visível, uma vez que esses modelos apresentados por ela permitem que o estado monopolize a educação através de uma rede escolar pública. Possibilitando à população a formação cidadã que transmite os valores de acordo com o Estado. Este modelo de educação esteve presente na década de 1930 no ensino infantil e tem o Estado como orientador do sistema educacional. Defende as ideias de Condorcet que acreditava ser a educação uma peça fundamental para as mudanças sociais e a instrução uma obrigação social que o estado devia assumir. A professora admiradora dos feitos de Condorcet à instrução pública lamenta pelo autor não ter visto a concretização das ideias dele. Sendo assim, percebe-se o apreço da professora aos ideais de civismo, higiene e moralidade mantidos àquela década.

Seguindo o curso de ideias da professora Alice, é apresentado Pestalozzi como o grande pedagogo e o precursor das diretrizes do exercício livre das faculdades, seguindo o movimento naturalista.

Dotado dum grande sentimento filantrópico, Pestalozzi⁵³ fundou um orfanato ao qual dedicava todo o seu tempo, pondo em pratica o seu plano de ensino. O caráter geral de seu modo é afastar a abstração e procurar em todas as cousas a intuição concreta e sensível. Foi o mestre de Froebel. Esse conhecido filosofo e pedagogo alemão organizou uma escola especial para crianças pequeninas, a qual chamou **kindergarten**, procurando nessa expressão corporificar as suas ideias sobre educação. O seu método basea no desenvolvimento de qualidades inatas na criança: observação, atividade, sentimento de personalidade. Justamente esta é a parte mais importante do método. (MONTEIRO, 1934, p. 42).

Sendo a precursora dos jardins de infância na Paraíba, a professora Alice de Azevedo Monteiro não dispensa louvores à prática de Pestalozzi. Em seus textos, sempre aparecem menções à filosofia do educador na figura do afeto como fundamento para a educação na idade moderna. A professora se vale muito do amor para educar nos jardins de infância e

⁵³Johann Heinrich Pestalozzi foi um pedagogo e pensador suíço e pioneiro no âmbito das reformas educacionais. Ele nasceu em Zurique no ano de 1746 e faleceu em 1827. Criou o livro intitulado "Como Gertrudes ensina suas crianças" (Wie Gertrud Ihre Kinder Lehrt). Desenvolveu um método de ensino Pestalozzi em que centra suas atividades nas habilidades naturais e inatas da criança.

oferece a escola como uma extensão do lar. Há vários exemplos dessa prática em seus textos quando chama as crianças de flores, anjos e as professoras de jardineiras, as quais iriam regar essas flores. Dessa maneira, a professora segue afirmando a importância do método desse pedagogo/pensador e concordando com o pensamento de que a escola deve ser inspirada no ambiente familiar.

Que uma criança é capaz de desenhar, escrever, calcular, ou fazer ginástica, todos nós sabemos. O que, porém, deveremos saber é o modo de cultivar-lhe os sentimentos e o coração, de desenvolver-lhe o caráter, de formar-lhe a personalidade moral. Despertar nestas criaturinhas em botão o amor ao belo, á natureza, ás cousas sãs da vida.

Dominar o egoísmo, a preguiça, a inveja. Vigiar os arroubos exagerados de imaginação que muitas vezes conduzem á mentira. Desenvolver a bondade, o desprendimento, a fraternidade, o entusiasmo.

Um menino é moralmente o fruto do ambiente em que vive.

Os responsáveis pelo seu caráter não são somente seus pais e mestres, mas, também, os servidores, os companheiros de brinquedos, os amigos que rodeiam até mesmo a paisagem, os moveis, os objetos e os animais que o cercam. É, portanto, uma tarefa delicadíssima a de quem se propõe a realizar tal obra educativa. (MONTEIRO, 1934, p. 42).

É notório que o desenvolvimento das crianças ocorre de maneira mais agradável quando há o envolvimento da família, porém é importante ressaltar que a escola não tem a obrigação de fazer o papel de família. O jardim de infância não é uma família, mas para o artigo em questão isso se faz como uma prerrogativa. A professora Alice levanta a questão da formação de caráter de uma criança e coloca os professores, bem como os pais, como os responsáveis por esta indulgência. Por outro lado, reconhece que a jardineira também é uma profissional e alerta para o cuidado da ação pedagógica que será praticada nos jardins de infância. O jardim de infância é uma fase da escolarização que já era heterogênea desde sua criação. Por isso, a preocupação da professora Alice com nível da faixa etária das crianças. Ela coloca as crianças ao completo cuidado das jardineiras.

A jardineira deve observar e guiar, vigiando, cuidado carinhosamente, com constancia e discrição, sem se irritar jamais.

Deve-se evitar as observações frequentes, que intimidam os pequenos. Usar mais expressões elogiosas pelas boas qualidades, que repreensões pelas más. A criança deve ter na mestra uma bôa companheira de brinquedos e de estudo, a qual ama e deseja satisfazer e imitar. A jardineira não ensina regras; faz antes viver as causas que as produzem. Não pode nem deve pensar em repousar. Não tem direito de ser triste ou de ter desgosto. Deve ter uma alma de 3 anos para viver entre companheirinhos da mesma idade... sem

esquecer, no entanto, que se pode respeitar e cultivar a personalidade sem desprezar a disciplina, base da educação. (MONTEIRO, 1934, p. 42).

Há aqui o axioma do descaso com o profissional de educação visto até a hoje. A professora traça o modelo do método de como agir em sala de aula. Jamais aquele profissional determinado aos jardins de infância poderia ser autoritário com seus alunos. Não obstante, a criança deveria receber um bom tratamento por parte de todos os funcionários daquela instituição. Diante desse quadro, a professora (jardineira) aparece com uma dupla responsabilidade, a de mãe e de mestra, fazendo com que as crianças observem a realidade antes de fazer o cumprimento de regras. São deflagrados neste artigo atos de desumanidade, uma vez que a professora proíbe seus colegas até de demonstrarem seus sentimentos. As mudanças na ordem política, econômica e social do país fizeram esses novos modelos de relação trabalhista, processando para posteridade o mau trato com a classe dos professores (profissão de professor como missão, portanto deveria trabalhar muito e receber pouco.). Por fim, a professora evidencia traços da Escola Montessoriana quando faz menção à disciplina, pois nessa perspectiva não é possível se ter uma boa educação sem a faceta da disciplina.

Nos próximos parágrafos a professora cita a educadora e médica Maria Montessori⁵⁴ e elenca alguns dos notáveis experimentos educacionais na Universidade de Roma. O experimento em destaque pela professora Alice é o fato de Montessori ter sido psiquiatra na Universidade de Roma. Tal fato, a fez ter interatividade frequente com crianças, tidas como “idiotas”, internadas nos manicômios. No texto de Alice é destacada a fundação da escola para os professores de Roma com intuito de estudar a educação para crianças, transformando-se depois em *Scoula Magistrale*. Alice destaca que em seguida Montessori criou um Instituto pedagógico em que acolhia alunos externos ditos “normais” e alunos “idiotas” do manicômio de Roma. Para Alice, Montessori trabalhou com afinco no mesmo estabelecimento durante dois anos e compreendeu a importância de seu método. De acordo com Alice, Montessori entendeu a importância do seu método quando pôde desenvolver “uma mentalidade inferior”. Face ao exposto, o método também foi testado em crianças ditas “normais” e, da mesma forma, o êxito foi obtido.

⁵⁴ Maria Montessori nasceu na Itália em 1870 e faleceu em 1952. Foi médica, educadora e pedagoga. Ficou conhecida mundialmente pelo método educativo que desenvolveu. Para ela, liberdade e disciplina se equilibrariam, com isso os estímulos físicos e mentais seriam bem desenvolvidos na criança.

Nos próximos trechos a professora Alice apresenta a parte prática de seu método sobre o ensino de cálculo para crianças do jardim de infância. Informa que as crianças, em geral, tem uma relutância quanto ao ensino da matemática, porém ela não vê isso nos jardins de infância. Por conseguinte, revela que a disciplina não é impossível de ser ministrada, mas o que dificulta a sua aplicação é a falta de propriedade de conhecimento por parte de quem ensina, especificamente, o método utilizado. Acrescenta que se comunicou com amigos residentes em São Paulo, os quais também são professores e lhes responderam com a indicação do método de Maria Montessori. Desta maneira, a professora assume que concorda com a ideia do amigo e reitera que não há método melhor para o uso de cálculo do que o montessoriano. Então, ela elenca o passo a passo dado pela médica para melhor aplicabilidade de seu método.

“Um dos primeiros passos para o aprendizado da numeração é o emprego da moeda. O troco da moeda é uma excelente forma de atrair a atenção da criança. Manuseando as reluzentes moedinhas de 100 rs. Os pequenos facilmente aprendem a contar até 10”.

É este um exercício muito pratico, além de muito util, pois o menino fica ao mesmo tempo sabendo contar e conhecendo a moeda em circulação, tornando-se capaz de realizar pequenas compras, com perfeita facilidade. Esta lição tem tal cunho de vida pratica que todos os pequenos cia se interessam grandemente.

Os chamados jogos brasileiros nos sugerem brincar de sapatarias para ensinar a conhecer o sapato do pé direito e o do pé esquerdo. De dupla utilidade poderia ser esse jogo se seguindo o conselho de mme. Montessori nos utilizaremos de moedas de níquel, de prata, para pagar aos caixeirinhos de tais sapatarias os sapatos do pé direito, do pé esquerdo, ou os pares de sapatos que lhes comprássemos. E não seria para admirar adquirir por tão pouco, sapatos... apenas pintados em pedacinhos de cartão. (MONTEIRO, 1934, p. 43-44).

É sabido que para Montessori um dos métodos que ativam a concentração da criança é o uso e movimento das mãos. A professora Alice, após citar a médica contextualiza o uso da teoria que será aplicada, e nos mostra que o método usa a diversão a serviço da aprendizagem. Por conseguinte, é possível relacionar a ação didática contextualizada em questão como parâmetro montessoriano que indica ao professor o uso da livre escolha feito pela criança. Segundo Montessori um dos procedimentos mais importantes para o desenvolvimento humano é liberdade de escolha. Isto não significa liberdade para se fazer o que quiser, mas que o adulto deve dar liberdade à criança para fazer suas escolhas ao longo da infância. Em relação ao ato de compras mencionado pela professora Alice, é possível dizer que deixar as crianças livres para fazer escolhas é dar um passo no processo de uma aprendizagem para a

vida, que vai além da sala de aula. De acordo com Machado (1986, p.10), para Montessori a educação é a “ajuda à vida” e que deve nascer da criança mediante a um ambiente preparado.

Deste modo, a professora Alice sai da perspectiva empírica para o ensino do manuseio de materiais, contextualizando teoria à prática.

Depois de haver ensinado empiricamente a numeração, deveremos passar aos exercícios metódicos. Usaremos como material as 10 astes destinadas a educação dos sentidos

A mais curta destas astes tem 10 decímetros e a mais comprida 1 metro, enquanto que as de 2 a 10 decímetros são subdivididas nos decímetros componentes por meio das duas cores azul e vermelho empregadas alternativamente.

Em primeiro lugar ensinaremos às crianças a arrumar as astes em ordem, pelo comprimento. Isto posto, ensinaremos a contar pelas cores, começando do pedaço menor. Assim: um, um e dois, um, dois e três: sempre começando de um para cada um dos pedaços.

Depois designaremos cada aste pelo numero de pedaços que contém. E tocando em cada uma das astes do lado em que aumentam gradativamente, diremos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

Desejando mostrar a quantidade de astes, contaremos pelo lado oposto e teremos a mesma numeração: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

Chamaremos a atenção das crianças para essa repetição numerica e fa-las-emos muitas vezes o exercício.(MONTEIRO, 1934, p. 44).

Percebe-se que a professora tem um cuidado especial com a seleção dos materiais, uma característica marcante do método montessoriano. Para essa premissa do método há muitos materiais com intuito de educar os sentidos, a exemplo da contextualização matemática. A principal característica desse método é a experiência com materiais que possam ser manuseados pelas crianças. A professora Alice comunga da ideia do método no quesito que os materiais desenvolvem todos os sentidos de uma criança, e descubra com liberdade os conceitos da disciplina matemática.

De acordo com o método Montessori, a professora Alice expõe que o método é cientificamente elaborado e o material estético deve proporcionar à criança o desejo de manuseá-lo

Agora o exercício sensorial do reconhecimento dos pedaços mais compridos e mais curtos, juntaremos o da **numeração**.

Colocando as astes no chão, ou misturando-as simplesmente sobre a mesa, escolheremos uma das astes no chão, ou misturando-as simplesmente sobre a mesa, escolheremos uma das astes (a de dois pedaços por ex.) e mostrando-a aos pequenos, diremos: a de 2.

Depois, chamando uma das crianças, lhe pediremos o pedaço maior procurando observar se ela de preferencia escolhe pelo comprimento ou se conta as marcas. É preciso repetir por muitos dias esse exercício e assim chegaremos a dar um nome próprio a cada uma das astes. Teremos assim a de 1, a de 2, a de 3, etc., e finalmente abreviando a linguagem o 1, o 2, o 3, 4, a medida que fôrmos mostrando.

Agora, apresentaremos aos alunos os algarismos esmerilhados sobre madeira, seguindo o mesmo processo com que apresentamos todos os objetos, isto é, usando poucas palavras bem claras: **__ este é um! este é dois! __ dê-me o um! Dê-me o dois! Que numero é este?**

Vendendo os olhos das crianças e entregando-lhes os números esmerilhados lhes pediremos que acompanhem com o dedo indicador a fôrma do um, a do dois, etc. já agora elas poderão escrever os dez números.

Tomaremos agora uma caixa que deve ter em uma das faces verticas os algarismos desenhados e na parte horizontal divisões correspondentes a estes algarismos.

O exercício consiste em colocar nas divisões do plano horizontal um numero de objetos igual ao algarismo colocado na parte vertical correspondente.

As crianças terão diante de si além da caixa, uma porção de objetos: cubosinhos ou mosaicos de Froebel, conchas, continhas, etc.

Assim colocando o objeto na divisão correspondente ao numero 1;2 na divisão correspondente ao numero 2, etc. Quando eles considerarem pronto o trabalho, chamarão a jardineira para verificar. (MONTEIRO, 1934, p. 44).

São muitas dificuldades existentes no processo de ensino-aprendizagem em relação à matemática. Como foi relatado pela professora Alice, muitas vezes os professores não conseguem ensinar e tão pouco os alunos aprender. Em síntese, uma característica marcante no método montessoriano é o “controle de erro”. O aluno deve perceber com liberdade ao longo de suas atividades o tanto de acertos e de erros cometidos por ele. Por isso que a professora Alice indica o direcionamento do método de materiais concretos com acompanhamento do professor. Sendo assim, quando o aluno errar o exercício será corrigido no mesmo instante e a questão só será finalizada quando a teoria for entendida. O controle de erro permite autonomia ao professor e auxilio para as crianças na utilização do material em sala de aula.

Destarte, a professora Alice de Azevedo Monteiro apresenta um forte interesse no uso dos materiais didáticos. A realização da professora ao discutir o manuseio dos materiais concretos está intrinsecamente ligada ao desejo de conseguir uma solução para todos os problemas disciplinares dos alunos, no que concerne o assunto da disciplina de matemática.

O zero __ suponhamos que a criança indicando a divisão correspondente ao 0, pergunte: quantos cubos deverei colocar aqui?
Poder-se-ia responder: “Nada! Zero é nada”. Isto, porém, não basta. Os pequeninos precisam sentir o que significa **nada**.

Para isto a dra. Montessori imaginou um exercício que agrada imensamente às crianças.

Recordemo-lo: a jardineira coloca-se em meio da sala e dirigindo-se para uma das crianças, lhe diz: __ vem aqui, querida, vem zero vez, perto de mim!

Quase sempre a criança acorre presussora ao chamado. Mas, meu filho, __ lhe diz ela __ você veio uma vez e eu lhe pedi zero vez. Começa a admiração: “Mas então, que devo fazer” __ “Nada; zero é nada”. __ Mas, como se póde fazer nada? Não se faz. Você deveria ficar quieto, não se mover. Não deveria vir nem uma vez; zero vez, nenhuma vez.

Repete o exercício: você, meu filhinho, mande-me zero beijo com os seus dedinhos.

A criança ri, mas, não se mexe.

Compreenderam? Repete o pedido com voz suplicante: “Dê-me zero beijo, zero beijo! Risos. Finge-se zangada e fala severamente para um deles: “você aqui, zero vez, depressa! Digo-lhe zero vez! A criança não se mexe. No entanto todos riem. (MONTEIRO, 1934, p. 45).

Entendendo que a finalidade dos materiais concretos, utilizados com apoio do método montessoriano, é o desenvolvimento intelectual da criança, a professora Alice adverte que o método agrada bastante as crianças. Isto está ligado à autodisciplina da sala de aula, uma vez que o método ativa a coragem da criança, fazendo com que ela se desiniba e participe ativamente das atividades. A professora assegura a funcionalidade do “controle do erro”, termo usado por Montessori, e nos mostra a correção das atividades em que os alunos não acertam. Para Alice, o trabalho com esse material faz com que o professor tenha liberdade de trabalhar a prática operacional com as crianças, criando laços de afinidades. Há também uma característica significativa do método, chamada de isolamento da dificuldade, a qual Alice apresenta no texto como a experiência do “Zero é nada”, no momento em que a criança corre para abraçar a professora. Para ensinar que a ação da criança estava errada, a professora deu uma explicação impositiva, mostrando que ao invés de sair correndo, a criança deveria ficar parada. A professora também deixa explícito que o material trabalha com coisas e com os conceitos dessas determinadas coisas. Portanto há uma significação representativa na demonstração dessas correções.

A professora dá ênfase ao processo de interação entre aluno e professor. Não obstante, o aluno é centro do processo de ensino-aprendizagem, o método montessoriano induz uma autonomia plena nas crianças.

O rir torna-se estrepitoso excitado pelo seu medo de proceder, ora suplicamente, ora zangado. Mas, afinal de contas, diz com voz triste “porque não me beijaram, porque não vieram”, e todos gritam em voz alta, de olhos

brilhantes, de alegria: “zero é nada! Zero é nada! __ ah! Sim? ” Replica rindo, calmamente, a jardineira, bem! Agora venham todos aqui uma vez. Correm todos para ela.

“Quando, pois, se tratar de escrever, um zero diremos zero, é uma rodinha? ” Não, zero não é uma rodinha, zero é nada. (MONTEIRO, 1934, p. 45).

É provável que através dessa atividade as crianças estivessem atingindo os princípios do método montessoriano, a exemplo da autodisciplina, desenvolvimento de capacidades sensoriais e o respeito a si e ao próximo. A professora Alice demonstra ao longo do artigo seu apreço pelo método montessoriano em seus textos evidenciando a sua importância na prática cotidiana da escola. Vale ressaltar o comportamento compreensível da jardineira, fazendo com que a aula também perpassasse o campo da brincadeira. Já que a professora Alice defende o comportamento da professora jardineira essencial para desenvolvimento, intelectual, moral, psíquico da criança.

Para Alice o método era diferenciado pelo ensino igualitário dado pelas jardineiras, porém deixando claro que a autonomia das crianças também era levada em conta. Um ambiente pacífico era fundamental para o aprendizado de qualidade. Montessori chama atenção para a interatividade do professor com o aluno e isso nos faz perceber a semelhança de seu método com os princípios escolanovistas que seriam desenvolvidos a posteriori.

Até nas escolas chamadas modernas, onde se acredita oferecer educação individual, existe uma marcada diferença com as escolas Montessori. Ali existe um professor que ensina uniformemente a coletividade, conceito profundamente diferente do aluno no método Montessori, que consiste em livrar a criança do professor que ensina e substituí-lo por um ambiente onde a criança possa escolher o que é adequado a seu próprio esforço e às necessidades íntimas de sua personalidade (MONTESSORI, 1965, p. 93).

Montessori incentiva a autonomia da criança, as atividades práticas estão presentes desde os jardins de infância nos seus métodos educacionais. Para ela essas atividades ajudam a criança no quesito dos estímulos e de todos os sentidos. Por conseguinte, a professora Alice retrata, em seu artigo, a experiência do método ligado à escrita numérica.

Quando as crianças conhecerem o algarismo escrito e seu significado numérico, faremos o seguinte exercício:

Tomaremos algumas folhas dos calendários de desfolhar, escolhendo de preferência os números vermelhos. Reuniremos os números de 0 a 9. Colocaremos todos esses papeisinhos em uma caixa.

Começaremos o jogo. Cada criança tem que tirar um dos papéis da caixa sem deixar vê-lo, o segredo é a tração desse jogo. Cada menino volta para o lugar levando dobrado na mão o seu bilhete. Quando todas as crianças estão de posse de um número vem cada uma de per si à mesa da jardineira, onde há grande quantidade de objetos: cubozinhos de Froebel, placazinhas, conxas, contas, etc., e retiram um número de objetos correspondente ao algarismo do seu bilhete. É preciso não esquecer que o número fica dobrado **misteriosamente** no lugar ocupado, pela criança, e que esta dele se deve lembrar não só durante o espaço de tempo que dispense em alcançar a mesa da mestra, como também enquanto retirar os objetos que deve escolher, contando-os de um a um. Neste momento a jardineira pôde fazer observações sobre a memória dos números.

Quando a criança volta para o lugar, coloca o bilhetinho diante de si sobre a mesa e abaixo dele coloca os objetos, dispondo-os em duas colunas.

No caso dos números ímpares coloca em baixo o número que sobrou.

Isto posto, a criança aguarda a correção da jardineira. Esta aproxima-se, abre o bilhete, aprovando com alegria e entusiasmo as operações exatas. (MONTEIRO, 1934, p. 45-46).

Alice evoca toda atenção das crianças para o processo sensorial, assim como propõe Montessori, a educação do corpo da criança, desenvolvendo a autonomia desde a primeira infância. Montessori enfatizava a valorização dos comportamentos de uma criança e este exercício apresentado pela professora Alice se faz através da organização e da paciência, desencadeando um processo educativo estimulante e feliz. A escolarização infantil do começo do século XX estava ligada à política educacional da contemporaneidade. Para Alice essa escolarização também estava ligada ao corpo e à intelectualidade. Assim como Montessori, a professora Alice defendia a construção da independência das crianças, deixando o processo de ensino-aprendizagem acontecer com naturalidade. Para Montessori (1937, p. 269), “A escola primária do porvir receberá crianças como as nossas que saberão vestir-se, despir-se, lavar-se, que conhecerão as regras da correção nos modos e estarão sobejamente disciplinadas, e me atrevo a dizer que estarão disciplinadas porque foram educadas com liberdade”. A médica e pedagoga, Maria Montessori, atesta que seu método está situado, indubitavelmente, na escolarização do aluno.

A professora Alice reitera que nos primeiros dias dessa atividade as crianças ainda não conseguem dominar a contextualização, ou seja retiram mais objetos do que o número escolhido. Ela afirma que as crianças pegam mais objetos que os outros colegas, como se fosse algo relacionado à competitividade, porém a professora explica que a quantidade de objetos deve ser igual ao número adquirido pela criança. A professora relata que leva um tempo até as crianças compreenderem a função da atividade e atesta que o jogo é um modo de exercitar as vontades adequando o estudo de numeração. Descreve que as crianças que retiram

o número zero ficam cabisbaixas e enquanto as que retiraram um número maior ficam cheias de felicidade. Todavia, quando a jardineira vai conferir as respostas, explica aos alunos que o certo era o número do papel estar corresponde ao número de brinquedos em suas mãos. Alice observa que o comportamento das crianças não é dos melhores e afirma que uns ficaram com inveja, outros irônicos, uns resignados e outros despeitados. No entanto, é necessário esclarecer o objetivo da atividade. E assim ela o faz:

Olhe filho, você precisa saber guardar o segredo do zero... é um segredo que costuma escapar-nos pela ponta... dos dedos... vamos, mostre-se desembaraçado e não deixe perceber que... tirou o zero... e assim se consegue despertar-lhe o orgulho da própria dignidade e em breve saberão mostrar-se á altura de tamanho revez, recebendo calmamente o **zero** e os outros números **pequenos**.

Assim também será amanhã pela vida afóra... quando de uma vez se houverem libertado dos sentimentos pequeninos que ainda escravizam o homem. (MONTEIRO, 1934, p. 46).

Provavelmente, neste trecho a professora Alice quisesse demonstrar o conceito montessoriano de educação cósmica, que compreende a educação voltada para a paz, o conhecimento de mundo, as cinco grandes lições⁵⁵ e a integração dos conteúdos. Nas escolas onde se usa o método de Maria Montessori, as professoras são incentivadas a resolverem o conflito pacificamente. Fazendo com que a criança cresça equilibrada e com capacidade de resolver seus próprios problemas.

Os próximos passos da palestra são para ensinar a primeira operação aritmética. A professora Alice reitera que foram usadas as mesmas hastes usadas no ensino da numeração, afirmando ainda já sabido o nome dos números e o que eles representam.

Reuniremos as astes inferiores á 10, de sorte que produzem 10. Assim ao 9 juntaremos o 1, ao 2, juntaremos o 8, ao 6 o 4, ao 7 o 3. Voltando de um extremo ao outro do 10 á aste 5, mostraremos que 10 resulta de duas vezes 5. Repete-se esse exercício tantas vezes quantas forem necessárias para familiarizar as crianças com essas adições, passando-se a empregar linguagem técnica. Nove mais um, é igual a 10. 8 mais 2 é igual a 10. 5 vezes 2 é igual a 10. Ensinaresmos então os sinais mais, multiplicando por e igual. Então fa-lo-emos escrever nos cadernos: $9+1=10$, $8+2=10$, $7+3=10$, $6+4=10$, $5 \times 2=10$. (MONTEIRO, 1934, p. 46).

⁵⁵ Esse conceito foi criado para que a criança compreendesse a “visão do todo” Respectivamente, a primeira lição é O Início do Universo e da Terra, O início da Vida, O início da Humanidade, A História dos Números e a História do Alfabeto.

Percebe-se uma prática pedagógica contextualizada com análise do método feita sistematicamente. Um dos objetivos do método montessoriano é a aquisição da independência da criança. Com esse incentivo ao aprendizado da primeira operação matemática o aluno irá desenvolver habilidades para a vida prática. Seguindo esse curso, a professora Alice relata que quando as crianças conseguirem realizar as operações, será a hora de organizar todo o material, máxima muito recorrente do método montessoriano usada, principalmente, nos jardins de infância.

Por consequência disso, a professora Alice indica o uso da subtração como nova operação já a ser trabalhada pelos alunos, fazendo com que se familiarizem desde então.

Retiremos de um do 10 o 9 e ficar-nos-á o 1. Ao outro tiraremos o 8 e ficar-nos-á o 3. Ao outro tiraremos o 3 e ficar-nos-á o 7. Ao outro tiraremos o 4 e ficar-nos-á o 6. Diremos mais propriamente: $10 - 9 = 1$, $10 - 8 = 2$, $10 - 4 = 6$, $10 - 3 = 7$. Sobrar-nos-á o 5. Mostraremos que ele é metade de 10 e o teremos dividindo o 10 em dois; então 10 dividido por 2 é igual a 5. Faremos anotar nos cadernos: $10 - 4 = 6$, $10 - 3 = 7$, $10 - 2 = 8$, $10 - 1 = 9$, $10 \div 2 = 5$. Quando os meninos estiverem senhores desses exercícios farão outros espontâneos. Poderemos perguntar-lhes: “É possível formar duas astes de 3?”. Sim, se reunirmos o 2 ao 1. Escreverão $2+1 = 3$. ___ E duas astes de quatro? ___ sim, juntando o 3 ao 1, $3+1 = 4$. Se tirarmos o 1 a esta aste de 4, ficará o 3. $4 - 1 = 3$. A aste de 2 está para a de 4 como a de 5 para a de 1. Virando o 2 dum extremo ao outro do 4 dá duas vezes justas: $4 \div 2 = 2$, $2 \times 2 = 4$. Problema: calculemos com que astes poderemos fazer esses exercícios. Em pouco tempo será necessário variar as operações. Para isto tomaremos as astes e colocaremos o 1 sobre o 10, o 3 sobre o 8, o 2 sobre o 9, o 3 sobre 9, o 4 sobre o 8. Ensinares a designar pelos próprios nomes esses tamanhos maiores que 1, isto é, 11, 12, etc. Assim com a mesma facilidade com que aprenderam a contar de 1 a 10 aprenderão de 10 a 20. (MONTEIRO, 1934, p. 46).

Neste último fragmento do texto, pode-se observar que a contextualização estava presente no método montessoriano indicando que os exemplos concretos são fáceis para o aprendizado da criança. É a forma de as crianças fazerem e assimilarem a atividade, contrário ao método tradicional em que teríamos o professor executando o exercício e o aluno observando. O professor funciona como facilitador do processo de aprendizagem e não mero depositador de conhecimentos. É interessante perceber que apesar dos alunos se centrarem em métodos específicos para desenvolverem habilidades sensoriais, a aplicação desse conteúdo no mundo real aparecerá sozinha, sem ajuda de qualquer professor. Por fim, a professora Alice se despede dos ouvintes alegando que tomou muito do tempo deles, agradece a todos e

pede desculpas se intitulado como uma humilde mestre-escola que fala sobre assuntos densos quanto a questões de conhecimento.

Deste modo, é importante observar que neste artigo trata-se de uma mulher falando de matemática, uma disciplina das ciências exatas que ao longo dos séculos foi dominada pelo gênero masculino. Sendo essa disciplina uma matéria secular, nos vem uma questão relevante aos estudos de gênero, será que ao longo da história humana somente os homens fizeram matemática? Tendo como base o artigo da professora Alice a resposta é não e ao mesmo tempo antes da década de 1930 as mulheres já vinham estudando e fazendo a matemática enquanto ciência. Segundo Vasconcelos, Leite e Macedo (2012, p. 3133):

Theano⁵⁶ foi a primeira mulher a contribuir para a matemática, sendo uma das primeiras a desenvolver teorias filosóficas. Nascida em Crótona, Itália 546 a.C. Ela era uma fina matemática, que mais tarde escreveu um tratado descrevendo o “Número de Ouro”, um importante conceito em matemática que é encontrado na natureza e na arquitetura.

Diante de tal fragmento observa-se a presença feminina no mundo dos números desde a Antiga Idade e com desenvoltura acadêmica⁵⁷ para desenvolver teses, lecionar e comandar escolas. De acordo com Vasconcelos, Leite e Macedo (2012, p. 3134) Hipátia de Alexandrina (370-415, d.C.) foi a primeira matemática a ter visibilidade na ciência, sua cultura e erudição lhes trouxeram acesso a outras áreas do conhecimento, como: filosofia, religião, geometria e astronomia. Suas contribuições foram tecnologias importantes para a humanidade.

Chegou a ser diretora da escola Neoplatônica de Alexandria. Inventou alguns instrumentos para astronomia (astrolábio e planisfério) para uso na navegação, e aparelhos usados na física, entre os quais um hidrômetro, usado para medir o peso específico dos líquidos. (FERNANDES, apud VASCONCELOS; LEITE; MACEDO, 2012, p 3135).

⁵⁶ Theano foi casada com Pitágoras e como fruto desse casamento tiveram cinco filhos. Acredita-se que após a morte de Pitágoras ela quem assumiu a escola pitagórica.

⁵⁷ Sobre a história de mulheres matemáticas e suas descobertas ver mais em: VASCONCELOS, J. M.; LEITE, B. P. B.; MACEDO, L. M. S. A atuação das mulheres no universo da matemática: o caso da universidade regional do cariri – URCA. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012. **Anais...** João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2012.

Apesar dessas mulheres terem deixado contribuições importantes o esquecimento, muitas vezes, tem sido seu destino. No entanto a história das mulheres traz à tona essas biografias de mulheres educadoras e cientistas que contribuíram para a história da humanidade. Face ao exposto, pode-se observar que cada vez mais nos deparamos com história de mulheres que usaram táticas para romper com paradigmas sociais. Sabe-se que muitas mulheres não puderam usufruir da liberdade para ter uma vida emancipada e é por isso que a capacidade intelectual de um ser humano não deve ser medida pelo gênero. Assim como a professora Alice trabalhou com a matemática no século XX outras mulheres já haviam trabalhado e descoberto formas para lidar com a predominância de uma sociedade composta pela “dominação masculina”.

Por fim, neste capítulo foram analisados os escritos das educadoras supracitadas no Boletim de Educação e na Revista do Ensino. As reflexões sobre o processo de escolarização se fizeram nos discursos das educadoras e nas subjetividades que estavam presentes na década de 1930.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa tentou-se demonstrar a história de mulheres educadoras com atuação no âmbito educacional, social, político paraibano. Pôde-se também observar como a sociedade se modificou através das transformações históricas, durante séculos, relacionadas entre os gêneros masculino e feminino. A escrita das professoras Analice Caldas, Albertina Correia de Lima e Alice de Azevedo Monteiro fez deste estudo uma pesquisa a qual mostra que uma história individual pode contribuir para a compreensão de uma época, revelando os costumes, modos de pensamentos, ideologias, e vivências da sociedade.

Escolher um método de análise para ser usado na pesquisa histórica acadêmica não é uma tarefa fácil. É essencial a sistematização de fontes históricas, bem como a bibliografia adequada para que o método se torne coerente, objetivo e compreensível. Meu contato com a História Cultural se deu, ainda na graduação, com texto de Rosa Maria Godoy intitulado “A 3ª geração dos Annales: cultura histórica e memória”, e perdurou até o mestrado, em que descobri a abordagem de perspectiva histórica pautada no campo da cultura, a qual nos remete à história vista por outro ângulo, uma história feita por homens e mulheres comuns acerca de suas representações sociais. No âmbito teórico me deparei com o livro de Peter Burke “O que é História Cultural? ”, que diz: “a palavra “cultural” distingue-se da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não de ideias ou sistemas de pensamentos” (BURKE, 2005, p. 69). Sendo assim, os rumos que as leituras realizadas tomaram, me levaram à trajetória individual dessas três educadoras que, através da imprensa, puderam militar e divulgar suas ideias de forma a despertar nas mulheres um sentimento de valorização de suas conquistas.

Dessa mesma forma, convicta de que a história da educação é uma linha de estudos voltada ao diálogo entre os pressupostos educacionais e os estudos históricos, em interface com a Nova História Cultural foi usado o conceito de tática de Certeau, junto à teoria simbólica da invenção do cotidiano, escrita também por Luce Giard e Pierre Mayol. Nesse sentido aprendi com esses autores que “O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível”. [...] “Muitas práticas cotidianas são (falar, ler, circular, fazer, compras ou preparar as refeições etc.) são tipo de tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (CERTEAU, 2014, p.46). Por essa razão o uso dessa linguagem de Certeau se ajusta ao aspecto da história das mulheres, pois desconstrói a ideia naturalizada pela sociedade de que as mulheres são o sexo frágil enquanto os homens são o sexo forte e ao mesmo tempo evita a situação de culpabilização do homem e vitimização feminina.

O objetivo deste estudo foi analisar o envolvimento das educadoras Analice Caldas de Barros, Albertina Correia de Lima e Alice de Azevedo Monteiro no processo histórico de escolarização da Paraíba, por meio de seus escritos nos periódicos “Boletim de Educação” e “A Revista do Ensino”. Para isto, foi delimitado o recorte histórico da década de 1930 compreendendo os anos de atuação dessas mulheres na Imprensa paraibana e os anos de circulação dos periódicos escolhidas para analisar os seus escritos. Na década de 1930, a organização da escolarização paraibana se dava através da restauração do país nos âmbitos da economia e da industrialização crescente. Essa mudança que se perpetuou na década de 1930 se deu pelo declínio das oligarquias cafeeiras, representando uma nova ordem na mudança social do Brasil, uma vez que surge a classe burguesa, a industrialização e o aparecimento do operariado. A escolha do recorte se consolida pelo processo de escolarização, dessa década, passar por várias mudanças (efervescentes) de acordo com as reformas educacionais implantadas em vários estados do Brasil.

O cumprimento do objetivo se deu em consonância com o aporte teórico-metodológico da pesquisa, uma vez que o processo de escolarização perpassa o cotidiano, ao mesmo tempo que os sujeitos excluídos da historiografia, a exemplo da mulher, também usam táticas para burlar as estratégias dominantes. Como cumprimento dos objetivos específicos foi feita a trajetória biográfica das três educadoras estudadas, bem como foi referenciado ao longo de todo o trabalho a representatividade de suas práticas nas áreas educacionais, políticas e sociais no estado da Paraíba. Foram utilizadas e analisadas as fontes escolhidas (“Boletins de Educação”, “Revista do Ensino”, Jornal “A União” e “Revista Era Nova”).

Por último, foi descrita a concepção de escolarização encontrada nos escritos dessas educadoras. A evidencia de contribuição, dos atos realizados pelas educadoras supracitadas no quadro educacional da Paraíba, foram: o comprometimento com educação, visto que saía da escola e chegava até a imprensa do estado, a fundação da Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino; a atuação como professora em várias etapas do ensino regular (jardins de infância, Liceu, Escola Normal, Escola de Aprendizes e Artífices, Educação Privada); lutas pela emancipação feminina e pelo sufrágio; a escrita na imprensa, seja ela oficial ou não, divulgando ideias e ideais sobre a educação; o uso de táticas para permear espaços que eram frequentados apenas por homens, e outros. Face ao exposto, pode-se afirmar que as educadoras supracitadas contribuíram tanto para o processo de escolarização quanto no processo de mudanças socioculturais, como no debate para a igualdade de gênero na Paraíba contraindo relações de poder.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, A.; NETO, M. G. D. S. **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889 - 1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.
- ABRANTES, A. Escrita e Inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. In: ABRANTES, A.; SANTOS NETO, M. G. D. (Org.). **Outras Histórias: cultura e Poder na Paraíba (1889 - 1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, p. 115-134.
- ALVES, A. M. S.; TARGINO S, S. **Vestígios de Educação nos Escritos de Analice Caldas de Barros (1891 - 1945)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia - UFPB), João Pessoa, 2014.
- ALVES, A. M. S.; NUNES, M. L. S. Uma Leitura do Livro Alagoa Nova (1940), de Analice Caldas – em busca de vestígios sobre a educação. In: IV Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – subjetividades e contradiscursos, 2013, João Pessoa/PB. **Anais...** João pessoa: Editora da UFPB, 2013. v. 1, p. 1-14.
- ARAÚJO, J.C.S. **Fundamentos da metodologia de ensino ativa (1890-1931)** – UNIUBE/UFU. 37ª Reunião Nacional da ANPEd 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.
- AZEVEDO, M. S. Educação da Infância: uma leitura na revista do ensino da Paraíba (1932 – 1934). **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v. 24, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/26283/15557>>. Acesso em: 04 fev. 2017.
- BACELLAR, C. Uso e mal-uso dos arquivos. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., 1ª impressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- BARROS, A. C. D. Álbum de Mlle. Analice Caldas. **Era Nova**, Parahyba do Norte, 1921-1926.
- BARROS, A. C. D. Os meus quinze minutos de prosa. **Boletim de Educação N.1**, João Pessoa, p.85-87.1937.
- BERNARDO, A. M. C. Gênero, História e Educação na Paraíba: memórias de professoras e escritoras do início do século XX. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal/RN. **Anais...** Natal: SBHE, 2002.
- BONATO, N. M. C.; COELHO, L. M. C. C. Concepções de Educação Integral na Década de 30: as teses do II Congresso internacional feminista. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju/SE. **Anais...** Aracaju: SBHE, 2008.
- BURITY, L. M.D.; TARGINO, S., S. As tuas horas de lazer, emprega-as no estudo: a imprensa pedagógica enquanto suporte para a cultura educacional paraibana (1930-1945). In:

VI Encontro de educação e visualidade: lendo criticamente imagens visuais, 2016, João Pessoa/PB. **Anais...** Editora da UFPB, 2016.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.

CALDAS, A. O mestre. **A União**, João Pessoa, p. 3, Novembro 1935.

CARNEIRO, R. **Rui Carneiro (depoimento, 1977)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 1977.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão de Arno Vogel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

CIPRIANO, M do. S. O adultério Feminino e o Fantasma da Infidelidade (1920 – 1930). In: ABRANTES, A.; SANTOS NETO, M. G. D. (Org.). **Outras Histórias**: cultura e Poder na Paraíba (1889 – 1930). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, p. 115-134.

COSTA, S de. S. **Feminismo e Igreja Católica**: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910- 40). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CURY, C.J.J. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas/SP: Autores Associados, São Paulo: USF, 2002.

De LUCA, T. R. A Grande Imprensa na Primeira Metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; De LUCA, T. R. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

D'INCAO, M. A. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, M.; PINSKY, C. B. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013

ESTADO DA PARAÍBA. **Decreto n. 287, de 18 de maio de 1932**. Revista do Ensino, vol. 1, n. 2, julho de 1932.

FARIA FILHO, L. M. O Processo de Escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 77 – 98.

FARIA FILHO, L. M. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. [S.I.].2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>>. Acesso em: 06/08/2016.

FÁVERO, M. L.; BRITTO, J. M. **Dicionário dos educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. Brasília: INEP, 1999.

FIORENTINO, T. A. Del. **Utopia e Realidade: o Brasil no começo do século XX**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Vol.1: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRAGOSO, V de. S. **Associação paraibana pelo progresso feminino: as contribuições educacionais para a mulher paraibana (1933 a 1939)**. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011

FREIRE, E. N. C. L. **A escola nova e a modernização do ensino primário na Paraíba: a formação de professores e os grupos escolares (1930-1946)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

GIARD, L. O Anônimo inominável. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P.A **invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

GIL, N. Os Limites das Estatísticas Educacionais por Aqueles que as Produziram. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju/SE. **Anais...** Aracaju: SBHE, 2008.

GIL, N.; ZICA, M. D. C. e; FARIA FILHO, L. M. de (Org.). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. 2ª ed. São Paulo: Schwarcz, 1989.

GONDRA, J. G. Exercício de comparação: um normalista da Corte na Europa. In: MIGNOT, Ana Christina V. & GONDRA, José G. (Orgs.) **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 65-89.

GONDRA, J. G. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HEILAND, H. **Freidrich Fröbel**. Tradução por Ivanise Monfredini. Recife: Editora Massangana, 2010.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 135p.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, p. 10-11, Janeiro/Junho 2001.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006.

KULESKA, W. A.; REGO, C. M.; SANTOS, L. M. C.; CARVALHO, R. C.; ARAÚJO, K. F. O malogro da Educação Popular na Paraíba(1930 – 1945). In: V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2001.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, A. C. A Fundação, Nesta Capital, de uma Associação Feminina. **A União**, João Pessoa, p. 8, 7 fev. 1933.

LIMA, A. C. Divagando. **A União**, João Pessoa, p. 12, 7 set. 1933.

LIMA, A. C. Deputada Bertha Lutz. **A União**, João Pessoa, p. 3, 9 ago. 1936.

LIMA, A. C. O lar e a economia. **Boletim de Educação N.2**, João Pessoa, p.139 -142. 1937.

LIMA, A. C. Missão social do professor. **A União**, João Pessoa, p. 3, nov. 1935.

LIMA, R. C. F. Alice Azevedo Monteiro e os jardins de infância na paraíba (1920-1935). In: III SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2011.

LIMA, R. C. F. Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: símbolo de modernização do ensino primário a Parahyba do Norte. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012. **Anais...** João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2012.

LIMEIRA, A. M. SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na corte imperial. In: **Revista Histedbr Online**. Campinas/SP, n.32. Dez.2008.

LINS, T. B. **Perfil de Analice Caldas**. João Pessoa/PB: Plaquete, 1976.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, M.; PINSKY, C. B. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 443-481.

MACHADO, C. J. D. S. **Zila Mamede**: trajetórias literárias e educativas. Campina Grande: eduepb, 2010.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. O Feminismo Paraibano: Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino (APPF) – 1933. In: MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. (Orgs). **Gênero e Sexualidade**: perspectivas em debate. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, v.1, p. 163-176.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. **Educação e educadoras na Paraíba do século XX**: práticas, leituras e representações. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. Mulher e Educação: experiências de pesquisa no HISTEDBR-PB. In: PINHEIRO, A. C. F.; CURY, C. E. (Org.). **Histórias da Educação da Paraíba**: rememorar e comemorar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

MACHADO, I. de L. **Educação Montessori**: de um homem novo para um mundo novo. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1986.

MAGALHÃES, J. O jardim de infância. **A União**, João Pessoa, p. 1, abr. 1934.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, no. Especial, agosto de 2006, p. 188-204.

MAYOL, P. A conveniência. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do Cotidiano 2**: morar, cozinhar. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

MELLO, J. B. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 3 ed. João Pessoa: Biblioteca Paraibana, 1996. 202 , p.

MELLO, M. C. O. Escolanovismo e Alfabetização na Revista de Educação (São Paulo: 1933 – 1943). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia/GO. **Anais...** Goiânia: SBHE, 2006.

MENDES, M. C. F. **Memórias e Práticas Educacionais da Educadora Argentina Pereira Gomes**: o seu legado no cenário educativo da Paraíba (1916 – 1962). João Pessoa: UFPB, 2012.

MENDES, M. C. F.; SILVA, V. F. Albertina Correia de Lima: suas contribuições no cenário educacional e político na Paraíba (1889 – 1975). In: III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença, 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011. , p. 1-10.

MEYER, M. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta; MEYER, Dagmar; WALDOW, Vera (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MONARCHA, C. **Brasil arcaico, escola nova**: ciência, técnica e utopia nos anos 1920- 1930. São Paulo: UNESP, 2009.

- MONTEIRO, A. A. A mulher, a criança e o lar. **Boletim de Educação N.1**, João Pessoa, p. 73-75. 1937.
- MONTEIRO, A. A. De cozinha. **Boletim de Educação N.1**, João Pessoa, p. 135-136. 1937.
- MONTEIRO, A. A. Jardins de Infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa, p. 13-14. 1932.
- MONTEIRO, A. A. O ensino de cálculo no jardim de infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa, p. 41- 47. 1937.
- MONTEIRO, A. A. O mestre de hoje. **A União**, João Pessoa, p. 3, nov. 1935.
- MONTEIRO, A. A. O Jardim da Infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa, p. 25-16. 1942.
- MONTESORI, M. **Ideas Generales Sobre Mi Método**. 3ª Ed. Buenos Aires: Losada, 1965.
- MONTESORI, M. **El Método de la Pedagogia Científica**. Barcelona: Araluce, 1937.
- MORAES, J. D. Trajetórias das Signatárias do Manifesto dos Pioneiros: visões do escolanovismo nos anos 1930. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju/SE. **Anais...** Aracaju: SBHE, 2008.
- MOREL, M. Os Primeiros Passos da Palavra Impressa. In: MARTINS, A. L.; De LUCA, T. R. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MOURA, F. C. L. **Reminiscências, Figuras e Fatos da Paraíba**. João Pessoa: [S.I.], 1939.
- NUNES, M. L. S. **Patronesses de Escolas Públicas: suas memórias e contribuições à Educação Paraibana (1930 - 1950)**. 1-11 f. ProjetoPibic/UFPB. João Pessoa, 2012.
- NUNES, M. L. S. Uma Página Feminina: vozes de mulheres paraibanas na década de 1930. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju/SE. **Anais...** Aracaju: SBHE, 2008.
- NUNES, M. L. S.; MACHADO, C. J. S. A Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino (APPF) e Suas Ações de Incentivo à Leitura (1933-1937). In: VII CBHE - CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2013. **Anais...** Cuiabá: SBHE, 2013. , p. 1-15.
- NUNES, M. L. S.; MACHADO, C. J. S. Uma Página Feminina: escritos para a educação das mulheres paraibanas (década de 1930). **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, nº 54, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/viewFile/8640177/7736>>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- NUNES, M. L. S.; VILAR, A. M.; SILVA, E. C.; FERREIRA, T. C. Vocação, Missão Profissão: a docência na visão de educadoras paraibanas (1935). In: IX Seminário Nacional de

Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012. **Anais...** João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2012. , p. 319-332.

OLIVEIRA, V. S.; SILVA, R. F. **O “Entusiasmo pela educação” na Primeira República:** Uma perspectiva de progresso político-social no Brasil. Trabalho apresentado no II Congresso da Sociedade brasileira de educação, de 3 a 6 de novembro de 2002.

PAIVA, B. M. M. **Escolarização na Primeira República:** organização e funcionamento do ensino noturno na Parahyba do Norte (1916-1931). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PERROT, M. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 18, agosto de 1989/setembro de 1989.

PERROT, M. **Os excluídos da História:** operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª Ed., 1988.

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, M. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p.167-234.

PINHEIRO, A. C. F. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PINHEIRO, A. C. F. Instrução e Cultura Escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In: CURY, C. E.; MARIANO, S. (Org.). **Múltiplas Visões:** cultura histórica no oitocentos. João Pessoa: UFPB, 2009.

RAMOS, A. **Analice Caldas:** A Genealogista. 1º. ed. João Pessoa: Sal da Terra, 2013.

REVISTA DO ENSINO. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932 – 1942. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

REVISTA ERA NOVA. João Pessoa: [S.I.], 1923.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. D. M.; VIEGA, C. G.(Org.). **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2015, p. 79-94.

SANTOS, T. D. M. **Magistério em declínio:** histórias e memórias de ex-alunas do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves (1970). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS, V.S.M. Pesquisa documental sobre a história da hanseníase no Brasil. **História, ciência e saúde.** Manguinhos.vol.10, p.415-426, 2003.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

SAYÃO, D. T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. Florianópolis/SC: **Perspectiva**, v.21, n.01, p. 121-149. jan./jun. 2003.

SCHUELER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo. In: **Revista dos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011 16 Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 26, p. 32-55, 2009.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, E. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, F. D. **A Eva do Século XX**: Analice Caldas e outras educadoras. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

SILVA, F. D. Histórias da Professora Analice Caldas de Barros. In: MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. (Orgs.). **Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2009.

SILVA, V. F.; MACHADO, C. J. S.; MENDES, M. C.; NUNES, M. L. S. Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX: práticas, leituras e representações. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2009, Campinas/S, P.**Anais...** Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SILVA, W. R. As Apropriações da Escola Nova e a Representação do Trabalho Docente em Autobiografias de Professoras (1920 – 1960). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia/GO. **Anais...** Goiânia: SBHE, 2006.

SILVESTRE, A. Vitrine. **A União**, João Pessoa, p. 3, nov. 1934.

SOARES JUNIOR, A. D. S. **Corpos Hígidos**: o limpo e o sujo na Paraíba (1912 a 1924). Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2016.

SOIHET, R. **Feminismos e Antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SOUZA, S. C.; RIBEIRO, B. O. L. O Processo de Escolarização no Estado Moderno: singularidades do grupo escolar Dom José Gaspar em Ibiá, MG (1930 - 1945). In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju/SE. **Anais...** Aracaju: SBHE, 2008.

TAVARES, E. C. **Duas Vidas a Serviço da Paraíba. Diógenes e Analice Caldas.** João Pessoa/PB: A União Cia Editora, 1975.

VASCONCELOS, J. M.; LEITE, B. P. B.; MACEDO, L. M. S. A atuação das mulheres no universo da matemática: o caso da universidade regional do cariri – URCA. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012. **Anais...** João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2012.

VASCONCELOS, L. M. **Esculpindo Corpos e Formando Hábitos:** uma abordagem histórico-educacional sobre as construções de gênero na imprensa paraibana (1913 – 1932). 2015, 106 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

VEIGA, C. G. Apresentação. In: FARIA FILHO, Luciano M. **Educação, modernidade e civilização:** fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VIDAL, D. G. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:** questões para o debate. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 1, 2013, p. 1-12.

VIDAL, D.G.; FARIA FILHO, L. M. **As lentes da história.** Estudos de historiografia da educação no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2005.

VIEIRA, C. E. Jornal Diário como Fonte e como Tema para a Pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre a imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda (Org.). **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WANDERLEY, M. M. Por Uma Era Nova: Discursos e distinções na Parahyba do Norte (anos 1920). In: ABRANTES, A.; SANTOS NETO, M. G. D. (Org.). **Outras Histórias: cultura e Poder na Paraíba (1889 – 1930).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, p. 115-134.

XAVIER, L. N. **Para além do campo educacional:** um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ZICA, M. D. C. e; **Literatura e Formação no Século XIX:** a escritura de Bernardo Guimarães. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.